Órgão Central
do Partido Comunista
Português

Avante!

Proletários
de todos os países
UNI-VOS!

Semanário

Director:
António Dias Lourenço

Ano 60 – Série VII – N.º 887
20 de Dezembro de 1990
Preço: 80$00

Propriedade do Partido Comunista Português Dir./Red. – Soeiro Pereira Gomes, 1699 Lisboa-CODEX Tel. 76 97 22 / 25 – Telex 18390 Composição e impressão – Heska Portuguesa Distribuição – *CDL*, R. Santos Dumont, 57-2.º – 1000 Lisboa

Com o voto em Carlos Carvalhas

Portugal pode ser Melhor!

Diário de Campanha no caderno Em Foco

Delegados dos mais de 45 mil militantes que constituem a Organização Regional de Lisboa reuniram-se no cinema D. João V, na Damaia

45 000 comunistas

A 2.ª Assembleia da Organização Regional de Lisboa analisou situações, definiu tarefas e procedeu à eleição dos seus novos organismos executivos Págs. 1 e 2 / **Semana**

• **Discurso de Álvaro Cunhal** Pág. 3 / **Semana**

Terça-feira à noite no Rossio, em Lisboa

Natal de protesto

Apesar da chuva intensa, milhares de trabalhadores responderam ao apelo da USL e da CIL e manifestaram-se na passada terça-feira à noite do Rossio a S. Bento em protesto contra o pacote laboral e em apoio das 40 horas semanais Pág. 12 / **Semana**

150 mil contos para o Terreno da festa

Avante! com a Campanha

7,89%

Exactamente, são 7,89% que faltam! Menos de doze mil contos é a quantia que falta para se atingir os objectivos mínimos da campanha dos 150 mil para o terreno da Atalaia.

O total apurado no passado dia 17 é de cerca 138 162 contos faltando muito pouco para que as metas estabelecidas pelas diversas organizações sejam atingidas, restando agora um esforço final que poderá aproveitar por um lado a maior disponibilidade financeira que muitos camaradas e amigos nesta altura do ano costumam usufruir, enquanto, por outro lado, a dinâmica introduzida pela campanha eleitoral para as presidenciais, poderá certamente facilitar algumas abordagens que ainda estejam por concretizar.

Importa pois pôr em prática compromissos anteriormente assumidos e eventualmente esquecidos por alguns camaradas bem como reactivar contactos e abordagens, mesmo com camaradas e amigos que tenham já contribuído para esta campanha mas que ainda se mostrem disponíveis para renovar essa contribuição. É fundamental também não esquecer que a receptividade de dentro e fora do Partido a esta campanha tem sido extremamente positiva, pelo que será possível obter resultados satisfatórios que nos permitam concluir rapidamente esta campanha de fundos. A aquisição de senhas concorrentes ao sorteio do próximo dia 5 de Janeiro bem como de títulos de comparticipação são dois exemplos das formas com que ainda é possível participar nesta iniciativa.

Nota da Comissão Política

Integração europeia, regionalização, Orçamento do Estado e autarquias, Acordo Ortográfico, actividade do PCP e eleições presidenciais

Pág. 5 / **Semana**

Editorial

Avante!
Ano 60 – Série VII
N.º 887
20 de Dezembro de 1990
1.º Caderno
Não pode ser vendido separadamente

O fundamental e o prioritário

Nas quatro direcções fundamentais de luta reafirmadas pelo Comité Central do PCP na sua reunião do dia 11 do corrente, duas constituem e devem constituir preocupações permanentes dos comunistas.

- Uma, a luta e a movimentação social de massas dos trabalhadores e das classes, camadas e sectores intermédios da população, afectados na hora actual nos seus interesses vitais pela política antipopular e antidemocrática do Governo PSD/Cavaco Silva;

- Outra a do reforço do Partido, da sua organização, da sua ligação com as massas, da sua capacidade de resposta aos problemas mais candentes da actualidade nacional e aos grandes desafios da época que vivemos.

As duas outras distinguem-se pelo seu carácter eminentemente político.

Numa - a luta institucional na Assembleia da República, nas Autarquias, no Parlamento Europeu, em outros órgãos especializados e representativos - **os eleitos comunistas têm dado um contributo ímpar para a defesa dos direitos, liberdades e garantias dos cidadãos, para o aprofundamento da democracia, para a defesa dos interesses sociais dos trabalhadores e do povo em geral, para a melhoria das condições de vida das populações, para o debate e a equação dos grandes problemas nacionais (da Saúde, da Segurança Social, da Habitação, do Ensino) para a melhoria e eficiência de serviços básicos, da administração pública, de sectores de actividade altamente especializados (na Economia, nas Finanças, na Cooperação Comunitária, na Legislação do Trabalho, na Cultura, no reforço do Estado de Direito).**

Pela sua acção, competência, honestidade, inteira devoção aos interesses do povo e do país, lá onde foram escolhidos pelo voto dos cidadãos, os eleitos comunistas têm justificado pelo seu trabalho a escolha e a confiança dos seus eleitores.

Na outra direcção de luta - a Eleitoral - **os comunistas são estrénuos cumpridores e defensores da democraticidade e da seriedade dos processos, da sua dignificação como actos basilares da democracia política.**

No momento actual, as eleições para a Presidência da República em 13 de Janeiro constituem o fulcro essencial imediato da luta política em Portugal.

Para os comunistas portugueses, que disputarão as eleições com o seu candidato próprio, o camarada Carlos Carvalhas, secretário-geral adjunto do PCP, é tarefa política prioritária imediata ganhar todo o Partido, a sua base eleitoral, os simpatizantes, os amigos, os cidadãos em geral, para o voto no candidato do Partido.

Votar em Carlos Carvalhas em 13 de Janeiro é, como já dissemos, uma questão de honra e um dever indeclinável dos comunistas.

A pré-campanha, a nove dias da abertura oficial da campanha, tem permitido testar o acolhimento, em alguns casos caloroso, do candidato do PCP, da dignidade da sua candidatura, da sua qualificação como profundo conhecedor da realidade nacional, da função e intervenção do órgão de soberania Presidência da República na vida institucional e política do País.

Carlos Carvalhas, com um currículo de mérito ao serviço do seu povo e do seu país, merece o voto qualificado da esquerda consequente.

O apoio que tem recolhido no contacto com o povo, de portugueses oriundos dos mais variados estratos sociais e formações políticas para uma eleição em que à partida não tem hipóteses de ser eleito, é significativo. Frente à candidatura de um Mário Soares que além do apoio natural do PS conta com o apoio envenenado do PSD, o voto em Carlos Carvalhas é o verdadeiro voto da consciência democrática e da esquerda mais consequente que não pactua com a direita revanchista.

Se dúvidas houvesse acerca do carácter envenenado do apoio do PSD a Soares bastaria as significativas palavras de um Pacheco Pereira no «DN» do dia 13.

Referindo as boas relações e deixando entrever compromissos com Soares - que deu já nesta campanha uma infeliz marca de si próprio ao dar relevo em Oliveira de Azeméis ao íntimo colaborador de Salazar, Albino dos Reis, e ao admitir no próprio território da Região Autónoma, a hipótese da independência dos Açores - escrevia aquele antigo ultra-esquerdista agora convertido à direita:

«A direita percebe muito bem que um conflito artificial com Mário Soares favoreceria a esquerda nas legislativas (...) e por muito que a direita não goste do PSD e de Cavaco Silva gosta muito menos do PS e mesmo nada da possibilidade de um governo PS/PCP.» E esta é a verdadeira questão.

Perfeitamente claro, não é verdade?

A direita cavaquista governante não encontrou nas suas próprias fileiras o candidato presidencial capaz de lhe resolver a trilogia do poder. Por temor a uma nova e inevitável derrota como a das presidenciais de 85, optou por Soares e ficou de mãos livres para se lançar numa desenfreada corrida eleitoralista para as legislativas de 1991. Cavaco Silva foi anteontem extremamente claro e conciso quando disse ao seu grupo parlamentar reunido para o «jantar de Natal», referindo-se às legislativas, «estamos em plena campanha eleitoral!».

De facto é essa a realidade desde o início do ano.

Uma leitura das experiências alheias e da nossa própria experiência nacional no após 25 de Abril mostra que nos períodos eleitorais - momentos dos mais expressivos e típicos da democracia política - o confronto de opiniões e propostas, o debate de ideias - o *marketing* eleitoral - ganham vivacidade e calor desusados.

Para as forças que por filosofia de classe - como o PSD - recorrem à demagogia como forma por excelência de intervenção nas eleições, vale tudo para mistificar e corromper o voto dos cidadãos - promessas irrealizáveis, subsídios de esmola aos reformados e pensionistas, planos sem continuidade, «primeiras pedras», ridículas operações de «corta-a-fita».

O artificial e o efémero da demagogia eleitoralista da direita governante ganham foros de verdade incontroversa e absoluta, normalmente desmentidos «à posteriori» pela sua prática política sempre e quando guindados pelo voto dos cidadãos às posições hegemónicas do poder.

A presente campanha para as presidenciais de 13 de Janeiro não foge evidentemente à regra.

Os comunistas, que a elas concorrem com candidato próprio, não poderiam obviamente, sem trair a sua identidade e índole de classe, recorrer a tais formas e métodos.

Com Carlos Carvalhas está a voz e a verdade do PCP.

E entretanto, concorrendo até à boca das urnas para as presidenciais e atribuindo-lhe toda a sua importância institucional, o PCP considera mais importantes e de carácter decisivo as legislativas do próximo ano. A elas subordina o fundamental do seu esforço político em torno das presidenciais.

E daí a tarefa central dos comunistas reafirmada na última reunião do Comité Central do PCP:

derrotar nas legislativas de 1991 o governo restauracionista de direita PSD/Cavaco Silva e substituí-lo na direcção do País por um governo democrático maioritário e representativo.

Nas suas dembulações eleitoralistas, na sua demagogia eleiçoeira, a direita governante, depositando fundadas esperanças na contemporização de Soares aos seus desígnios revanchistas, tem procurado instilar no conceito popular a imagem da estabilidade política, do bem-estar social, do crescimento económico, do Governo isento.

Mas então, se uma tal imagem corresponde à verdade, em que se fundamentariam os trabalhadores e os portugueses de todas as classes, camadas e sectores intermédios quando há longos meses lutam arduamente, recorrendo com frequência à greve, contra a política cavaquista?

Em que se fundamentariam, no exacto momento que passamos, os operários têxteis do Vale do Ave, em cujas empresas o desemprego alastra atingindo já milhares de trabalhadores pela incúria do acautelamento dos interesses nacionais nas alterações do comércio dos têxteis da CEE e nas negociações relativas ao Acordo Multi-Fibras?

Fugindo às próprias responsabilidades do Governo, Cavaco Silva criticou apenas «os consumos supérfluos e o novo-riquismo dos industriais do Ave» - que, de facto, assumem no conjunto do País foros de escândalo - e nenhuma esperança abriu a uma ajuda efectiva aos trabalhadores do Vale do Ave.

E em que se fundamentariam os operários da Petroquímica, da Nobre & Silva, da Braz & Braz, da Titan, das indústrias eléctricas (ABB, EDP, Cabos Ávila), da Petrogal, da hotelaria, da Bis, da metalurgia de Coimbra, da Empresa Abastecedora de Aeronaves, dos operários e motoristas dos Hospitais e Centros de Saúde que lutam por sentidas reivindicações salariais, contra os despedimentos, contra a repressão patronal em formas de frequente recurso à greve?

Em que se fundamentariam os trabalhadores da Função Pública (Técnicos do Emprego; Músicos, Cantores, Bailarinos e Funcionários Administrativos do Teatro S. Carlos); os jornalistas despedidos da RTP e do «Comércio do Porto», dos trabalhadores das empresas do Chiado a quem não são pagos os subsídios devidos?

E os Médicos que se preparam para a greve na época do Natal e os do Hospital de S. Francisco Xavier (o da escandaleira do Ministério da Saúde) agora despachados em número de 43 para os Centros de Saúde?

E os Professores, os docentes e não docentes do Ensino Superior, e os alunos que em massa protestam contra as condições do ensino, das instalações escolares, do insucesso escolar que acusa números de estarrecer?

E em que se fundamentariam os operários da Região de Lisboa quando anteontem, após uma grande concentração no Rossio, desfilaram até à Assembleia da República protestando contra os intentos de imposição do novo pacote laboral, reclamando melhores salários e a redução imediata para 40 horas do horário de trabalho?

Em que se fundamentariam os agricultores do Oeste, do Norte, do Ribatejo, quando protestam em massa contra as importações maciças de produtos agrícolas vendo as suas produções sem escoamento, contra a falta de acautelamento dos interesses da agricultura portuguesa no quadro da CEE; quando reclamam o pagamento de subsídios de produção, de arranque de vinhas e olivedos, do gasóleo e outros, em grandiosas concentrações e desfiles?

Em que se fundamentam senão na incúria da política do governo, na verdadeira instabilidade social que provoca; nos projectos e nos actos governamentais de agravamento da carga fiscal sobre o trabalho, do desequilíbrio da distribuição a favor do capital e em desfavor dos trabalhadores, do rendimento nacional, dos aumentos salariais e das pensões e reformas que não compensam quase as subidas da taxa de inflação?

O Governo faz todos os dias alarido na sua TV dos 15/17 por cento dos aumentos eleitoralistas das pensões e reformas - mesmo assim muito abaixo dos que são reclamados pelos interessados. Mas imediatamente os rói com a inflação e a subida generalizada do custo de vida.

É nesta situação real, objectiva, profundamente sentida pelos trabalhadores de todas as profissões que se fundamenta a tarefa central imediata do PCP: derrotar e afastar do governo a clique restauracionista governante do PSD e de Cavaco Silva e a sua substituição por um governo de alternativa democrática para uma política democrática.

Resumo

12
Quarta-feira

Sublinhando, com Chevarnaze, a vontade de continuar a cooperação americano-soviética na crise do Golfo, o Presidente Bush anuncia para princípios de Fevereiro, em Moscovo, uma cimeira EUA-URSS ■ Chevarnaze encontra-se com Savimbi e afirma publicamente que também «Angola tem de mudar» ■ A maioria do parlamento sueco delibera o pedido de adesão da Suécia à CEE, para o próximo ano ■ É eleito em Luanda um novo Bureau Político do MPLA-PT, com 21 membros ■ O Comité Central da Frelimo decide convocar um congresso extraordinário, a realizar em breve ■ O chefe do Governo da Roménia afirma-se aberto ao diálogo com a oposição e disposto a fazer substituições ■ Carlos Carvalhas participa num encontro promovido por mulheres que integram a Comissão Nacional de Apoio à candidatura comunista ■ O Presidente e vereadores da Câmara Municipal de Lisboa, no seguimento da sessão extraordinária da CML, anunciam prioridades para o próximo ano e a médio prazo ■ É vendido em hasta pública, por 1,6 milhões de contos, o edifício da garagem militar de Lisboa.

13
Quinta-feira

Ao fim de trinta anos de exílio, regressa à África do Sul o Presidente do ANC, Oliver Tambo ■ Manifestantes apedrejam a sede do Partido do Trabalho da Albânia e confrontam-se com as forças policiais ■ O Presidente da Checoslováquia, Vaclav Havel, é condecorado por Mário Soares com a Ordem da Liberdade e janta com o Presidente da República Portuguesa ■ Um sismo de grande violência causa a morte de vinte pessoas e ferimentos em 200, em várias localidades do leste da Sicília ■ Depois de ser recebido por Bush na Casa Branca, Savimbi mostra-se disposto a reunir-se com José Eduardo dos Santos, e convencido de que um cessar fogo é possível no princípio de 1991 ■ Chevarnaze visita Ancara e declara que a Turquia é um grande parceiro da União Soviética ■ O Presidente dos Estados Unidos anuncia levantamento das sanções comerciais à URSS e a concessão de créditos à União Soviética num valor que poderá ir até aos mil milhões de dólares ■ Após a significativa subida dos sociais democratas nas eleições da Dinamarca, o Primeiro-Ministro conservador mantém-se no poder e inicia a formação do governo ■ O Reitor da Universidade Clássica, discursando na sessão solene de abertura do ano lectivo, lamenta o «desprezo que os poderes públicos demonstram pela instituição universitária» ■ Governo actualiza valor do salário mínimo nacional para 40 100 escudos ■ Carlos Carvalhas participa em debate com estudantes do ISEG.

14
Sexta-feira

Termina o prazo para a apresentação de candidaturas às eleições presidenciais. Carlos Carvalhas, Mário Soares, Basílio Horta e Carlos Marques são os únicos candidatos que se apresentaram ■ O candidato comunista visita o concelho de Cascais e várias localidades da linha ■ Basílio Horta é ignorado em Rio Maior, onde passa em pré-campanha ■ Soares acompanha Havel em passeio ■ Carlos Marques visita discretamente a Marinha Grande ■ O Presidente Bush mostra-se desagradado pela recusa iraquiana das datas avançadas para uma visita de Baker a Bagdad ■ Três israelitas são mortos por arma branca, em mais uma acção da «guerra das facas» que opõe palestinianos à ocupação israelita ■ Oliver Tambo anuncia em Joanesburgo que o ANC poderá rever a sua posição sobre as sanções internacionais à África do Sul ■ A CEE decide conceder com urgência uma ajuda alimentar à URSS no valor de cerca de 135 milhões de contos ■ O Parlamento da Polónia aceita a demissão do Governo de Mazowiecki, enquanto Walesa negoceia formação de novo executivo ■ Na Bulgária o novo primeiro-ministro, Popov, obtém alargamento do prazo para formar governo de transição ■ Na Albânia, os tanques intervêm para controlar as forças anticomunistas que atacam com violência os edifícios públicos em Elbasan ■ Em Portugal, os sete países com língua portuguesa iniciam debate de um Acordo Ortográfico.

15
Sábado

Cimeira de Roma decide abrandar sanções económicas à África do Sul, decisão de que o ANC discorda. Reunido em Conferência, o Congresso Nacional Africano pede, pelo contrário, o reforço das sanções internacionais e protesta pela decisão da CEE ■ Um porta-voz oficial iraquiano anuncia que o previsto encontro entre o Presidente Bush e o chefe da diplomacia iraquiana, Aziz, não se efectuará ■ Centenas de palestinianos são detidos pelas forças de ocupação israelitas em Gaza e na Cisjordânia ■ O exército marroquino patrulha a cidade de Fez, na sequência de confrontos provocados durante a greve geral de 24 horas do dia anterior ■ Carlos Carvalhas visita Coimbra, onde participa num Encontro do PCP sobre Problemas do Ensino Superior.

16
Domingo

O Iraque decreta a mobilização civil, sublinhando o Governo de Bagdad que não anulará a decisão de anexação do Koweit ■ Fiscalizadas por observadores estrangeiros, realizam-se no Haiti as eleições presidenciais. Apesar das tensões e das ameaças dos antigos partidários de Papa Doc, não se registam violências ■ A conferência do ANC dá prazo ao Governo de De Klerk para cumprir todas as reformas do sistema, até Abril do próximo ano, sem o que suspenderá todas as negociações com o regime ■ É assinado, em Lisboa, o Acordo Ortográfico, pelos representantes dos sete países de língua portuguesa ■ São condenados a 19 anos de prisão os assassinos de Chico Mendes, o defensor da Amazónia. A sentença do julgamento, realizado em Xapuri, Brasil, é saudada com aplausos ■ Nacionalistas moldavos protestam em manifestação contra a assinatura do novo Tratado da União, em Kichinev, na URSS.

17
Segunda-feira

Uma moção de desconfiança colocada à votação no Congresso dos Deputados da URSS, contra a política dirigida por Mikhail Gorbatchov sai derrotada por ampla maioria ■ Ministros dos Transportes da CEE aprovam nova linha de comboios de alta velocidade que ligará Lisboa e Porto a Madrid ■ Lothar Maizière demite-se do governo alemão ■ Primeiro-Ministro da Albânia recebe delegados do novo Partido Democrático ■ No Haiti, apesar de não terem sido publicados ainda os resultados das eleições presidenciais, festeja-se já a vitória do candidato Aristide ■ Parlamento marroquino reúne para debater os incidentes ocorridos nas vésperas, em Fez e Tânger, no decorrer da greve ■ O Presidente Bush adverte novamente o Iraque de que deve retirar do Koweit até ao dia 15 de Janeiro, data limite aprovada pela ONU ■ Em encontro com desportistas, o candidato do PCP, Carlos Carvalhas, defende um maior apoio do Estado ao associativismo ■ Após reunião, a Comissão Política do CC do PCP publica uma nota em que toma posição sobre a Cimeira de Roma, sobre o processo de regionalização e sobre as eleições presidenciais, entre outros temas.

18
Terça-feira

O ministro da Defesa, Fernando Nogueira, afirma que o sistema de incentivos às Forças Armadas será lei até fins de Março do próximo ano ■ Um antigo pré-candidato presidencial, Vasconcelos e Sá, apresenta queixa contra Mário Soares por alegada infracção à Constituição; em Ponta Delgada, Mário Soares afirmou que «não se oporia à independência dos Açores, caso fosse essa a vontade dos açorianos» ■ O Diário de Notícias publica uma sondagem que revela, entre outras coisas, que a maioria prefere um Presidente da República e um Governo de áreas ou partidos políticos diferentes ■ Os ministros do Trabalho dos Doze aprovam a primeira directiva para a Carta Social Europeia ■ A Comunidade Europeia afirma em Bruxelas a sua disponibilidade para contactos com o Iraque para encontrar saída diplomática para a crise do Golfo ■ Na ONU volta a ser adiada a votação de um projecto de resolução do Conselho de Segurança sobre a questão palestiniana devido a divergências dos EUA ■ Fracassa na Polónia a primeira tentativa de formação de Governo após a eleição de Walesa para a presidência do país.

Avante!
Proletários de todos os países UNI-VOS!
O jornal dos trabalhadores da democracia e do socialismo
PROPRIEDADE: *Partido Comunista Português*. Rua Soeiro Pereira Gomes – 1699 – Lisboa CODEX Tel. 76 83 45
DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soeiro Pereira Gomes – 1699 Lisboa CODEX Tel. 76 97 25/76 97 22
ADMINISTRAÇÃO: EDITORIAL «AVANTE!», SA Rua de São Bernardo, 14, 2.º 1200 Lisboa Capital social: 15 000 000$00 CRC matrícula: 47059 NIF – 500 090 440
DISTRIBUIÇÃO: *CDL, Central Distribuidora Livreira, SARL*. Serviços Centrais: Av. Santos Dumont, 57 - 2.º 1000 Lisboa Tel. 73 22 75/76 11 31/73 48 17
Casa da Venda em Lisboa: Rua do Século, 80 – 1200 Lisboa Tel. 32 19 16
ASSINATURAS: Rua de São Bernardo, 14 1200 Lisboa. Tel. 67 01 93/7
ALTERAÇÕES DE ULTIMA HORA Das 22 às 2 horas – Tel. 90 00 44
EXPEDIÇÃO: R. João de Deus, 24 – Venda Nova 2700 Amadora. Tel. 90 00 44
PUBLICIDADE CENTRAL: Rua de São Bernardo, 14, 2.º Tel. 67 01 93
Porto – Rua do Almada, 18-2.º Esq.º – 4000 Porto. Tel. 38 10 67
Delegaçao do Norte Centro Distribuidor do Porto R. Miguel Bombarda, 578 4000 Porto Tel. 69 39 08/69 96 15
Centro Distribuidor de Coimbra: Terreiro da Erva, 6 – 3000 Coimbra Tel. 28394
Composto e impresso na Heska Portuguesa – R. Elias Garcia, 27 Venda Nova – 2700 Amadora
Depósito legal n.º 205/85
Tiragem média do mês de Novembro: 20 800

Semana

Avante!

Ano 60 – Série VII
N.º 887
20 de Dezembro de 1990
2.º Caderno
Não pode ser vendido separadamente

A ASSEMBLEIA DA ORGANIZAÇÃO REGIONAL DE LISBOA DO PCP

Os comunistas do distrito de Lisboa não hesitam e apontam com audácia linhas prioritárias de acção

Com os trabalhadores e o povo, um PCP mais forte, um futuro melhor.

O lema de uma iniciativa pode ser mais ou menos expressivo, pode sintetizar com mais ou menos vivacidade os objectivos e as perspectivas de um grande debate.

O lema da 2.ª Assembleia da Organização Regional de Lisboa (ORL) do Partido Comunista Português, realizada nos passados dias 14 e 15 no cinema D. João V, na Damaia, teve o mérito de reunir as duas características.

Primeiro: definindo como objectivo central «a criação de condições para reforçar a ligação do Partido às massas no distrito de Lisboa», a 2.ª Assembleia mostrou o inegável prestígio do PCP junto dos **trabalhadores** e do **povo** da região.

Segunda: ao analisar e debater com rigor os problemas da organização no distrito e ao avançar medidas de reestruturação, nomeadamente no trabalho de direcção (ver na pág. 2 apontamento sobre a nova DORL e seus organismos executivos), a Assembleia mostrou que há caminhos a percorrer tendo em vista **um PCP mais forte.**

O lema fala também de **futuro.** E quanto a isso não tenhamos dúvidas: com o reforço da ligação do Partido às massas e com um PCP mais forte o futuro será, certamente, melhor.

Seis sessões de trabalho

Tendo um ponto único na sua ordem de trabalhos («Discussão e votação da Resolução Política e eleição da nova DORL»), A Assembleia registou um elevado conjunto de intervenções ao longo de seis animadas sessões de trabalho, iniciadas na noite de sexta-feira. Para cerca de 20 intervenções já não houve tempo. Nalguns casos foi possível recolher apontamentos escritos.

Na sessão de encerramento, ao fim da tarde de sábado, o vasto auditório do D. João V, sala espaçosa, pertença daquele que é conhecido como o Município de Abril — a Amadora —, interveio o secretário-geral do PCP, camarada Álvaro Cunhal (ver neste caderno do Avante!).

Na tribuna da Assembleia da ORL, a mais poderosa Organização Regional do PCP, encontravam-se, para além dos camaradas Álvaro Cunhal, José Casanova, da Comissão Política, Octávio Pato, do Secretariado e da Comissão Central de Controlo e Quadros, e António Andrez, da Comissão Executiva Nacional, outros dirigentes do Partido, camaradas com responsabilidades a vários níveis no trabalho de direcção da ORL, militantes comunistas directamente ligados a diferentes sectores de actividade — autarquias, movimento sindical unitário, empresas, juventude e ensino, colectividades, muitheres, quadros técnicos e científicos, etc.

A intervenção de relevo na abertura dos trabalhos coube ao camarada José Casanova, que apresentou as grandes linhas da intensa acção que tem sido desenvolvida pela ORL desde a 1.ª Assembleia — 1984 e também as perspectivas e objectivos futuros que animam os militantes e as organizações do Partido no populoso distrito de Lisboa.

O balanço da Assembleia esteve em foco na intervenção final, pelo camarada **António Andrez.**

Entre as palavras de José Casanova e as de António Andrez, foi o desenrolar de uma grande iniciativa, assinalada do primeiro ao último minuto pelo empenhamento e combatividade das centenas de delegados presentes, oriundos de todos os pontos do distrito. Combatividade acompanhada também por um ambiente de grande confiança, de unidade e coesão do Partido, de profunda ligação às realidades.

Nota saliente desta 2.ª Assembleia o extraordinário entusiasmo e apoio dos militantes comunistas da ORL à candidatura de Carlos Carvalhas, secretário-geral adjunto do PCP às Presidenciais de Janeiro de 91.

Agora, mãos ao trabalho. Os mais de 45 000 comunistas da OR de Lisboa têm prioridades, que a Resolução Política aprovada na Damaia claramente define:

«Tendo presentes a realidade do Distrito de Lisboa e o objectivo de reforçar a ligação do Partido às massas para ampliar a sua influência social, eleitoral e política, definem-se como linhas prioritárias de acção para a Organização Regional de Lisboa do PCP, as seguintes:

- *A acção junto da classe operária e dos trabalhadores;*
- *A acção junto das populações;*
- *A acção junto da juventude;*
- *A acção junto dos intelectuais e quadros técnicos.»*

Para cada uma daquelas linhas prioritárias a Assembleia apontou estratégias, perspectivas, objectivos e caminhos a percorrer.

→

No decorrer da 2.ª Assembleia da OR de Lisboa registaram-se numerosas intervenções, naturalmente muito diversificadas no seu conteúdo, embora com um traço comum: a profunda ligação às realidades regionais, a vontade de ultrapassar insuficiências, a capacidade de avançar propostas realistas e medidas enérgicas para o melhoramento de todo o trabalho e da intervenção do Partido em todas as áreas

edições Avante!

PORTUGAL INDEPENDENTE NO MUNDO EM MUDANÇA

Encontro do PCP sobre a Independência Nacional

À VENDA

a Talhe de FOICE

Dachau

Dachau, pequena cidade alemã nos arredores de Munique, no estado da Baviera, ganhou hedionda celebridade quando, nos estertores do regime hitleriano, nela se descobriu o que havia sido o primeiro campo de extermínio nazi durante a II Guerra Mundial. As feridas foram sarando mas as instalações do campo de extremínio de Dachau lá continuam, com as suas salas de execução em massa e os fornos crematórios onde arderam dezenas de milhares de pessoas vítimas da maior bestialidade da História moderna. E continuam, para que a memória colectiva dos povos não esqueça.

Só que há formas perversas de não esquecer. Ou de lembrar. Foi o que aconteceu há dias, 45 anos depois da monstruosidade e no limiar do século XXI, quando as autoridades do Distrito de Dachau resolveram ponderar a utilização das instalações do antigo campo de concentração e de extermínio para **abrigo** de refugiados de países de Leste.

Com o argumento de que «saía mais barato» recorrer a instalações já edificadas, que improvisar novas.

Dentro deste critério, poderiam ter-se lembrado dos cemitérios — mas se calhar não quiseram incomodar os seus mortos com tão indesejáveis vivos, preferindo um local onde só paira a memória da morte dos outros.

Aliás, da família daqueles que agora atravessam fronteiras em busca do paraíso capitalista e acabam, para já, empilhados em campos de refugiados.

É claro que esta ideia das autoridades de Dachau foi imediatamente repelida pelos partidos e organizações que são oposição à maioria democrata-cristã que impera neste Distrito e, em geral, no estado da Baviera, e de forma tão veemente e indignada que os autores da proposta se tentaram dissociar dela, calando-se.

Não por vergonha própria, obviamente, mas pela resistência alheia, que poderia acarretar custos políticos. Aliás, Hitler e o partido nazi também se foram impondo assim: em recuos cobardes, mal despontava qualquer oposição concreta à sordidez dos seus actos e fortalecendo posições a ferro e fogo nos espaços de hesitação, indiferença, ou até desprezo.

O que não tranquiliza ninguém.

Mas o que é mais inquietante é outra coisa.

É haver quem descanse com o refluxo deste regorgitar nazi, ignorando as causas que permitem tais manifestações e definindo o seu recuo circunstancial como a prova acabada de que a democracia funciona e tudo absorve.

São os mesmos, aliás, que vêm exultando com o descalabro a Leste, nele descobrindo a prova provada das virtudes do capitalismo e dele esquecendo um passado inteiro que, mesmo percorrido de erros, foi decisivo e fundamental para a concretização de **todos** os avanços sociais, políticos, económicos e culturais conquistados e ocorridos a Ocidente.

Dirão esses, perante a monstruosidade agora congeminada pelas autoridades de Dachau, que não passa tudo de uma bizarria a que se não deve dar grande importância.

Como não se devia dar ao folclore dos «hooligans» antes da chacina de Heysel Park, e continuou a não se dar até o caso se transformar em algo sinistramente vasto, organizado, actuante... e incontrolável.

Esquecendo, entretanto, que estes fenómenos cripto-fascistas — surjam eles sob forma de «ideias bizarras» ou concretizando graves crimes — emergem, não duma espécie de excentricidade social mas de um caldo sociocultural caracteristicamente capitalista, onde o desemprego, a marginalidade, a corrupção, a miséria, a competição desenfreada, a lei do mais forte, a gula do lucro, a exacerbação da propriedade, a manipulação informativa e cultural, etc., etc., são realidades que integram a própria lógica do sistema e abrem caminho a todas as violências, irrompendo de e num mundo percorrido de desigualdades e rasgado de injustiças.

A repressão ou, no mínimo, o desprezo pelos mais fracos foi, é, e será sempre a resposta do capitalismo às crises ou afrontamentos sociais, porque a única transparência que conhece, a grande lógica que sabe e quer defender é a do lucro.

Foi por essa porta, sempre escancarada, que entraram há dias as autoridades de Dachau. Querendo reactivar um campo de extermínio humano pelo simples facto de **sair mais barato.**

■ **HC**

PCP

ASSEMBLEIA DA ORL DO PCP

A nova DORL e os seus organismos executivos

Em sessão reservada aos delegados, ao princípio da tarde de sábado, foi eleita a Direcção Regional do PCP. A nova DORL passou de 63 para **100** membros. A composição actual da DORL — eleita por unanimidade — integra **25** mulheres (eram 16 na Direcção anterior), **27** eleitos do Poder Local (incluindo 4 presidentes de Câmaras Municipais), **28** dirigentes, delegados e activistas sindicais, incluindo membros de CTs, **2** deputados e **16** eleitos nas estruturas do movimento associativo e popular.

Com uma média de idades de **41,1** anos, a nova DORL é constituída por **42 por cento** de operários, **36 por cento** de empregados e **22 por cento** de quadros técnicos e intelectuais.

A nova DORL aprovou, entretanto, a composição dos seus organismos executivos: o **secretariado** com 5 elementos; o **executivo** com 11; e a **comissão distrital** com 24.

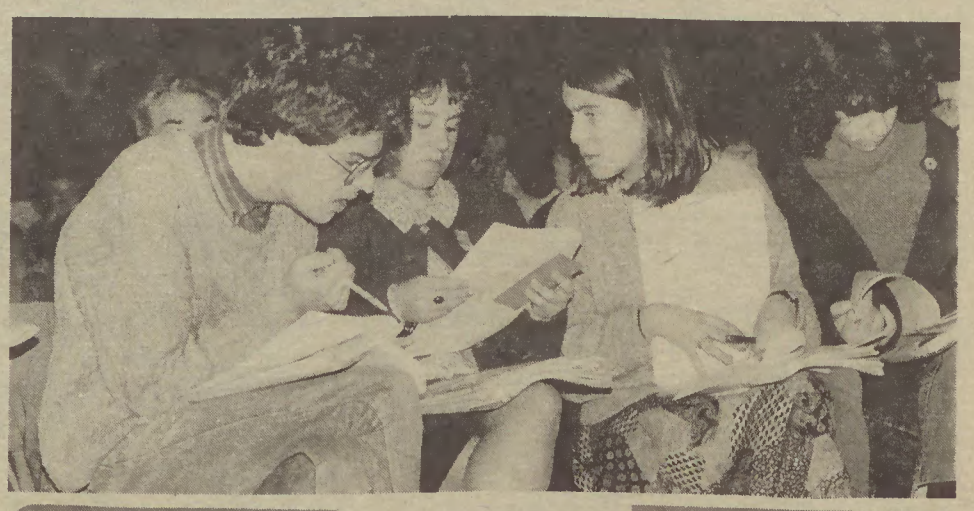
Saliente-se, a propósito, o apontamento que a Resolução aprovada na 2.ª Assembleia da ORL dedica àquele novo organismo:

À Comissão Distrial — organismo composto por camaradas de todas as grandes organizações do Distrito e pelos responsáveis pelas principais frentes e linhas prioritárias de trabalho — compete:

- *O debate e acompanhamento* ***a par e passo do desenvolvimento das organizações partidárias e da sua actividade visando o reforço da ligação do Partido às massas;***

- *O controlo de execução* ***dinâmico e criativo da aplicação das medidas e orientações traçadas, particularmente as que respeitam às quatro linhas prioritárias de acção.***

Jovens na 2.ª Assembleia da ORL — uma presença em foco no grande debate da Damaia. Jovens que deram o seu valioso contributo para uma iniciativa de grande alcance, que a RTP «esqueceu»... Refira-se, entretanto, que a 2.ª Assembleia da ORL aprovou uma Resolução Política, enriquecida por cerca de 170 propostas de melhoramento e alteração, dum total de mais de 220 apresentadas individual e colectivamente pelos militantes. No decorrer da Assembleia foram proferidas cerca de 60 intervenções, contemplando experiências de trabalho na organização, a actividade junto da juventude, operariado, mulheres, autarquias, deficientes, colectividades e associações, intelectuais, quadros técnicos e científicos. Temas como as mutações sociais no distrito, aspectos da vida cultural, situação nas empresas e na agricultura (concelhos do norte do distrito), acção das Concelhias, entre outros, foram abordados com objectividade na tribuna da Assembleia da ORL, que aprovou várias moções



O combate à destruição da vida cultural

(...) A situação de negação e de instrumentalização da cultura de que Lisboa tem sido o palco principal, mas que se estende pela via do poder central a todo o País; a destruição de áreas do património e de estruturas e sectores importantes como teatros, cinemas e orquestras; as tentativas de alterar gravemente a vida dos Teatros Nacional de S. Carlos e D. Maria II; as medidas que visam uma maior manipulação de órgãos importantes como o IPC, o IPPC e outras áreas do poder central; o esvaziamento da vida cultural da cidade, o desinteresse pela descentralização que no distrito é principalmente levada a cabo pelas Autarquias CDU; o desprezo pelo património e pelas raízes culturais dos bairros de Lisboa e das camadas de diversas origens regionais que fazem deste distrito uma área riquíssima e multifacetada de perspectivas de acção — impõem-nos medidas sérias de estudo das políticas dos vários sectores do poder central e de combate à destruição da vida cultural, lutando por uma democratização mais acentuada da fruição e da criação, pela descentralização regional e local, em defesa do património e da identidade das populações do distrito e do futuro da cultura e dos criadores (...)

Modesto Navarro

PCP

II ASSEMBLEIA DA ORL DO PCP

Intervenção de Álvaro Cunhal

Agora não se trata apenas de mensagem e de propostas políticas mas de votos

O camarada Álvaro Cunhal, no encerramento dos trabalhos da II Assembleia da ORL do PCP, proferiu um extenso discurso em que, para além de se referir particularmente aos debates e conclusões da reunião desta «grande e influente organização» do Partido, abordou algumas das mais candentes questões da situação política. Do discurso, publicamos hoje significativos extractos:

(...) É geralmente reconhecido que o nosso Partido tem lutado consequentemente pela regionalização. É uma necessidade para que seja dada a resposta necessária e correcta aos problemas regionais. É uma necessidade objectiva para alcançar a diminuição das assimetrias regionais e para o desenvolvimento regional. É uma solução relativa à organização administrativa visando a descentralização de poderes e competências do governo central e o reforço das competências e iniciativa do poder local democrático, no cumprimento dos preceitos constitucionais designadamente aqueles que determinam que as atribuições e a organização das autarquias locais e a competência dos seus órgãos se regem pelo princípio da descentralização administrativa (art.º 239 da Constituição).

É também sabido de toda a gente que da parte do Governo tem havido, como um dos aspectos da sua ofensiva contra a democracia política, por um lado os entraves à concretização da regionalização e por outro lado uma ofensiva persistente e sistemática contra o poder local democrático, seja pela transferência de obrigações e encargos sem transferência correspondente de recursos, seja pela redução efectiva de verbas, seja pela criação de estruturas (como é o caso das CDRs) com poderes que ferem gravemente os poderes, competências e iniciativa dos órgãos autárquicos.

Qual a razão por que o Governo escolhe precisamente este momento, em que a vida política nacional está em larga medida absorvida pelas campanhas para as eleições presidenciais, para apresentar finalmente uma proposta de Lei-Quadro de Regionalização?

Os portugueses, as autarquias e todos os órgãos autárquicos, todos os democratas, devem tomar consciência de que o Governo escolheu este momento para que passe o mais possível sem grande escândalo e resistência **o propósito de impor ao país uma lei que contraria frontalmente alguns princípios e objectivos básicos da regionalização** (tal como a define a Constituição) **ou seja do reconhecimento e instituição de regiões administrativas como autarquias locais do Continente cujos órgãos terão tarefas de coordenação e apoio à acção dos municípios mas «no respeito da autonomia destes e sem limitação dos respectivos poderes», como dispõe a Constituição no seu art.º 257.**

A proposta do Governo de manifesta inconstitucionalidade em muitas das suas disposições **visa por um lado levantar novos obstáculos ao processo de regionalização** (prazos dilatados, exigência de maiorias absolutas nas Assembleias Municipais que têm de pronunciar-se, etc). **Pretende por outro lado impor uma centralização e governamentalização de poderes que, segundo o que expressamente determina a Constituição, cabem ao poder local.**

A Constituição determina que o funcionamento e a competência dos órgãos regionais são definidos por Lei da Assembleia da República? Infringindo este princípio, o Governo pretende que tal competência seja do Governo por Decreto-Lei e não da Assembleia da República.

A Constituição determina que é da competência das regiões administrativas a elaboração dos Planos de Desenvolvimento Regional? Infringindo este princípio, o Governo pretende sujeitar os Planos à ratificação do governo.

A Constituição indica competências dos órgãos regionais? Infringindo tais princípios, o Governo pretende chamar a si muitas delas.

Mas a proposta mais esclarecedora do que se pretende com esta lei-quadro é **colocar à frente das regiões um representante do Governo** (que a proposta apelida de **Governador Regional) o qual seria um tiranete policial e um mandarete do Governo através do qual este se arrogaria o direito não só de atentar contra liberdades e direitos fundamentais dos cidadãos, como de controlar, ingerir-se, entravar, ultrapassar e chamar a si competências dos órgãos autárquicos, violando os princípios fundamentais da descentralização administrativa.**

A campanha eleitoral e as outras frentes de luta em que as forças políticas e o país estão envolvidos neste findar do ano não podem fazer esquecer a gravidade e o significado desta proposta do Governo.

Temos de desmascará-la e chamar à luta contra ela todos aqueles e designadamente os eleitos nos órgãos autárquicos (seja qual for o partido a que pertençam) que estão interessados na defesa do poder local contra **uma proposta centralizadora frontalmente contrária aos interesses locais e regionais.**

(...) Nos últimos dias, tornaram-se conhecidos novos e importantes factos relativos à conversão da CEE numa União Política.

Hoje mesmo está a ser realizada em Roma uma Conferência Intergovernamental, preparatória do Conselho Europeu que se apronta para acelerar o que chama «a construção política da Europa dos Doze», ou seja a União Política.

Num recente documento comum Helmut Kohl e François Mitterrand fizeram propostas concretas relativas às bases e às estruturas da União Política.

Kohl e Mitterrand (ou seja a Alemanha Unificada e a França) propõem a criação de instâncias e decisões supranacionais, o estabelecimento de orientações e linhas directivas essenciais de uma política externa comum e de uma política de segurança comum e a integração da UEO na União Política como seu pilar militar.

Estas propostas, que são animadas (nas palavras de Kohl e Mitterrand) pela ideia da «vocação federal» da União Política, a serem adoptadas, **representam a evolução da CEE no sentido de uma Federação de Estados na perspectiva da qual se perfila já, embora com contornos mal definidos, um Governo Federal, um Parlamento Europeu com competências legislativas de aceitação obrigatória para todos os Estados membros e o estabelecimento de um «cidadania europeia».**

Trata-se de uma evolução perigosa da CEE, que, **a concretizar-se acentuará ainda mais a imposição dos interesses e da vontade dos mais fortes e o sacrifício dos interesses, soberania e independência dos mais fracos, como é o caso de Portugal.**

No Encontro sobre a independência nacional que o nosso Partido realizou recentemente foi largamente abordada esta problemática e foram apontados os perigos de tal evolução para Portugal, para os seus interesses, para a sua independência.

Neste quadro complexo, é de exigir que o Governo português, em vez de se submeter docilmente à vontade e às propostas dos países mais desenvolvidos, em vez de aceitar mais ou menos passivamente as orientações que o súbito e instável eixo Kohl-Mitterrand pretende ditar, defenda firmemente **soluções que acentuem o desenvolvimento da cooperação, da solidariedade, da coesão económica e da coesão social, e contrarie a imposição de uma política externa comum, de uma integração militar através da UEO, e a criação de estruturas supranacionais com decisões tomadas por maioria em matérias de interesse vital para os Estados Membros.**

Pelo que se conhece não é esta a posição do Governo.

Somos pelo aprofundamento da cooperação e da solidariedade. Somos por soluções e decisões internacionais que envolvam necessariamente negociações e acordos.

País membro da CEE Portugal tem interesses próprios, voz própria, soberania e independência nacionais a assegurar.

Contra a capitulação ante interesses estrangeiros, contra concepções de «soberania partilhada» a encapotar a aceitação de subalternidade, o nosso Partido continua firmemente a defender os interesses de Portugal e do povo português, seja pela orientação da política portuguesa, seja pela actuação patriótica na CEE e nas relações externas em geral. (...)

A votação nas presidenciais e o eleitorado dos partidos

Estas eleições aparecem com características particulares.

Mário Soares é apoiado pelo PS e por Cavaco e pelo PSD. Basílio Horta é apoiado pelo CDS e por parte do PSD. Sabe-se também que nas eleições presidenciais e no voto em tal ou tal candidato pesam factores distintos da opção directamente partidária que se verifica nas eleições legislativas e autárquicas.

É uma evidência que na votação de 13 de Janeiro, dadas estas circunstâncias e dadas as misturas políticas, **não será possível contabilizar os votos de cada partido nem identificar as fronteiras do eleitorado de cada partido.**

Por isso, aparecendo praticamente como decidido o resultado a um mês de distância, **todas as campanhas e todos os partidos,** aliás desde que a arrumação das forças políticas se desenhou, **mais do que para o resultado final das eleições estão voltados para a acção e o desenvolvimento da situação política para além das eleições presidenciais.**

Uma eleição tem como fim eleger alguém. A batalha eleitoral desenvolve-se em geral numa competição a fim de se decidir quem será eleito. Neste caso das eleições presidenciais, na situação concreta e singular que se criou, pode dizer-se que não é essa a dinâmica das campanhas dos candidatos, uma vez que, por uma série de circunstâncias, e designadamente pela arrumação das forças políticas e o apoio concertado do PS e do PSD ao

➔

PCP

Intervenção de Álvaro Cunhal

candidato Mário Soares, já é praticamente certa a eleição deste candidato.

O nosso Partido, desde que decidiu apresentar um candidato às presidenciais esclareceu que se tratava fundamentalmente de conduzir nesse terreno **uma grande campanha política de esclarecimento**, de **levar ao povo português a mensagem e as propostas do Partido**, de **projectar para a acção ulterior e nomeadamente tendo em vista as eleições legislativas a acção desenvolvida na campanha das presidenciais.** A campanha mantém esses objectivos.

Mas, **tomada a decisão pelo Comité Central de que a candidatura de Carlos Carvalhas vá até às urnas, não se põe apenas como tarefa conduzir a acção política na campanha, mas desenvolver a campanha de forma a conseguir o máximo de votos possível, apesar da natureza específica das eleições presidenciais e das circunstâncias específicas em que as próximas se realizam.**

Que não se faça entretanto futurologia acerca de percentagens. Que não se atribua tal ou tal significado a tal ou tal percentagem. Que não se pretenda abusivamente confundir a votação nas presidenciais com a votação nas legislativas e autárquicas. Que não se atribua, em termos de percentagem, a linha de demarcação do êxito e do insucesso.

Entretanto, para nós, comunistas, e para os democratas que nos acompanham nesta batalha, agora **não se trata apenas de mensagem e de propostas políticas mas de votos.**

O Comité Central sublinhou que a ida às urnas da candidatura de Carlos Carvalhas oferece uma possibilidade de intervenção eleitoral dos que não se reconhecem nas outras candidaturas e apelou a todos os membros e simpatizantes do Partido e outros democratas, não só para participarem activamente na campanha, como também para **um voto militante e coerente, que traduza a determinação de continuar o combate para além das eleições presidenciais com vista a uma alternativa à política e ao Governo de direita.**

É pois também para esse voto militante e coerente que desde agora temos de desenvolver a campanha para as presidenciais.

Tal resultado está ao nosso alcance.

(...)

A luta por uma alternativa para lá das presidenciais

A campanha para as eleições presidenciais ocupa neste findar do ano e até 13 de Janeiro, dia das eleições, uma importante parte da vida política nacional.

O nosso Partido está empenhado na batalha e, agora com a decisão de ir até às urnas, temos necessidade, no pouco tempo que falta, de consagrar à campanha de Carlos Carvalhas mais energias e recursos.

Como porém os trabalhos da 2.ª Assembleia da Organização Regional de Lisboa mostraram, o nosso Partido não limita à campanha eleitoral para as presidenciais a sua actividade até 13 de Janeiro.

A própria decisão de ir até ao voto tem objectivos que vão para além da campanha e dos resultados das eleições presidenciais. Como sublinhou a Resolução do Comité Central, **a decisão de ir até ao voto poderá constituir um poderoso factor de dinamização não só da campanha eleitoral, como também da actuação partidária em todas as direcções em que se desenvolve.**

(...)

A 2.ª Assembleia da ORL constitui uma demonstração documentada relativa ao distrito de Lisboa, mas que em graus diversos se verifica em todo o país, da **diversificada, constante e poderosa intervenção do nosso Partido na vida política, social, económica e cultural.**

O nosso Partido está empenhado e vai estar mais empenhado na campanha de Carlos Carvalhas. Mas ao mesmo tempo — atribuindo importância que pode ser determinante à **movimentação de massas** — apoia, promove e organiza **lutas e iniciativas** dos trabalhadores, dos agricultores, das mulheres, dos jovens, dos intelectuais, de todas as classes e camadas antimonopolistas, dos reformados e pessoas idosas, dos deficientes, das populações, contra aspectos concretos da política do Governo e por reivindicações concretas e imediats.

Ao mesmo tempo — com todo o significado e valor de intervenção do Partido ao nível do Estado e das instituições — o nosso **Grupo Parlamentar** faz frente à actuação, decisões e propostas do Governo de direita e apresenta projectos de lei que visam a solução de muitos dos mais graves problemas do povo e do país; e os **nossos eleitos nas Autarquias** desenvolvem um intenso trabalho para a solução dos problemas das populações respectivas e dão exemplos de como os comunistas entendem o exercício do poder que o voto popular lhes atribui.

Ao mesmo tempo **realizam-se por todo o país** (tal como aqui no distrito de Lisboa) **Assembleias das organizações** que fazem o balanço da sua actividade, definem orientações e tarefas políticas, aprovam decisões relativas à ligação com as massas e ao reforço do Partido, elegem e renovam os organismos de direcção.

A conjugação e a influência recíproca de toda a intensa actividade do Partido em todas estas direcções estão criando uma dinâmica nova que se deve projectar para além das eleições presidenciais e do seu resultado na acção e na luta posterior em todas as numerosas direcções, mas tendo em vista o objectivo político central da actual fase da vida portuguesa: afastar a direita do Governo e alcançar uma alternativa democrática ao Governo de direita e à política de direita.

(...)

Em Loures
Jantar-convívio com Álvaro Cunhal

Um jantar-convívio promovido no início da semana pela Comissão Concelhia de **Loures** do PCP e tendo como convidado especial o secretário-geral do PCP, **Álvaro Cunhal**, encheu o grande refeitório da Câmara Municipal com largas centenas de camaradas e amigos, que deram à iniciativa uma grandiosidade só comparável ao entusiasmo e confiança que caracterizaram o convívio. Usaram da palavra **Herbert Goulart**, pela Intervenção Democrática (ID), **Demétrio Alves**, o actual presidente da Câmara Municipal de Loures, que assumiu a efectividade de funções após renúncia do camarada Severiano Falcão, e, a encerrar, o secretário-geral do PCP, cuja intervenção de improviso condensamos a seguir.

Álvaro Cunhal começou por dizer que a gestão democrática da Câmara Municipal de Loures, «que vinha de trás e se prolongou depois da vitória que alcançámos, faz agora um ano», tem uma história que merece ser contada — com as suas dificuldades, os obstáculos que foi necessário vencer, a inexperiência que havia da parte daqueles que assumiram tão altas responsabilidades na gestão autárquica e que, num curto espaço de tempo, tiveram de aprender com a vida e as populações a gerir tantos e tão complexos problemas como os que tem o Concelho de Loures.

«É uma história em que se revelaram homens, mulheres, jovens, num trabalho que deixa marcas positivas na vida das populações e do Concelho. Sabemos que uma parte deste percurso foi percorrida com o presidente da Câmara, Severiano Falcão, e creio que, fazendo história, é justo salientar o trabalho que este camarada realizou no decurso dos anos em que foi presidente da Câmara», sublinhou.

Realçou de seguida a importância do trabalho colectivo na resolução dos problemas, recordando que o PCP está habituado a considerar as responsabilidades individuais inseridas nas responsabilidades colectivas, acrescentando: «num momento em que estamos a comemorar um acontecimento do passado, mas em que estamos numa acção presente e voltados para o futuro, se falamos com todo o apreço do actual presidente da Câmara, o nosso camarada Demétrio Alves, o vemos inserido num colectivo militante e trabalhador, como esteve Severiano Falcão e estiveram os vereadores que, na sua acção individual e no seu colectivo têm, na verdade, realizado neste Concelho uma obra notável».

O exercício do poder

«Sabemos que, hoje, o trabalho dos eleitos autárquicos se desenvolve debaixo de uma ofensiva tremenda contra o Poder Local democrático; é o estrangulamento financeiro, é a transferência de obrigações sem a transferência de recursos, são todas as medidas que o Governo toma para impedir que este elemento integrante da democracia portuguesa possa resolver os problemas das populações», considerou de seguida o orador, recordando que uma das características fundamentais dos comunistas e seus aliados no trabalho das autarquias é a compreensão de que tudo se faz com as populações, que não estão «destinadas apenas a ouvir, mas a intervir» na resolução dos problemas.

«A boa ou má compreensão do que é o exercício do poder está na origem de muitas e graves derrotas de pessoas que lutaram por ideais muito próximos dos nossos», comentou Álvaro Cunhal, após evidenciar a constante ligação às populações e ao povo que caracteriza o trabalho autárquico dos comunistas e seus aliados e explicar que o poder não deve ser exercido fora do apoio que vem do povo, mas com a intervenção criativa e dinâmica das massas populares, ligando esse exercício defeituoso do poder a acontecimentos históricos e grandes derrotas na causa do socialismo.

Retomando a questão da ofensiva contra o Poder Local democrático levada a cabo pelo Governo, Álvaro Cunhal considerou que visa a própria democracia política portuguesa — essa que alguns partidos gravam como elemento essencial e quase único da democracia. E a ofensiva governamental não surge apenas no aspecto social, como é exemplo flagrante o novo pacote laboral, ou na Regionalização, que se fosse por diante, como o Governo a pretende, estabeleceria nas Regiões uns mandaretes do Poder Central.

Candidatura política

«Não estaríamos aqui tantos se não estivéssemos confiantes», afirmou mais adiante, «e confiantes não apenas em relação a Loures e ao seu trabalho autárquico, mas também ao curso da política portuguesa, à capacidade de defendermos a nossa democracia, e derrotarmos este Governo e à possibilidade de se conseguir uma alternativa democrática».

Falando da candidatura de Carlos Carvalhas às eleições para a Presidência da República, Álvaro Cunhal definiu-a como «indispensável no actual momento político». A presença desta voz (ou de outra, apoiada pelos comunistas, como já aconteceu), sendo indispensável, é também mais política que eleitoral e não será a percentagem dos votos que traduzirá o êxito desta campanha, «que visa gravar no espírito do nosso povo uma perspectiva mais larga da derrota da direita e de uma vitória democrática». Por isso os votos em Carlos Carvalhas são uma afirmação da determinação em prosseguir, para além das eleições presidenciais, a luta por uma alternativa democrática.

E além disso quem pode contar votos? perguntou. Os de Basílio Horta serão do CDS ou do PSD? E Mário Soares? Saberá distinguir, na sua provável vitória, os votos do PS dos do PSD? Isto para apontar as especificidades destas eleições, onde haverá uma rearrumação conjuntural de forças políticas que não corresponderá às áreas eleitorais tradicionais. Quanto a Carlos Carvalhas, é uma candidatura onde está o candidato e o Partido e que procura, fundamentalmente, um resultado político, sem, naturalmente, deixar de lutar pela melhor percentagem possível, sublinhando que o ambiente que se respira (de que o jantar-convívio de Loures também era um exemplo) mostra que o candidato do Partido foi bem escolhido e está a encontrar grande simpatia, que a sua postura política e o rigor das suas intervenções têm grangeado.

PCP

Nota da Comissão Política

Integração europeia, regionalização, eleições presidenciais

1. A Comissão Política apreciou os mais recentes desenvolvimentos do processo de evolução da CEE, em particular os resultados da Cimeira de Roma, os mandatos conferidos às Conferências Intergovernamentais e o procedimento do Governo português face às importantes questões colocadas.

A carta de François Mitterrand e Helmut Kholl, na véspera das conferências intergovernamentais, pretendendo antecipar objectivos e orientações, corresponde a uma intenção de hegemonia e controlo de decisões por parte de grandes potências da CEE. Por outro lado, em todo este processo, avulta a marginalização da opinião pública, dos partidos que representam as correntes mais significativas e dos parlamentos nacionais, particularmente acentuada no caso português. No caso concreto de Portugal, este facto é particularmente nítido e acentuado, acontecendo mesmo que o memorando da delegação portuguesa sobre «a união política na perspectiva da Conferência Intergovernamental» só foi distribuído aos partidos representados na Assembleia da República vários dias após a sua entrega à Comunidade Europeia, apesar de conter matérias e orientações que exigiriam intervenção da Assembleia da República e até mesmo uma revisão constitucional.

Naqueles documentos, e nos resultados da Cimeira de Roma já conhecidos, avulta um entendimento cada vez mais amplo e distorcido do princípio da subsidiariedade (segundo o qual só deve ser da competência da CEE o que não possa ser melhor realizado a nível nacional) e da eventual criação da «união política europeia» em termos que, mesmo afirmando-se mais ou menos gradualistas, são muito amplos, e próximos do avanço para um projecto federal, gravemente limitativo da soberania e independência nacional e controlado e hegemonizado pelos países mais ricos e poderosos e pelas multinacionais.

O PCP reafirma que a evolução do processo de integração comunitária deve assentar e acompanhar a concretização da coesão económica e social entre os Estados-membros, e considera absolutamente inadmissível qualquer tentativa, como a do presidente da Comissão das Comunidades Europeias, de excluir a coesão económica e social do âmbito da União Económica e Monetária. Por outro lado, o PCP exprime a sua oposição às intenções declaradas de institucionalização de políticas externa e de defesa comuns, fortemente limitativas das soberanias nacionais.

Estando em causa matérias da maior importância para o futuro do país e da independência nacional, o PCP exige a sua discussão regular, e em tempo útil, a nível político e institucional, e reclama, no imediato, que o Governo consulte os partidos políticos e faculte à Assembleia da República o conjunto de documentos de base que, no âmbito dos mandatos estabelecidos na Cimeira de Roma, irão ser discutidos nos próximos meses nas conferências intergovernamentais.

2. A Comissão Política manifesta a mais viva condenação da proposta de «Lei Quadro das Regiões Administrativas» apresentada pelo Governo na Assembleia da República que, a ser aprovada, não só não representaria qualquer passo no sentido de avançar para uma verdadeira regionalização como constituiria uma séria ameaça ao Poder Local, um claro desvirtuamento do sentido democrático e descentralizador que a Constituição pretende associar à regionalização e mais uma demonstração do carácter centralista e autoritário das orientações políticas do Governo e do PSD.

Segundo a proposta do Governo, as regiões e os seus órgãos, com destaque para as Assembleias Regionais, teriam atribuições e competências diminuídas. Em contraste, seria criada uma figura, o governador regional, da confiança do Governo, a quem caberiam importantes competências como magistrado administrativo, autoridade policial e outras, incluindo algumas inconstituicionais, como a de resolver conflitos entre autarquias (o que só pode caber aos Tribunais). Caberia mesmo ao governador regional exercer competência excepcional em caso de alegada «extrema urgência e necessidade pública», de conteúdo vago, indefinido e manifestamente perigoso e a competência para requisitar as forças armadas (o que subverteria o papel que a Constituição lhes reserva). O próprio Plano de Desenvolvimento Regional seria sujeito a ratificação do Governo, o que constitui uma inadmissível ingerência e uma forma de tutela de duvidosa constitucionalidade.

O PSD bloqueou durante anos a regionalização. Promoveu o fortalecimento das Comissões de Coordenação Regional e de outras estruturas da confiança do Governo, viradas para a ingerência na actividade das autarquias e inseridas numa dinâmica centralizadora. Recentemente, inviabilizou o calendário que o PCP propôs para permitir as eleições regionais em simultâneo com as eleições legislativas. Agora, confrontado com as aspirações e exigências democráticas, apresenta uma proposta de lei que não só é uma fraude à regionalização, tal como é concebida pela Constituição, como representa perigos para a vida democrática e um instrumento de centralização administrativa.

A Comissão Política apela para a mobilização democrática a favor do avanço efectivo da regionalização, contra os projectos de a perverter por parte do PSD, e a favor da aprovação de uma Lei Quadro da Regionalização com a maior rapidez possível. Não pode deixar de lamentar o facto de o Presidente da República não só não solicitar ao Tribunal Constitucional a declaração de inconstitucionalidade por omissão da inexistência de regiões, como dar cobertura a esse facto alegando, como fez recentemente num debate, divergências dos partidos acerca das áreas regionais, sem ter em conta que esta questão é obviamente negociável e passível de resolução com a intervenção constitucionalmente prevista das assembleias municipais e que o problema central reside na falta de vontade política democrática e descentralizadora.

3. A Comissão Política analisando o conteúdo do Orçamento de Estado na parte relativa às autarquias locais, considerou oportuno sublinhar que o Governo se manteve surdo a importantes reivindicações dos municípios, em particular transferindo menos 22,5 milhões de contos do que foi solicitado, violando a lei na parte que obriga a indemnizar as autarquias por isenções na contribuição autárquica e na sisa, não indemnizando igualmente os municípios que exploram transportes colectivos e não reforçando a verba destinada a sedes de novas Juntas.

A Comissão Política assinala o facto de o PCP ter apresentado diversas propostas correspondentes às reivindicações dos municípios, em particular da Associação Nacional de Municípios. Em algumas matérias, com destaque para o montante global da verba a transferir, o PCP apresentou a proposta de fixação do valor do Fundo de Equilíbrio Financeiro em 180 milhões de contos, enquanto o PS propôs a transferência de 163 milhões, apenas mais 6 milhões do que o Governo impôs e menos 17 milhões do que a proposta do PCP e da Associação Nacional de Municípios.

Constitui, entretanto, uma importante e assinalável vitória que o Governo e o PSD se tenham visto obrigados a recuar na manobra de dividir os municípios através da apresentação da alteração de critérios de distribuição de verbas, à margem de qualquer processo prévio, devidamente reflectido, participado e baseado em dados objectivos, de revisão da Lei de Finanças Locais.

A Comissão Política também realça positivamente as propostas que o PCP conseguiu fazer vingar em matéria de IRS - em favor dos trabalhadores e dos pequenos empresários que na sua actividade apenas empregam o trabalho próprio e o do seu agregado familiar; e em matéria de IVA - no que respeita à isenção de gasóleo consumido pelos tractores e máquinas agrícolas.

4. A Comissão Política analisou alguns aspectos da situação social, que não se conforma com a intensa propaganda demagógica do Governo, o qual não olha a meios para convencer os portugueses de que tudo vai pelo melhor, quando são visíveis as manifestações de descontentamento por parte de diferentes sectores e camadas sociais.

As lutas em curso dos trabalhadores, dos professores, dos médicos, dos agricultores, dos estudantes do ensino superior e secundário e de outras camadas e as que se anunciam, confirmam, segundo a conclusão da Comissão Política, haver perspectivas para o desenvolvimento da luta de massas, condição necessária para derrotar a política do Governo PSD/Cavaco Silva.

5. A Comissão Política salientou que, ao rejeitar a redução do horário de trabalho para 40 horas que o PCP propôs, o Governo e a maioria do PSD que o suporta na Assembleia da República, recusaram dar satisfação a uma das mais importantes reivindicações dos trabalhadores, isto quando se sabe ser Portugal o país da Europa com o tempo de trabalho semanal mais prolongado.

Ao introduzir alterações ao seu próprio projecto, o PSD concedeu ao Governo a possibilidade de legislar no sentido da flexibilização dos horários de trabalho, ameaça que pesa sobre os direitos dos trabalhadores.

A redução do horário de trabalho já conquistada em diferentes empresas e sectores e a disposição demonstrada pelos trabalhadores e pelo Movimento Sindical de prosseguir a luta pelas 40 horas semanais, permitem confiar no êxito da sua luta.

6. Sobre a assinatura do Acordo Ortográfico por parte dos representantes dos sete países de língua oficial portuguesa que ontem teve lugar, a Comissão Política do PCP, que já manifestara uma posição geral favorável ao objectivo de negociação de um Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, não pode deixar de dirigir uma viva crítica a actuação do Governo PSD nesta questão.

Em matéria de tal relevância cultural e política, assume particular gravidade o facto de o Governo PSD ter mantido secreto, desde Outubro, o texto do projecto de Acordo Ortográfico, impedindo assim que, antes da sua assinatura, tivesse tido lugar um alargado debate público e a nível dos especialistas da língua portuguesa.

A Comissão Política do PCP continua a pronunciar-se no sentido da necessidade da realização desse debate em torno do Acordo Ortográfico e sublinha a necessidade dele ter agora lugar, antes de a Assembleia da República ser chamada, no exercício das suas competências, a adoptar a decisão política final sobre o tratado entre os países de língua oficial portuguesa que lhe dará forma.

7. A Comissão Política apreciou o desenvolvimento da actividade partidária, salientando a sua elevada dinamização, de que são importante expressão a realização neste mês de Dezembro de 10 Assembleias de Organização Regional (Lisboa, Setúbal, Évora, Beja, Santarém, Algarve, Leiria, Aveiro, Vila Real e Bragança) e de centenas de outras iniciativas, com destaque para os Seminários sobre as Pescas, sobre a Emigração, o Encontro sobre problemas do Ensino Superior e o debate sobre o programa Ciência e o financiamento da Investigação e Desenvolvimento.

8. Em relação às eleições presidenciais, a Comissão Política procedeu a um balanço da pré-campanha da candidatura de Carlos Carvalhas e considerou detalhadamente a preparação da campanha eleitoral que decorre de 29 de Dezembro a 11 de Janeiro.

A Comissão Política registou as múltiplas expressões de apoio à recente decisão do Comité Central de levar a candidatura de Carlos Carvalhas até às urnas.

No decurso da pré-campanha, desde a apresentação da primeira declaração do candidato em 9 de Outubro, até agora, Carlos Carvalhas já se deslocou a todos os distritos do Continente e às Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, tendo participado em mais de uma centena de iniciativas e outros actos políticos, cujo sucesso importa sublinhar.

A Comissão Política considera que os objectivos políticos com que a candidatura foi apresentada têm vindo a ser plenamente concretizados e que importa prosseguir, na mesma linha, até ao final da campanha.

No que respeita à preparação do período oficial da campanha eleitoral, a Comissão Política destaca quer o intenso programa de deslocações que o candidato vai cumprir nos distritos e regiões de maior concentração do eleitorado, quer o diversificado conjunto de outras acções e iniciativas que as organizações do PCP têm vindo a planificar.

A Comissão Política chama a atenção de todas as organizações e militantes do partido para a importância política da candidatura de Carlos Carvalhas e para o redobrado empenhamento que é necessário para a mobilização do eleitorado comunista e de um largo sector democrático e de esquerda.

17/12/90
A Comissão Política do CC do PCP

A exposição no Rossio foi inaugurada na terça-feira

Exposição no Rossio promovida pela DORL

Num pavilhão montado no centro do Rossio, a DORL apresenta, até ao próximo sábado, todos os dias entre as 8 e as 20 horas, duas exposições: uma dedicada a «O Tejo: o Homem e o Rio» e outra sobre o XIII Congresso (Extraordinário) do PCP. Além de um **espaço permanente de vídeo**, a exposição conta ainda com uma área com equipamento informático contendo dados sobre o PCP que podem ser consultados pelos visitantes.

Durante o dia de hoje, deputados comunistas eleitos por Lisboa estarão no pavilhão para receberem os visitantes, sendo o dia de sexta-feira dedicado à acção dos eleitos comunistas na Câmara e Juntas de Freguesia de Lisboa.

No sábado serão apresentados vários programas dedicados às crianças.

PCP

AVEIRO

PSD, PS, CDS e PRD assim decidiram

«Plano Integrado para a Resolução dos Problemas da Poluição da Ria» ficou de fora do PIDDAC

Direcções Regionais do PCP comentam OE-91

(3)

A Assembleia da República aprovou o Orçamento de Estado para 1991. Um dos elementos desse Orçamento é o PIDDAC (Plano de Investimentos Dependentes da Administração Central), no qual estão incluídos os investimentos a realizar nas diferentes regiões do País. Na fase de discussão do OE a DORAV do PCP analisou, em pormenor, os investimentos previstos para o Distrito de Aveiro e após consulta às organizações concelhias, apresentou ao Grupo Parlamentar do PCP 19 sugestões que o deputado Vítor Costa transformou em propostas de alteração ao PIDDAC 91.

As propostas do PCP podem classificar-se em dois grupos:

- **Propostas de inclusão no PIDDAC de novos investimentos nele não previstos (15);**
- **Propostas de reforço de verba atribuída para o próximo ano para alguns investimentos previstos (4).**

As propostas de reforço de verba visavam principalmente permitir a aceleração da construção do Hospital Distrital da Feira e, principalmente, a duplicação da verba destinada à defesa da costa Esmoriz/Cortegaça/Maceda (de 50 para 100 mil contos) dando seguimento às reclamações publicamente expressas pela Câmara Municipal de Ovar. Propunha-se também contemplar o Ciclo Preparatório da Pampilhosa do Botão e o Projecto do Centro de Acção Social do Concelho de Ílhavo.

Quanto a novos investimentos procurou-se que fossem incluídas no PIDDAC quinze questões de inegável interesse e que constam da lista anexa. Mais do que o montante das verbas previstas para 1991 o que interessava, neste caso, é que o Governo passasse a estar obrigado à concretização ou à comparticipação nessas obras no próximo ano e nos seguintes.

A proposta mais importante

Apesar de terem sido propostos investimentos como a «Implementação do Sistema de Segurança do Porto de Aveiro», a construção de duas escolas C+S, a renovação da EN 109-4 entre Espinho e Feira e algumas obras hospitalares, a mais importante contribuição do PCP — no que se refere ao Distrito — consistiu na sugestão de abertura de uma rubrica orçamental destinado ao «Plano Integrado para a resolução dos Problemas da Poluição da Ria de Aveiro».

É do conhecimento público que as soluções preconizadas naquele Plano elaborado pelo GRIA orçam, a preços actuais, cerca de 26,685 milhões de contos e que apenas se vislumbra a cobertura de uma pequena parte através do ENVIREG.

Independentemente de serem feitos mais esforços no sentido de serem obtidos outros fundos comunitários, não se vislumbra que seja possível realizar aquele investimento sem comparticipação dos cofres do Estado.

Assim, para abrir a rubrica no Orçamento de Estado, a DORAV do PCP sugeriu que no PIDDAC de 91 surgisse uma verba de 200 mil contos destinados ao Plano do GRIA e que 25% da despesa total prevista (6,7 milhões de contos) fosse coberta pelo OE, desdobrada pelos anos seguintes.

Outros partidos inviabilizam propostas

Aquela proposta do PCP, de importância crucial para a Região, teve a oposição dos restantes grupos expressa no voto contra do PSD e do CDS e nas abstenções do PS e do PRD. Assim, mais uma vez ficou demonstrado que nos momentos cruciais, quando se está no momento e no local oportuno para a defesa dos interesses da Região de Aveiro, o PCP está presente assumindo as suas responsabilidades.

O mesmo não poderão dizer as outras forças políticas que, deste modo, demonstram que continuam a praticar uma política de duas caras: uma, a das promessas aos eleitores, a outra, a da crua realidade de uma actuação ou sem brilho ou lesiva dos seus interesses mais profundos.

E se é verdade que, ou pelo voto contra ou pela abstenção, PSD/CDS/PS e PRD inviabilizaram **todas** as propostas da DORAV do PCP apresentadas pelo Grupo Parlamentar do PCP, é também verdade que aqueles partidos têm a obrigação de discernir o que é de importância fundamental e proceder em conformidade.

DISTRITO DE AVEIRO
PROPOSTAS PARA INCLUSÃO NO PIDDAC/91

PROJECTO E CONCELHO	1991	1992	1993	1994	SEGUINTES	TOTAL
A. PROJECTOS NÃO IMPUTÁVEIS A CONCELHOS						
1. Plano Integrado para a Resolução dos Problemas da Poluição da Ria de Aveiro	200 000	1 000 000	1 500 000	1 500 000	2 500 000	6 700 000
2. Renovação da EN 109-4 (Espinho/Feira)	100 000	200 000	100 000	100 000		500 000
B. AVEIRO						
3. Pavilhão Clube dos Galitos	50 000	35 000	35 000			120 000
C. ESPINHO						
4. Edif. da Academia de Música de Espinho	10 000	45 000	45 000	20 000		120 000
5. Projecto Parque da Cidade	25 000	50 000	25 000			100 000
D. FEIRA						
6. Hospital Distrital (reforço)	100 000	648 000	1 248 000	1 489 450	2 029 380	5 514 830
7. Fase III do Hospital de S. Paio Oleiros	100 000	100 000	50 000			250 000
8. C+S de Santa Maria da Feira	25 000	25 000	100 000	100 000		250 000
9. C+S de Argoncilhe	25 000	25 000	100 000	100 000		250 000
E. ÍLHAVO						
10. Edif./sede da Cooperativa Cultural e Recreativa da Gafanha da Nazaré	25 000	25 000	10 000			60 000
11. Projecto do Centro de Acção Social do Concelho de Ílhavo (reforço)	17 000	25 000				42 000
12. Implementação do Sistema de Segurança do chamado Porto de Aveiro	125 000	300 000	300 000	175 000		900 000
F. MEALHADA						
13. Sede Bomb. Vol. Pampilhosa	20 000	50 000	40 000	10 000		120 000
14. Ciclo da Pampilhosa do Botão (reforço)	30 000	206 250	43 750			280 000
15. Construção Passagem Desnivelada sobre Caminho-de-Ferro na Mealhada	30 000					30 000
G. OVAR						
16. Defesa da Costa Esmoriz/Cortegaça/ /Maceda (reforço)	100 000	75 000				175 000
H. SÃO JOÃO DA MADEIRA						
17. Ampliação do Centro Hospitalar Aveiro/Norte	25 000	50 000	50 000			125 000
18. Quartel dos Bom. Volunt.	30 000	40 000	30 000	20 000		120 000
19. Criação do Museu da Indústria	5000	15 000	15 000			35 000

«Comércio do Porto»

Estranho silêncio do Governo...

No dia 26 de Novembro — conforme divulgado pelo Gabinete de Imprensa da DORP, através de uma nota sobre o «Comércio do Porto» — realizou-se uma reunião entre representantes dos trabalhadores suspensos pela administração daquele jornal e uma delegação da DORP do PCP.

Nessa reunião, o PCP comprometeu-se, entre outras diligências, a levar de imediato à Assembleia da República o problema dos 57 trabalhadores suspensos no «Comércio do Porto». Na sequência deste compromisso, os deputados do PCP dirigiram ao ministro da tutela uma pergunta relativa à situação no CP, aproveitando a sessão parlamentar de perguntas ao Governo.

Sucede que o Governo não respondeu à pergunta que lhe foi dirigida pelos deputados comunistas, remetendo-se ao silêncio. Face a esta situação, o deputado comunista António Mota apresentou na Assembleia da República, ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais em vigor, um requerimento sobre a situação no «Comércio do Porto».

PCP

ASSEMBLEIA DA ORDE BRAGANÇA

Melhorar o trabalho colectivo

Debater e aprofundar as principais direcções de trabalho do Partido no distrito de Bragança, nomeadamente as orientações e medidas de direcção, organização e frentes de trabalho; preparar a intervenção dos comunistas do distrito tendo em vista o ano de 1991, nomeadamente os próximos actos eleitorais; e eleger a Direcção da Organização Regional plenamente concretizados, aqueles foram os objectivos que presidiram à realização da 1.ª Assembleia da Organização Regional de Bragança (ORBA) do PCP, que teve lugar no último domingo, na Escola Preparatória de Mirandela.

A 1.ª Assembleia da Organização Regional de Bragança do PCP contou com a presença de cerca de uma centena de participantes (delegados e convidados) dos concelhos de **Alfândega da Fé, Bragança, Carrazeda de Ansiães, Freixo de Espada-à-Cinta, Macedo de Cavaleiros, Mirandela, Torre de Moncorvo** e **Vinhais.** Entre os convidados estavam delegações locais da «ID» (Intervenção Democrática) e do PEV (Partido Ecologista «Os Verdes») e representações de duas Direcções Regionais do PCP (Guarda e Vila Real).

A intervenção de abertura esteve a cargo do camarada **Serafim Brás da Silva,** membro da Comissão Executiva Nacional, que, entre outros aspectos, se referiu aos dois documentos postos à apreciação da organização distrital: «as tarefas dos comunistas no distrito de Bragança» e «a luta por uma alternativa democrática».

Nova Direcção Regional

Ponto alto do debate realizado em Mirandela foi a eleição da nova Direcção Regional, constituída por 9 elementos.

Agostinho Lopes, membro da Comissão Política do PCP, fez a intervenção de encerramento da Assembleia, abordando temas de actualidade regional e nacional.

«Como linhas de orientação para o trabalho de direcção deve ser tida em conta a necessidade de aumentar a crescente responsabilização e participação de cada um dos membros da Direcção Regional, bem como melhorar o trabalho colectivo; definir com precisão prioridades, atribuir responsabilidades por áreas de trabalho, criar os organismos intermédios que se verifiquem necessários; e melhorar o controlo de execução, a vigilância no cumprimento das normas democráticas de funcionamento partidário e a capacidade de corrigir erros pela crítica e autocríticas», concluiu a Assembleia.

Festa de Natal em Seia

Como vem sendo hábito, desde 1975, a Comissão Concelhia de Seia do PCP organizou a Festa de Natal, no passado dia 8 de Dezembro.

Dizia o poeta que «O melhor do Mundo são as crianças». Com este pensamento, a organização de Seia tem procurado, ano após ano, levar às crianças a alegria da quadra natalícia, nomeadamente às mais desfavorecidas e marcadas por esta sociedade tão injusta e discriminatória, refere a Concelhia local do PCP, que acrescenta:

«Não admira, pois, que estas Festas de Natal, em Seia, sejam tanto mais ricas quanto mais ricos são o riso das crianças, o seu bulício, a sua participação, as horas de felicidade vividas em são convívio, a esperança num mundo melhor retratados naqueles rostos puros e ingénuos.

«O programa era aliciante. Não faltaram os fantoches, os jogos, as histórias, numa entrega total àquele mundo de sonho. E o sonho foi mais sonho quando surgiu o Pai Natal, com um grande saco de brinquedos que distribuiu por todas elas.

«Os salões do Centro de Trabalho de Seia foram pequenos, já não chegaram para estas iniciativas. A organização de Seia do PCP vai estudar uma solução alternativa para a festa do próximo ano. Se o melhor do mundo são as crianças, há que dar-lhes o nosso melhor.»

DORS comenta

As declarações da «Comissária da Luta contra a Pobreza»

«As recentes afirmações da ex-governadora civil e agora comissária Regional do Sul da Luta contra a Pobreza, de que "não há medidas que eliminem a pobreza" (DN de 14.12.90), são a confissão mais acabada do fracasso do Governo e da política do PSD e Cavaco Silva na resolução dos graves problemas de fundo que afectam o distrito, a região e o País», sublinha uma nota divulgada no passado dia 14 pelo Gabinete de Imprensa da Direcção Regional de Setúbal (DORS) do PCP.

«Ao contrário do que afirma Irene Aleixo, para a Direcção da Organização Regional de Setúbal do PCP a pobreza não é uma fatalidade, antes resulta objectivamente da política de direita que desfavorece as camadas laboriosas e limita o real desenvolvimento a um simples crescimento que não põe a condição humana no centro dos seus objectivos e preocupações.

«**No quadro geral de uma política antipatriótica, o distrito de Setúbal** — prossegue a nota da DORS — **tem sido sistematicamente fustigado pela desarticulação do sistema produtivo, o enfraquecimento do sector empresarial do Estado, a drástica diminuição dos postos de trabalho, muitos dos quais pela via dos despedimentos, a proliferação do trabalho precário e os aumentos salariais a não acompanharem o aumento dos preços dos bens essenciais.**

«A III Assembleia da Organização Regional de Setúbal do PCP, realizada no Barreiro no passado dia 8 de Dezembro, demonstrou claramente que o nosso distrito detém recursos e potencialidades suficientes para relançar o desenvolvimento e o bem-estar das populações.»

Irregularidades no Hospital de Beja

Comenta a Concelhia do PCP:

«As eleições foram convocadas por uma nota de serviço, datada de 3 de Dezembro de 1990 para se realizarem no dia 6 de Dezembro de 90, tendo aquela nota de serviços sido distribuída apenas na véspera e não tendo havido processo de apresentação de candidaturas nem tendo sido dado qualquer conhecimento dos grupos socio-profissionais.»

O Executivo da Comissão Concelhia de Beja do PCP, reunido recentemente, procedeu a uma análise da situação do concelho e manifestou estranheza pelo processo que a Administração do Hospital Distrital de Beja escolheu para preencher a composição do Conselho Geral do Hospital, o único órgão com participação de trabalhadores eleitos.

O Executivo da Comissão Concelhia de Beja do PCP repudia o processo utilizado pela Administração que levou a que apenas 100 dos 600 trabalhadores do Hospital tenham votado e apoia o Sindicato dos Enfermeiros e os dois médicos que entregaram três protestos na mesa eleitoral.

Além de saudar a recente criação da Escola Superior de Tecnologia e Gestão, integrada no Instituto Politécnico de Beja, pelo impacte que trará ao desenvolvimento da Região, a Concelhia do PCP apoia a reivindicação da utilização para fins comerciais da Base Aérea de Beja, que poderá constituir uma pedra de toque para o desenvolvimento regional, de acordo com os Estudos de Desenvolvimento Económico do Concelho de Beja, elaborados pela Câmara Municipal e há muito reclamada pelo PCP.

Nacional

Os problemas agrícolas do Distrito de Setúbal

No Sul do distrito de Setúbal, em toda a área de regadio do Vale do Sado que vai de Alcácer do Sal a Alvalade, são muitos e preocupantes os problemas que os agricultores colocam à Associação dos Agricultores do Distrito de Setúbal e às respectivas autarquias, que no entender da AADS, «exigem toda a atenção e sentido de solução da parte dos serviços do MAPA», dado tratar-se «de problemas que afectam a economia da região, alguns dos quais colocam em situação de muita gravidade muitos agricultores/rendeiros e seareiros».

De entre os numerosos problemas, a AADS destaca:

Na herdade da Barrosinha, concelho de Alcácer do Sal, 15 famílias estão ameaçadas de expulsão das suas habitações.

Quinze famílias de agricultores/rendeiros (15 fogos) que habitam nas respectivas casas há mais de 40 anos e envolvendo mais de 60 pessoas, estão ameaçados de despejo pelos proprietários. «Trata-se nitidamente duma posição de retaliação por parte dos proprietários da Barrosinha, pois o argumento que apresentam é de que necessitam daquela área e das casas para concretizarem o aparecimento duma Reserva de Caça, transformando assim as habitações em apartamentos para servir os possíveis turistas», esclarece a AADS, que desmonta o argumento de que o surgimento da Reserva de Caça será «uma compensação à sua perda do regadio e aos Contratos de Arrendamento que dizem ser-lhes desfavoráveis e precisam de contrapartidas», como se os rendeiros «não lhes pagassem a renda e o preço desta não estivesse actualizada e até acima dos valores comportáveis para o estado actual da nossa agricultura», conclui o comunicado.

Outra questão é a **falta de capacidade para secagem e armazenagem de cereais.** Em todo o Vale do Sado, com maior incidência nas áreas da vila de Alcácer do Sal, Comporta e Alvalade Sado, se vem agravando a falta de capacidade por parte dos secadores e na armazenagem. Isto tem trazido vultosos prejuízos, «principalmente no que respeita ao arroz, de que resultou que no ano em curso em mais de 500 hectares o arroz ficasse na terra à espera de poder dar entrada nos secadores, sendo numerosos os casos em que o arroz ficou nos atrelados a deteriorar-se cerca de 15 dias. Estima-se em mais de 3 mil toneladas o arroz que foi desvalorizado, acabando uma parte por ficar na terra debaixo das águas das enchurradas, vindo a perder-se completamente».

O Sado e as marés

Há vinte anos que os agricultores a montante da vila de Alcácer do Sal vêm a colocar a necessidade de obras hidráulicas para limpeza do leito do rio Sado e defesa dos terrenos marginais.

Tais obras «são reconhecidas mas nada tem sido feito, pelo que não é de estranhar que ano após ano as coisas se agravem».

Quanto ao muro das marés na Herdade da Comporta, os agricultores rendeiros da Comporta colocam que «o muro das marés a não ser reparado agora, apresenta desde já uma séria ameaça à cultura do próximo ano». E afirmam que «da parte dos Serviços Hidráulicos do MAPA a verba terá sido transferida para a Atlantic Companhy; o que é certo é que nada foi feito e o perigo é visível. Pensamos que a Comissão da Agricultura e Pescas e os respectivos Partidos que a compõem, também aqui poderão e deverão dar a sua contribuição para que a situação de inacção seja ultrapassada».

Seareiros expulsos

Dezenas de seareiros de Alvalade Sado expulsos das terras que há mais de dez anos cultivavam é outra questão abordada desenvolvidamente pela AADS, que explica:

«Trata-se de uma pequena história verídica, iniciada em 1975 e que defendemos que o desfecho final não seja a situação em que neste momento se encontra.

«Em 1975, por força da Reforma Agrária, a expropriação de algumas grandes herdades levou a que o Estado contemplasse muitos agricultores seareiros de Alvalade distribuindo-lhes alguma terra. Mas a larga maioria dos seareiros em questão obteve parcelas que a Cooperativa de Coqueiros lhes cedeu e que o Estado também impôs a outras cooperativas da área a cedência de parcelas, que a seguir legalizou através de contratos de uso preventivos da terra.

«E eis quando tudo parecia normalizado e legalizado para os seareiros, o Governo os expulsa das terras, colocando cerca de 50 seareiros em situação aflitiva, o que corresponde a ficarem impedidos de produzirem e que significa a perda do seu ganha pão, que é o trabalhar a terra», denuncia o comunicado, que prossegue:

«Tudo isto justifica e impõe que o Governo encontre os meios e os mecanismos capazes de reinstalar estes seareiros, para defesa dos seus lares, por dever moral da parte do Estado e para bem da produção», acentua a AADS, que conclui: «Cremos ter dado uma ideia dos problemas e da sua importância para os agricultores do Sul do Distrito de Setúbal, para os quais apelamos à Comissão de Agricultura e Pescas que interceda no sentido da sua solução».

PCP

ENCONTRO DO PCP SOBRE PROBLEMAS DO ENSINO SUPERIOR

Um contributo de grande valor

O Encontro do PCP sobre problemas do ensino superior, que reuniu no passado sábado na Universidade de Coimbra quase uma centena de docentes e estudantes (muitos deles membros de órgãos de gestão), reveste-se de grande valor para o trabalho futuro do Partido e para a intervenção política dos comunistas nesta área.

Esta opinião foi expressa, no final de seis horas de trabalho, por **Edgar Correia**, da Comissão Política do CC e responsável pela área de educação, ciência e tecnologia, e **Carlos Carvalhas**, secretário-geral adjunto e candidato do PCP às presidenciais (de cuja intervenção no encerramento do encontro publicamos os extractos mais significativos).

O encontro de dia 15 realizou-se — como Edgar Correia referiu no início — por proposta da organização do ensino superior de Coimbra do PCP, apoiada pelas organizações de Lisboa e Porto e pela direcção do Partido, procurando responder à necessidade de «analisar a situação actual e os graves problemas do ensino universitário e politécnico em Portugal, os caminhos que vêm sendo trilhados nos últimos anos, e de ponderar o significado e objectivos de outras alterações que se perspectivam».

Esta necessidade, como referiu o dirigente comunista, não é apenas sentida pelas organizações do ensino superior do PCP, mas é «comum a muitos outros professores e investigadores e a um número crescente de estudantes».

Realizando este encontro sobre os problemas do ensino superior — que teve a participação de docentes e estudantes, comunistas ou não, de Lisboa, Coimbra, Porto, Aveiro e Évora — o PCP pretendeu contribuir para a necessária reflexão sobre uma realidade em rápida alteração, para aprofundar a análise da política que tem vindo a ser seguida e para considerar linhas de orientação e propostas para um ensino superior melhor, como se dizia nos convites distribuídos.

Temas centrais

À partida eram sugeridos quatro temas para preencher a iniciativa: autonomia universitária, financiamento, o público e o privado no ensino superior e problemas concretos e reivindicações imediatas.

No fundamental, foi sobre eles que se debruçaram as 35 intervenções produzidas sábado num dos auditórios de Química da Faculdade de Ciências coimbrã, nomeadamente as de José Barata Moura, Rui Namorado Rosa, João Cunha Serra, Avelãs Nunes, Dias Urbano, José Bastos, António Martins e o deputado do PCP Vítor Costa.

Face à complexidade das questões e ao estado actual do seu debate no Partido, não se colocou como objectivo a aprovação nesta iniciativa de conclusões ou propostas concretas; se houve questões onde se verificou a unanimidade de pontos de vista (como o financiamento, que os participantes no encontro consideram dever ser uma responsabilidade pública essencial), também houve acesa polémica (como a do professor José Vitória e dois estudantes a propósito da participação estudantil na gestão universitária).

Foi feita, no entanto, uma síntese dos trabalhos, apresentada por Barata Moura e que contém um conjunto de ideias, que, propôs Edgar Correia pouco depois, devem agora ser discutidas nas organizações do ensino superior do PCP (tanto nas que já funcionam, como noutras que estão a ser dinamizadas), na Comissão para as questões do Ensino e na direcção do Partido.

Edgar Correia, na sua intervenção final, apelando à continuação e aprofundamento do debate, afirmou que este deve passar a uma fase de elaboração de propostas e deixou a proposta de ainda neste ano lectivo se realizar uma nova iniciativa deste tipo.

Uma questão estratégica

«O debate realizado neste encontro é um importante contributo para o aprofundamento da questão da educação como questão estratégica, particularmente pertinente nas circunstâncias históricas culturais de Portugal.

Também nestas eleições presidenciais, a questão merece um lugar de relevo, na medida em que é meu entendimento que o Presidente da República deve ser inspirador das grandes reformas democráticas previstas na Constituição. Ele não deve ser mais um reprodutor de discursos onde, por detrás da aparência de largos consensos na matéria, se encontra a realidade da não correspondência das políticas no que respeita à mobilização e gestão de recursos financeiros e humanos indispensáveis, à coerência com os princípios constitucionais e legais ou à redução da relação educação/desenvolvimento a uma perspectiva estreita e economicista, na qual não cabe uma ascenção cultural e social, e que pode ter efeitos perversos no desenvolvimento económico.

Preocupa-nos em especial a política de desvalorização do ensino público superior, sujeito ao bloqueio, à paralisia, à funcionalização estreita, da manifesta perversão do sentido da autonomia universitária e de denegação do desenvolvimento multilateral da capacidade científica do País. Preocupa-nos que o poder encare o ensino superior particular como um concorrente do ensino público sem que sejam feitas exigências de qualidade, antes sendo apoiado de forma incondicionada.

No que respeita a esta importante questão estratégica, a minha candidatura defende:

— Uma educação que integre uma estratégia nacional, global e emancipadora, que seja materialmente sustentada, factor e elemento de liberdade e de democracia, de igualdade e de diferença, da soberania e interdependência justa de povos soberanos;

— Que o Estado assuma as suas responsabilidades sociais no domínio da educação, que não exclui a intervenção e a iniciativa particular e privada;

— Que o Presidente da República integre esta necessidade no quadro do equilíbrio dos poderes, atribuições e competências dos órgãos de soberania».

Democracia cultural

(...)

«A minha candidatura também não partilha os entendimentos da cultura como figura ornamental ou retórica de discursos, resultante das necessidades do marketing e dos sinais exteriores de modernidade, ou como portadora de uma neutralidade resultante de um suposta morte das ideologias que, na prática, se destina a manter a exploração e as desigualdades, ou ainda como mais um negócio ou aplicação financeira.

A minha candidatura quer dar voz à opinião e à acção criadora dos que partilham uma compreensão da cultura que se opõe a esses entendimentos.

Assim, entendo que existem direitos especificamente culturais, individuais e sociais fundamentais, cujo exercício tem que ser protegido e promovido porque não são automáticos. Quanto às diferenças, estas não são só inevitáveis como desejáveis. A cultura é movimento e factor de transformação da vida e não apenas conservação de um património de adquiridos, pelo que se impõe o acesso ao conhecimento e aos bens criados e a criação das condições de criação do novo».

(...)

«A minha candidatura vincula-se à aprovação e à construção em Portugal de uma democracia que seja simultaneamente política, económica, social e cultural.

A dimensão cultural da democracia implica: que se generalize e eleve o exercício dos direitos culturais, necessidades, aptidões e aspirações culturais; que se realize uma política integrada da educação e ensino, de ciência e tecnologia e de alargamento das condições para a criação e fruição culturais, factor de emancipação individual, social e nacional; que o nosso país intervenha activamente no diálogo das culturas, apropriando-se de forma criadora da cultura mundial, afirmando a sua identidade cultural, heterogénea e aberta, promovendo internacionalmente a língua e a cultura portuguesas».

(...)

Alargar o acesso

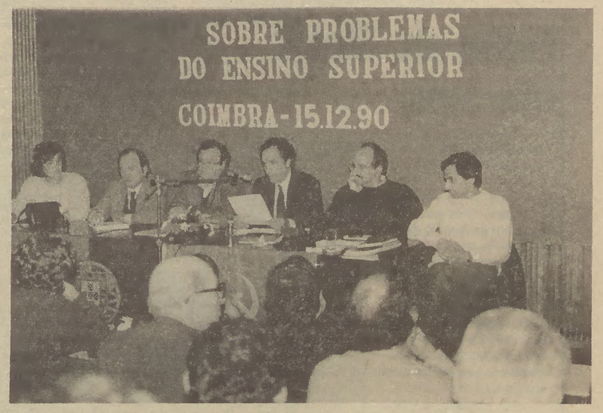
«A realização dos valores constitucionais é incompatível com a marginalização de milhares de candidatos ao ensino superior. As reformas democráticas que a Constituição aponta exigem a elevação do número de estudantes do ensino superior, para acorrer às necessidades de desenvolvimento e diminuir o fosso que, também neste campo, nos separa de outros países da CEE».

Moderna, dinâmica, de qualidade

«A educação é hoje uma questão da mais alta importância na vida dos cidadãos e para o futuro do nosso país. Preocupa os jovens, porque na educação e no ensino se jogam em boa parte as suas perspectivas futuras de trabalho e de realização pessoal e cívica. Preocupa os encarregados de educação, pais e mães, porque desejar para os nossos filhos uma vida melhor do que muitos tivemos é uma constante do pensamento de todos nós. E deve preocupar todos os que pensam no presente e futuro de Portugal, porque na educação também se decidem as condições do nosso desenvolvimento e o progresso do nosso país.

Precisamos de uma escola para o nosso tempo, e o nosso tempo exige uma escola moderna, dinâmica e de qualidade, com um papel insubstituível na formação de cidadãos activos e intervenientes, solidários e criadores».

(Extractos da intervenção de Carlos Carvalhas)



Carlos Carvalhas participou, nas sessões da tarde, no Encontro do PCP sobre problemas do ensino superior, e interveio no encerramento dos trabalhos. Na mesa estiveram Edgar Correia, Carlos Guimarães (da organização do ensino superior de Coimbra do Partido), que dirigiu os trabalhos, e António Martins, Helena Seródio, José Barata Moura, Mário Carvalho e Rui Namorado Rosa

Comunistas portugueses em França

Com a participação da camarada Luísa Araújo, do Secretariado do Comité Central, que se deslocou a Paris para o efeito, realizou-se no princípio do mês uma reunião da militantes comunistas portugueses da região de Paris. Participaram 50 camaradas, com profunda ligação aos núcleos do PCP na região ou ligados às estruturas associativas portuguesas e ao Conselho das Comunidades Portuguesas em França (CCPF).

Foi um dia de intenso trabalho, em que mais de trinta camaradas intervieram. O objectivo da reunião era a discussão do trabalho entre os comunistas portugueses e a participação nas associações, para além do debate sobre a intervenção dos comunistas na resolução dos problemas dos emigrantes.

Nota saliente desta reunião foi a conclusão de que é necessário reforçar e melhorar a informação aos emigrantes sobre os seus direitos e a sua capacidade de intervenção na resolução dos problemas específicos destes.

Vários temas estiveram em discussão: o trabalho dos comunistas; a organização dos militantes na região de Paris; as questões de fundo; os problemas específicos das mulheres emigrantes; a actividade das associações de portugueses; o Conselho das Comunidades.

Todos os núcleos apresentaram contas do trabalho desenvolvido durante o ano que finda sobre as iniciativas próprias e a participação nas iniciativas mais gerais, tais como a participação portuguesa na Festa do «Humanité», a Festa da Amizade e outras. Foram também abordadas detalhadamente as questões relativas aos recrutamentos realizados, tendo-se feito um balanço das reuniões efectuadas, da participação dos militantes e, finalmente, consideraram-se as perspectivas de trabalho.

Em algumas destas questões, os participantes referiram-se particularmente ao que foi conseguido relativamente à meta de trabalho definida no início do ano. Apesar do sentido autocrítico do balanço efectuado pelos camaradas, este revelou-se positivo e os participantes concordaram em que o trabalho feito deve ser valorizado.

Algumas deficiências constatadas, entretanto, foram apontadas como resultado, por exemplo, de ter havido vários elementos activos que regressaram a Portugal, ou terem-se registado mudanças de residência.

Como factor positivo foi apontado o facto de alguns núcleos contarem com quadros jovens à frente da dinamização do trabalho, substituindo outros que regressaram entretanto a Portugal. Referida também a importância do Boletim Emigração, editado pelo Partido e que tem sido distribuído em número de milhares pelos emigrantes portugueses.

A reunião decidiu reforçar o trabalho nas associações com vista a corresponder melhor às aspirações e problemas dos emigrantes e decidiu ainda reforçar a relação e a cooperação entre as associações de portugueses e o Conselho das Comunidades dos Portugueses em França.

Dos problemas que mais atenção suscitaram aos camaradas, em relação aos emigrantes, foi o da questão da reforma da primeira geração. Esta questão, afirmou-se, é a mais mobilizadora entre os portugueses que trabalham em França, e os participantes na reunião avançaram com a ideia de vir a concretizar uma iniciativa, por altura do Verão, no sentido de pressionar o Governo português com vista à resolução do problema. O PCP tem, aliás, um projecto de lei sobre a questão.

A camarada Luísa Araújo, ao encerrar a reunião, valorizou a riqueza do debate e a motivação dos camaradas no desenvolvimento do trabalho e sublinhou a importância do que foi realizado durante o ano em curso. Referiu-se em traços gerais, à situação social e às lutas dos trabalhadores no nosso país, à situação dos reformados, aos problemas da juventude — dificuldades de acesso ao ensino e desemprego juvenil e outras questões sociais vividas pela juventude portuguesa. Abordou também a perspectiva das próximas eleições, sobretudo a das legislativas, referindo-se particularmente à importância dos emigrantes numa acção que contribua para reforçar a luta por uma alternativa democrática.

A reunião elegeu, finalmente, o novo organismo de direcção, em que é patente o grande rejuvenescimento dos quadros.

Seminário revela

Bancada comunista na AR avançará proposta de um debate parlamentar em 1991 sobre problemas da Emigração

«Ao contrário do PSD e do seu Governo é nosso entendimento que se impõe a realização de um debate sério e em profundidade sobre este flagelo que é a emigração e as suas consequências desastrosas para o desenvolvimento do país. Nesse sentido, quero informar todos os camaradas e amigos aqui presentes que o nosso Grupo Parlamentar na AR irá tomar a iniciativa de avançar uma proposta de resolução no sentido de um debate sobre a problemática da emigração na Assembleia da República no próximo ano de 1991.»

A revelação foi feita pelo camarada José Soeiro, membro da Comissão Política do Partido, na parte final da intervenção que proferiu no último sábado em Lisboa, no Seminário do PCP dedicado ao tema **Questões da Emigração, Hoje**.

Para além do debate enriquecedor proporcionado pelas intervenções dos participantes, o Seminário contou com um documento-base, de que extraímos um dos seus capítulos para esta página do «Avante!» (prioridades para uma política democrática).

A situação económica e social do País origina novos fluxos migratórios, as comunidades portuguesas e a política que lhes é dirigida e a política de Emigração necessária são os outros núcleos temáticos desenvolvidos no documento-base.

Quadros estatísticos diversificados fazem ainda parte desse material. Um desses quadros é bem significativo: entre 1960 e 1988 emigraram de Portugal mais de 18 por cento dos seus habitantes; naquele período (não contando pois, com os dados de 1989), terão emigrado **1 847 693 portugueses.**

José Soeiro afirmaria a propósito:

«O nosso país envelhece, desertifica-se, atrasa-se cada vez mais em relação aos outros países da Europa, fica cada vez mais dependente, o número de trabalhadores, entre estes de jovens, que se vêem obrigados a procurar no estrangeiro o sustento para si e para os seus aumenta dramaticamente deitando por terra todas as discursatas balofas e os falsos indicadores usados pelos nossos governantes para nos agredir e tentar manipular diariamente.

«Como foi referido e fundamentado, os portugueses partem para a emigração não porque isso seja uma fatalidade e muito menos porque isso faça parte da sua maneira de ser, do seu gosto pela aventura ou pelo desconhecido. Partem porque em Portugal governantes retrógrados, para servir os seus mesquinhos e estreitos interesses de classe, para assegurar lucros especulativos ao grande capital, para facilitar a vida aos grandes agrários, para satisfazer negociatas das suas clientelas, não hesitam em realizar uma política que conduz o povo à pobreza e o país à ruína. Partem porque o Governo, agindo como se fosse um feitor de Bruxelas ou um agente das transnacionais, entrega por tuta e meia o país e o povo ao grande capital internacional.»

Alerta

Ainda da intervenção de José Soeiro, um oportuno alerta:

«Claro que, sendo 1991 ano de eleições, o PSD se prepara já para a habitual campanha de demagogia junto das comunidades portuguesas. Por isso aí vem a «Exposição Portugal Portugal», o «Congresso dos Empresários nas Comunidades Portuguesas», o «Congresso Mundial das Comunidades Portuguesas», a solene declaração de «1991 — Ano das Comunidades» — que muito mais adequadamente se devia chamar o ano de propaganda cavaquista junto da Comunidade.»

Uma das acções de debate no Seminário promovido pelo PCP em Lisboa sobre as «Questões da Emigração Hoje». O camarada José Soeiro, membro da Comissão Política do Partido, esteve presente nesta iniciativa

Prioridades

Uma política democrática para a Emigração

1. Dotar as delegações do IAECP (Instituto de Apoio à Emigração e Comunidades Portuguesas) de meios humanos, técnicos e materiais de forma a estarem capazes de actuar eficazmente, nomeadamente:

- Na informação aos que partem, sobre as condições de estadia e de emigração; aos que estão de férias, sobre os seus direitos; aos que regressam, sobre os problemas levantados pela sua reinserção.
- Na actuação pronta e eficaz no combate às redes de contratação e emigração clandestina.

2. Modernizar o funcionamento das estruturas de protecção e apoio (consulados e delegações do IAECP) existentes no estrangeiro, nomeadamente:

- Conceder meios materiais, técnicos e humanos, necessários ao cumprimento da sua missão.
- Especializar mais os seus trabalhadores e promover a sua reciclagem periódica.
- Negociar com os órgãos representativos dos trabalhadores com vista à dignificação da função e melhoria do serviço.

3. Instituir um orçamento único para o conjunto dos serviços de apoio directamente ligados à emigração (SEECP, IAECP, Consulados, Instituto de Língua e Cultura Portuguesa). Estabelecer um sistema baseado em critérios objectivos.

4. Iniciar uma política de diálogo com as Comunidades Portuguesas e promover a sua efectiva participação na definição da política de emigração, que passa:

- Pelo reconhecimento e o respeito pela autonomia do movimento associativo como principal estrutura representativa das comunidades.
- Pelo respeito de outras organizações socioprofissionais.
- Pela desgovernamentalização das estruturas das Comunidades Portuguesas criadas pelo Decreto-Lei 101/90.

5. Informar, junto das comunidades portuguesas as possibilidades de utilização de fundos comunitários em particular dos que lhes são dirigidos e promover essa utilização.

Na verdade, o essencial da **política de imigração comunitária** continua a pertencer aos Estados membros. O facto de a decisão para melhorar a situação e os direitos dos emigrantes poder ser negociado com cada Estado, atribui ao Governo português acrescidas responsabilidades na defesa dos interesses dos trabalhadores emigrados e suas famílias.

No quadro de uma verdadeira coesão económica e social, cabe ainda ao Governo português bater-se nas instituições comunitárias por uma autêntica Carta Social vinculativa e pela aplicação imediata da livre circulação de assalariados.

6. Actuar na área da Segurança Social de modo a salvaguardar os interesses dos emigrantes:

- Exigir, em relação à CEE, dos Estados membros, o respeito pelas disposições comunitárias na matéria (abonos de família, usufruto dos direitos adquiridos, etc.).
- Alterar o artigo 6.º do Decreto-Lei 531/M-79 que limita o valor das pensões a atribuir aos trabalhadores emigrantes.
- Criar mecanismos que ponham termo às infindáveis esperas (chegam a atingir 4 anos) a que estão sujeitos os emigrantes e ex-emigrantes para que lhes seja atribuída uma justa pensão.
- Negociar com a Suíça melhores condições, nomeadamente, no plano dos subsídios de invalidez aos emigrantes e seus familiares:
- Estabelecer, com todos os países onde existem emigrantes, Convenções de Segurança Social.

7. Garantir o ensino da língua e cultura portuguea aos filhos dos emigrantes através de uma acção que tenha por objectivo contribuir para o pleno desenvolvimento da personalidade do jovem emigrante:

- No quadro da CEE, exigir a aplicação plena da Directiva relativa à escolarização dos filhos dos emigrantes. Utilizar os fundos comunitários, nomeadamente, no âmbito do programa Língua.
- Empenhar-se na criação de cursos integrados de língua e cultura portuguesas. Manter cursos paralelos e criar outros onde não seja possível a introdução de cursos integrados.
- Estabelecer o princípio de equivalência automática de diplomas, a todos os níveis, sem quaisquer exames *ad hoc*, desde que oficialmente tenham como componente de estudo o Português.
- Promover iniciativas de divulgação da cultura portuguesa, envolver a participação das Comunidades portuguesas nestas realizações.
- Estabelecer o diálogo com as organizações representativas dos professores, pais e todas as organizações interessadas em contribuir para a resolução destes problemas.

8. Lançar um conjunto de acções de apoio aos jovens, a concretizar e a desenvolver com a sua participação, incidindo sobre a divulgação da cultura e da língua portuguesas, a protecção dos seus direitos sociais, a sua formação e promoção profissional. Essas acções deverão manter a perspectiva da sua plena integração no mercado do trabalho do país onde livremente pretendem residir e trabalhar.

(Do documento-base do Seminário sobre Questões de Emigração Hoje)

Assembleia da República

POR PROPOSTA DO PCP

Agricultores têm gasóleo mais barato

Por proposta do PCP apresentada no decorrer do debate na especialidade do Orçamento de Estado para 91, o valor do IVA que incide sobre o preço do litro do gasóleo (7.60) vai passar, a partir de Janeiro de 91, a ser devolvido na totalidade aos agricultores portugueses, eliminando-se assim a disposição do Código do IVA que só possibilitava a devolução de 50% daquele valor.

Contrariando a posição inicial do Governo e do PSD, o PCP apresentou a proposta para que todo o imposto pago seja dedutível no preço do gasóleo. Aprovada por unanimidade, tal proposta significa que os agricultores portugueses passam a ser beneficiados em 4$00 (por efeitos de arredondamento) por litro de gasóleo que comprem para utilizarem na agricultura.

Infelizmente, uma outra proposta, também do PCP, no sentido do valor do subsídio de gasóleo ser actualizado de modo a compensar o aumento do preço verificado desde a fixação da base de cálculo actual (que foi em 1985) e o aumento que previsivelmente irá verificar-se em consequência da extinção futura do Imposto de Compensação, acabou por não passar devido à oposição do PSD, que se opôs também — neste caso contando com a abstenção do PS — a uma proposta de reforço de verbas para o combate aos fogos florestais, para os Bombeiros e para apoio às vítimas dos incêndios.

Atento e solidário com os legítimos protestos da agricultura e dos agricultores portugueses, que pagam o gasóleo mais caro da Europa, a proposta do PCP, agora aprovada na Assembleia da República, vai assim ao encontro das reivindicações que insistentemente têm vindo a ser formuladas pelos agricultores e suas organizações.

Ilegalidades contra a Reforma Agrária

Concretizando uma deliberação do Grupo Parlamentar nas suas Jornadas de 28 de Setembro passado, realizadas em Évora, os Deputados comunistas João Amaral e Lino de Carvalho solicitaram uma entrevista à Alta Autoridade Contra a Corrupção a fim de tomarem conhecimento da situação dos processos em curso referentes às ilegalidades praticadas contra a Reforma Agrária.

Na sequência deste pedido, os dois deputados foram recebidos na semana finda pelo Alto Comissário Contra a Corrupção, Tenente-Coronel Costa Braz, tendo sido informados do encaminhamento dado a dois processos em que houve participação criminal.

Orientações do Governo não resolvem problema da Habitação

• Défice atinge os 750 mil fogos

A criação de um Plano Nacional de Habitação a médio prazo que defina claramente o número de habitações a implementar, a par da definição de uma política de solos e de uma adequada política de financiamento, constituem algumas das medidas consideradas pelo Grupo Parlamentar do PCP como absolutamente indispensáveis por forma a reduzir ou extinguir o actual défice habitacional.

Um défice que em 1986, segundo estimativas feitas na base do último recenseamento da população e habitação, rondaria os 750 mil fogos, a que acresce um défice líquido anual situado acima dos 30 mil fogos, isto sem falar das carências qualitativas que, embora mais difíceis de avaliar, afectam cerca de um terço do parque habitacional construído.

Para esta realidade chamou a atenção em recente sessão plenária, no período antes da ordem do dia, o deputado comunista Luís Roque, pondo nomeadamente em evidência o facto de as Grandes Opções do Plano para 1991 confirmarem a inexistência por parte do Governo de uma política habitacional capaz de atacar de frente este gravíssimo problema que globalmente afecta cerca de 45 por cento da população portuguesa.

Verdadeiro retrato desta situação, segundo Luís Roque, é o facto de só no concelho de Lisboa existirem oficialmente contabilizadas 15 730 barracas onde se alojam 48 121 pessoas, sendo estas apenas as barracas numeradas, isto é, não englobando as casas abarracadas que existem em núcleos como o Casal Ventoso, Tarujo e outros.

A mudança de orientação para o sector implementada pelo Governo PSD — privilegiando o crédito à construção em detrimento do crédito à compra de habitação —, com reflexos conhecidos na subida das taxas de juro e agravamento das dificuldades dos mutuários, afigura-se assim como incapaz de contribuir para a resolução deste grave problema, na perspectiva de Luís Roque, que alertou ainda para algumas consequências imediatas desta política como sejam o aumento das burocracias nas instituições de crédito especializadas, a diminuição de pedidos de empréstimos e um excesso do número de fogos construídos por vender.

O chamado crédito Poupança-Habitação, anunciado como a grande solução deste problema, por sua vez, na opinião do deputado comunista, é já um «nado-morto», uma vez que faltam os incentivos necessários à sua popularização, do mesmo modo que se revelam «um verdadeiro fiasco», por exclusiva culpa do Executivo, os contratos de desenvolvimento para habitação (CDHs) onde este depositava esperanças de resolver o problema habitacional.

PCP defende maior poder de intervenção dos cidadãos

O Grupo Parlamentar do PCP entregou na passada semana na Mesa da Assembleia da República um projecto-lei que, como o seu próprio nome indica «atribui à iniciativa dos cidadãos o poder de propor a realização de consultas locais».

Na base desta iniciativa, encontra-se o pressuposto de que devem ser estimuladas e reforçadas as formas de intervenção dos cidadãos nas actividades da Administração Pública — como expressão que são da democracia participativa —, defendendo-se simultaneamente a participação dos cidadãos no próprio exercício do poder político, incluído no exercício do Poder Local.

A questão foi abordada a propósito da proposta de consagração da possibilidade de independentes concorrerem às eleições municipais. Verificou-se então que partidos como o PSD e o PS, que votaram contra essa possibilidade ainda recentemente (durante os trabalhos da revisão constitucional, ocorridos há pouco mais de um ano), tinham entretanto mudado de opinião.

Nesta linha, como assinala uma nota do seu gabinete de imprensa, o Grupo Parlamentar do PCP vem, através deste projecto de lei, propor uma **outra forma de intervenção dos cidadãos no exercício do Poder Local: trata-se de consagrar a possibilidade de as consultas locais poderem ser detonadas por iniciativa dos cidadãos.**

O que se visa é **garantir o acesso dos cidadãos ao exercício do poder político local, facultando-lhes um meio de suscitarem uma tomada de decisão sobre dada matéria com plena eficácia jurídica.**

Nesse sentido, o projecto do PCP propõe que o número mínimo de cidadãos eleitores com poder de determinarem a realização de consultas locais seja o correspondente a **10% do total dos cidadãos eleitores da área da freguesia ou município respectivo, não devendo, em qualquer caso, esse número mínimo ser superior a 5000 eleitores.**

A lei das consultas directas aos cidadãos eleitores a nível local (Lei n.º 49/90, de 24 de Agosto) reserva o poder de iniciativa à assembleia ou órgão executivo, ou a 1/3 dos seus membros, rodeando, assim, de apertadas cautelas o poder de iniciativa.

Ao apresentar o projecto de lei, o PCP não pretende infirmar essas cautelas, que radicam na importância e peso que tem a realização de um referendo local, que implica um sufrágio geral na área respectiva, com a realização de uma campanha de propaganda, a constituição de mesas de voto, a intervenção prévia e posterior do Tribunal Constitucional, etc.

Considerou-se assim aquele número mínimo, sem prejuízo da experiência e amadurecimento do instituto vir a permitir no futuro considerar números mais reduzidos.

Atribuições das autarquias

Há que respeitar a sua opinião

O Grupo Parlamentar do PCP voltou a reafirmar a sua oposição a toda e qualquer alteração às atribuições e competências dos municípios sem que haja previamente um diálogo com as suas associações representativas — a Associação Nacional dos Municípios Portugueses (ANMP) e a Associação Nacional das Freguesias (ANAFRE).

Esta posição da bancada comunista de inequívoco respeito pela vontade das autarquias, nomeadamente no que diz respeito à transferência de competências sem os correspondentes meios financeiros, constituiu um elemento fundamental para clarificar o debate recentemente suscitado sobre esta matéria por um projecto de lei do PS.

Para o Grupo Parlamentar do PCP, como fez questão de salientar Ilda Figueiredo, a questão reside no facto de o diploma socialista ser «extremamente vago e impreciso», não definindo simultaneamente de forma clara nem as competências a transferir nem os meios financeiros necessários.

É que, como foi dito pela deputada comunista, quando os municípios centram a sua luta pela obtenção dos meios financeiros indispensáveis à prossecução das competências que lhe são hoje atribuídas, afigura-se no mínimo discutível a oportunidade de início de um debate desta natureza, tanto mais que não houve o diálogo prévio com as autarquias locais e muito menos se definiram com rigor e precisão as atribuições e os meios financeiros necessários para a sua concretização.

Assembleia da República

Orçamento do Estado 1991

Dimensão regional ausente da política do Governo

■ *Ilda Figueiredo*

O Orçamento de Estado para 1991 podia e devia ser um instrumento privilegiado para a promoção do desenvolvimento regional. Mas não o é, porque o Governo não cuidou de promover a correcção dos desequilíbrios regionais, não deu particular atenção às transferências de verbas para as autarquias locais, não se preocupou com a criação de infra-estruturas económicas e sociais para o incentivo ao investimento produtivo em zonas de forte concentração de indústrias tradicionais, em especial do sector têxtil, ou em regiões do interior de crescente desertificação não deu a importância devida à dimensão social do desenvolvimento.

Redução geral das verbas

Falemos em primeiro lugar dos desequilíbrios regionais.

É particularmente significativo que as verbas do PIDDAC inscritas para aquilo a que o Governo chamou «intervenções regionais» em 1991 sofram uma quebra em termos reais da ordem dos 29% em relação às verbas que o ano passado o Governo considerava necessárias inscrever este ano para prosseguir os programas enunciados. Esta quebra dá-se em regiões que inquestionavelmente precisam de atenção especial, de que é exemplo a OID de Setúbal ou ainda nos programas integrados de desenvolvimento regional do Alto Minho, de Trás-os-Montes e Alto Douro, da Cova da Beira, do Nordeste Algarvio e de entre Mira e Guadiana.

Quanto à OID do Vale do Ave que este ano se inicia, e que de integrado também só tem o nome, o Governo sabe que não é assim que se promove o desenvolvimento do Vale do Ave e se reestrutura e moderniza o sector têxtil, quer porque os meios financeiros são escassos, quer porque não tem em conta a crise económico-social que se avizinha envolvendo dezenas de milhar de trabalhadores numa região onde as indústrias têxteis e de vestuário são predominantes e onde os problemas ambientais, sobretudo a poluição industrial, se torna cada vez mais preocupante ameaçando pôr em causa o próprio abastecimento de água às populações, dada a elevada degradaçã da bacia do Ave.

Em relação à Cova da Beira o Governo não tem em conta a situação dos lanifícios onde desde o início da reestruturação, só na Covilhã, encerraram 7 empresas envolvendo 600 trabalhadores e continuam mais de uma dezena de fábricas em sérias dificuldades. O programa integrado de desenvolvimento regional da Cova da Beira sofre uma queda de cerca de 29% em termos reais em relação à verba prevista para 1991 no PIDDAC do ano passado, quando se sabe que isto significa continuar a adiar obras hidráulicas essenciais ao desenvolvimento agrícola da região e à melhoria das condições de vida da população. São escassos os apoios à reflorestação e recuperação do Parque Natural da Serra da Estrela sabendo-se que arderam no Verão passado quase 8 mil ha e que os investimentos previstos no PIDDAC do Ministério do Ambiente e Recursos Naturais para as áreas protegidas sofrem uma quebra em termos reais da ordem dos 14%.

No geral são escassas as verbas para a reflorestação urgente das zonas serranas ardidas recentemente. Por exemplo, no Marão há um projecto pronto para reflorestar 1000 ha da floresta ardida o ano passado. Mas os serviços florestais continuam sem as verbas necessárias para implementar o projecto.

Desertificação do Alentejo

Em relação ao Alentejo não só se reduzem percentualmente as verbas previstas no PIDDAC para a Região fixando-se em apenas 3,1% contra 3,2% em 1990, como é esta a região que figura em último lugar na repartição do investimento central para 1991, apesar do Alentejo representar espacialmente 1/3 do país e contribuir com 5% para o PIB.

O Governo aposta na desertificação do Alentejo e ignora projectos de desenvolvimento estratégicos e estruturantes para a Região de que são exemplo o empreendimento do Alqueva e outras barragens como Minutos e Pisão continua a adiar a construção da rede regional de infra-estruturas rodoviárias de que são exemplo os troços de Ponte de Sôr-Portalegre-Elvas; Sines-Évora-Caia; Beja-Mértola-Vila Real de Santo António e esquece a construção de infra-estruturas para o desenvolvimento industrial e o desenvolvimento educativo.

Quanto a Trás-os-Montes, Alto Douro e outras regiões do interior do País não há resposta para o descontentamento das populações com os adiamentos sucessivos das infra-estruturas prometidas, quer em itinerários rodoviários nomeadamente o IP4 e o IP3, quer quanto às telecomunicações, transportes aéreos e transportes ferroviários.

O sucessivo arrastamento dos projectos e protelamento das obras de infra-estruturas com aumento substancial dos custos previstos faz-se sentir um pouco por todo o País e atravessa o PIDDAC dos diversos Ministérios. É particularmente significativo o que se passa com o Nó Ferroviário do Porto e os respectivos acessos. Mais uma vez a obra é arrastada para o ano seguinte depois de sofrer uma quebra em termos nominais da ordem dos 95%.

Evoluem no mesmo sentido de quebras nas verbas previstas anteriormente e de arrastamento dos projectos dos acessos rodoviários e ferroviários a Lisboa, nomeadamente os programas ferroviários da Linha de Sintra e Ramal de Alcântara e da Linha de Cascais, cujas verbas inscritas para 1991 são em média inferiores em 20% em termos reais em relação ao que estava programado o ano passado.

E da possível reabertura ao tráfego de passageiros das linhas e ramais ferroviários do interior do País, o Orçamento não fala, nem há verbas inscritas.

Défice de 700 mil casas

Da habitação quase se pode dizer o mesmo. Apesar de saber que faltam 700 mil fogos e que cerca de 40% dos portugueses estão alojados em condições deficientes e não dispõem de rendimentos que lhes permitam adquirir casa própria, o Governo persiste numa política anti-social e inscreve para 1991 apenas 4 milhões de contos para habitação social que serão, no essencial, para cobrir as despesas com os realojamentos necessários à construção das circulares rodoviárias.

Na construção de habitação a preços controlados dos 12 mil fogos previstos em 1990, só chegaram a ser lançados cerca de 900, ou seja, 13 vezes menos do que o que se planeou.

Quanto ao Recria o Governo continua com os 500 mil contos, embora esteja já demonstrado que o sistema não funciona por obrigar as autarquias a comparticipar em cerca de 30% a recuperação de imóveis degradados. E assim, enquanto nas Áreas Metropolitanas de Lisboa e do Porto e em muitos Centros Históricos do País, a degradação dos prédios é cada vez maior, tornam-se cada vez mais ridículas as verbas inscritas no PIDDAC.

Também na Educação, na Saúde e na Justiça, o Governo não cuidou de promover a dimensão social do desenvolvimento regional e o combate às desigualdades e assimetrias regionais, seja adiando a construção de escolas, centros de saúde, hospitais e tribunais já inscritos em anos anteriores, como o Centro Hospitalar de Vale de Sousa, e os Tribunais Judiciais de Gaia, do Barreiro e de Setúbal, seja não inscrevendo com verbas suficientes novos projectos de primordial importância para o desenvolvimento regional e a melhoria da qualidade de vida das populações.

Caça ao voto

Estes factos aliados à inscrição de novos projectos com verbas irrisórias de alguns milhares de contos, apesar do seu custo global ser de milhões de contos, dá o segundo traço característico do PIDDAC para 1991. O Governo mantém os desequilíbrios regionais, mas aumenta a dose de eleitoralismo abrindo a caça aos votos, numa atitude de desrespeito pelos eleitores.

Por exemplo, no Distrito do Porto obras fundamentais para tornar os acessos fáceis para promover o seu desenvolvimento são sucessivamente prometidas e sucessivamente adiadas. É o caso da nova ponte rodoviária do Douro ligando Vila Nova de Gaia ao Porto e respectivos acessos contemplada com a ridícula inscrição de apenas 50 mil contos, que mal dará para pagar o projecto, já que a execução se prevê venha a custar mais de 12,5 milhões de contos. Que credibilidade tem a afirmação recentemente proferida na RTP pelo ministro Ferreira do Amaral de que a sua construção se iniciava no próximo ano? Será a mesma credibilidade da afirmação do Primeiro-Ministro quando em dia de greve geral visitou o Hospital Pediátrico Maria Pia, no Porto, e prometeu 1 milhão de contos de investimento? Agora, esquecida a promessa, a inscrição ficou-se pelos 5 mil contos.

Quem quiser folhear o PIDACC Regional poderá encontrar muitas promessas eleitorais de lanços de estradas inscritos com 10 mil contos, embora o seu custo global seja de vários milhões. É o caso da estrada Vila Real/Lamego cujo custo está orçado em 7 milhões de contos, mas tem 10 mil contos para as pedras a lançar na campanha eleitoral das legislativas de 1991.

Entretanto continua sem verbas suficientes a conservação e reparação dos 12 mil Km de estradas consideradas secundárias e cuja gestão o Governo quer transferir para as autarquias locais. Calcula a Junta Autónoma de Estradas que o custo de reparação destas vias, que são essenciais às ligações do interior do País, ronda os 50 milhões de contos. No entanto o Governo inscreve apenas 1 353 000 contos.

Também na área ambiental nada de novo acontece e a generalidade dos escassos projectos sofre arrastamentos e adiamentos com cortes nas verbas previstas para 1991, merecendo especial destaque a falta de medidas para combate à poluição dos rios.

Manutenção dos bloqueios

É que especial atenção merece a questão das autarquias locais, enquanto prejudica as populações e não elimina estrangulamentos e bloqueios ao desenvolvimento regional, **o Governo insiste em tentar fazer recair sobre as autarquias locais cada vez mais encargos e responsabilidades sem transferir os meios financeiros necessários.** Cada vez mais as autarquias locais são o motor do desenvolvimento regional suportando os encargos que são da Administração Central nas mais diversas áreas, seja cedendo terrenos para construir centros de saúde e escolas, seja comparticipando na construção de edifícios escolares do Ensino Básico e Secundário, seja no combate à poluição ou na reabilitação e recuperação urbanística dos centros históricos e até na habitação social. É que são os autarcas quem está mais próximo das populações, quem sente o dia-a-dia dos seus problemas e aspirações. Por isso procuram dar-lhes a resposta pronta que o Governo central tarda.

Só que depois mesmo em sede de debate do OE, o Governo procura todos os expedientes para escamotear a verdadeira importância do Poder Local e a necessidade de reforço da sua autonomia e capacidade financeira.

E então são as sucessivas subavaliações do IVA, o não cumprimento reiterado da Lei de Finanças Locais, a não compensação das isenções fiscais dos impostos cuja receita reverte para as autarquias, a transferência de meios financeiros. A tentativa falhada, que este ano foi cuidadosamente preparada, visando dividir as autarquias locais e desviar a sua atenção de reivindicação justa de 100 milhões de contos do FEF aprovada pelo Conselho Geral da ANMP, evidencia a falta de dimensão regional da política do governo e o seu vezo à descentralização e à regionalização.

O Grupo Parlamentar do PCP não só denunciou esta maquiavélica manobra governamental como, em sede de debate na especialidade se bateu pela aprovação das reivindicações da ANMP, nomeadamente dos 180 milhões de contos para o Fundo de Equilíbrio Financeiro a distribuir nos termos da Lei das Finanças Locais pelas autarquias de todo o País, contribuindo assim para o combate às desigualdades e assimetrias regionais e para a promoção do desenvolvimento regional e nacional. Indamissivelmente o PSD impediu a sua aprovação. Esta posição, conjuntamente com a atitude governamental de centralizar as decisões regionais e de governamentalizar a aplicação dos Fundos Comunitários, mesmo dos que, como o FEDER, têm um âmbito marcadamente regional, aliada ao adiamento da criação das Regiões Administrativas e às tentativas de asfixia financeira das autarquias locais, não só constituem os principais bloqueios ao desenvolvimento regional, como impedem que Portugal beneficie integralmente das verbas dos Fundos Comunitários atribuídos e até de outras que poderiam e deveriam ser reivndicadas. O desenvolvimento regional e nacional exige uma outra política e um outro orçamento.

Trabalhadores

Protesto público em Lisboa contra as propostas do Governo

Ao convocar anteontem uma concentração-desfile entre o Rossio e São Bento, a União dos Sindicatos de Lisboa pretendeu fazer convergir nessa acção um elevado descontentamento e crescente protesto manifestado em lutas nas empresas e sectores do distrito, num vasto conjunto de trabalhadores dos serviços, desde os escalões mais altamente qualificados até à grande massa de assalariados atingida, segundo a USL, pela ameaça que representam as «dezasseis propostas de alteração às leis laborais» mais conhecidas por «pacote laboral» inaceitável pela maioria dos sindicatos e designadamente pela CGTP.

A iniciativa de USL/CGTP e das CTs da Cintura Industrial de Lisboa vem no seguimento do Plenário Distrital de Sindicatos efectuado em 4 do corrente no Rossio em Lisboa, onde os sindicalistas, no decorrer de uma semana de luta, decidiram convocar essa acção de protesto a que se juntaram professores, marcando uma concentração em frente ao Ministério da Educação para o mesmo dia.

Em causa estão sobretudo questões de relevância indiscutível e de âmbito nacional com a flexibilidade dos horários (passando a contar os horários de três em três meses, poder-se-ão fazer 50 horas numa semana, sem que o trabalhador receba um tostão de horas extraordinárias), o despedimento por inadaptação, o alargamento do período experimental, e a arbitragem obrigatória nas convenções colectivas.

Suspensões e processos na Braz & Braz

Como alguma Imprensa tem destacado, a administração da sociedade anónima Braz & Braz mandou suspender recentemente seis representantes dos trabalhadores e instaurou processos disciplinares. Segundo o CESL (Sindicato dos Trabalhadores do Comércio, Escritórios e Serviços de Lisboa), são oito no total os trabalhadores ameaçados de despedimento. Os seis suspensos são João Peres Barata, José Dias Valente, Maria Alice Martins Graça, Maria de Fátima Costa Ribeiro, Maria José Mendonça Carvalho e Vítor Manuel Santos Ferreira.

O CESL e as ORTs (organizações representativas na empresa) reafirmam que os delegados e representantes dos trabalhadores da Braz & Braz se limitaram a manifestar o descontentamento dos seus camaradas de trabalho que pretendem a viabilização da empresa e por isso se manifestaram publicamente na Praça da Figueira em 14 de Novembro findo.

Recordam as ORTs que em pouco mais de dois anos foram «despedidos» 270 trabalhadores na Braz & Braz (actualmente tem 270) numa gestão ruinosa que foi inclusivamente motivo de um abaixo-assinado dirigido pelos trabalhadores à Procuradoria-Geral da República.

A Nobre & Silva não paga salários

Duzentos trabalhadores da empresa do sector químico **Nobre & Silva** não recebem salários e deparam com «uma gestão ruinosa» — afirma a Delegação dos Sindicatos do Concelho da Amadora, sede daquela empresa onde estão em causa todos os postos de trabalho, pois se prevê o encerramento.

Além destas questões gerais, há na região da grande Lisboa situações intoleráveis

• Grave situação em empresas e sectores do concelho da Amadora

para milhares de trabalhadores com salários baixíssimos, sem garantia de emprego, mantidos com promessas por cumprir (caso do Chiado), professores do ensino particular com vencimentos em atraso, degradação acelerada das já muito más condições do Ensino e médicos credores de «uma enorme dívida» perante um Ministério da Saúde que os leva a decretar a greve.

Na **Bis**, também do sector químico, «continua um processo de recuperação» que implicará, segundo a Delegação, menos 45 postos de trabalho.

Ainda no concelho da Amadora, está também afectado o sector das **indústrias eléctricas**. Sublinha a Delegação dos Sindicatos que «na **ABB** existe discriminação no trabalho das mulheres, cujo vencimento é inferior ao dos homens. O não reconhecimento da actividade sindical é generalizado neste sector, caso da **Siemens, Corsino & Legrand** e **ABB**. A subcontratação na **EDP** é preocupante por levar ao despedimento de trabalhadores da empresa; nos **Cabos Ávila** as condições de trabalho são vergonhosas».

Na **Função Pública** — acrescenta a Delegação da Amadora — «o Governo continua sem responder às questões essenciais dos trabalhadores. Na **Educação**, além do excesso de alunos em relação ao pessoal existente, a redução deste é uma constante. Também na **Segurança Social** há trabalho a mais e trabalhadores a menos. Na **Saúde**, a intenção de encerramento do SLAT privará a população deste serviço e obrigará a uma deslocação para fora do concelho, sendo esta mais morosa e onerosa».

Na **metalurgia**, a anunciada «modernização» a promover segundo o Governo «é motivo de grande preocupação pela quantidade de trabalhadores que arrastará para o desemprego, caso da **Sorefame** onde as rescisões de contrato são já este ano superiores a 150».

Referendada greve na RTP

Os jornalistas da RTP das redacções de Lisboa e do Porto referendaram por maioria a proposta de greve apresentada pelo Sindicato (SJ), a fim de por esse meio — já que outros não têm resultado — procurarem solucionar a questão da exclusividade. O assunto, que a administração tem conduzido a seu modo, já levou ao despedimento de profissionais em Lisboa, pairando sobre outros jornalistas da televisão a mesma ameaça, que o Sindicato tem denunciado e procurado evitar.

Médicos anunciam

Numa reunião em Coimbra, no fim-de-semana passado, organizações sindicais representativas dos médicos confirmaram a intenção de recorrer à greve para solucionar antigos e novos problemas do sector. Com os feriados que se aproximam, as paralisações dos médicos podem prolongar-se por mais de uma semana no total.

Salários Média baixíssima na hotelaria

A média dos salários no sector da hotelaria e similares é baixíssima. O nível em 1989 foi de 43 137 escudos mensais. Entre as conclusões do 5.º Congresso da FESHOT (Federação dos Sindicatos da Hotelaria e Turismo de Portugal) destaca-se essa indicação, a par de outras como a precariedade do emprego, «a duração do trabalho muito longa e penosa», insuficiência na formação profissional, e «problemas gravíssimos no tocante à higiene e segurança, pondo em causa a própria saúde pública».

Dignificação do trabalho

O 5.º Congresso da FESHOT identificou problemas de tal ordem que têm obrigado os trabalhadores a recorrer à greve e a outras formas de luta, que aliás acompanharam a preparação do próprio Congresso. Efectuado sob o lema «Dignificar a profissão, construir o futuro», nele se colocou como questão principal «a melhoria da qualidade dos serviços prestados», o que só será possível, no entender dos sindicatos representados no Congresso por 180 delegados, se simultaneamente for atendida «a dignificação das condições de vida e de trabalho» das pessoas ocupadas no sector.

Uma das principais conclusões do 5.º Congresso, partindo dos problemas identificados, foi a de que «só a luta contribuirá para a dignificação das condições de vida dos trabalhadores» que continuam a enfrentar um baixíssimo nível salarial, um elevado grau de penosidade, sobretudo devido aos prolongados horários semanais (44/45 horas para 88 por cento do pessoal) e grande volume de contratos a prazo — cerca de 41 por cento em 1988, segundo o INE, sendo ainda mais grave a situação actual, como o 5.º Congresso da FESHOT viria a confirmar.

Abastecedoras de aeronaves Greve com agressões

Continuava segunda-feira, 17, com uma adesão de 95 por cento, a greve nas abastecedoras de aeronaves. Segundo a FESHOT (Federação dos Sindicatos da Hotelaria e Turismo de Portugal), a administração da M. Costa Campos — uma das empresas atingidas pela paralisação — «chamou a Polícia, pelo segundo dia consecutivo, a qual agrediu os trabalhadores». As outras empresas abastecedoras, onde a greve prosseguia desde sexta-feira da semana passada, ameaçando prolongar-se, são a Marriott de Portugal e a Sociedade Abastecedora de Aeronaves-SAAL. As reivindicações sindicais não satisfeitas têm a ver com os salários (recusado o aumento de 13,5 por cento), despedimentos e recusa de alteração dos horários de trabalho.

A partir de 15 de Janeiro

Anunciada greve às extras nas escolas

Os professores podem deixar de prestar serviço extraordinário a partir de 15 de Janeiro, se até ao próximo dia 7 não forem desbloqueadas as verbas para o respectivo pagamento — revela o secretariado nacional da Fenprof, que «responsabiliza o Ministério pela desestabilização que esta matéria tem provocado nas escolas, violando inequivocamente os direitos dos professores».

As verbas para o pagamento das horas extraordinárias foram bloqueadas pela circular n.º 8082 do gabinete de gestão financeira do Ministério da Educação.

A greve será motivo de pré-aviso por parte da Fenprof, se até 7 de Janeiro «não forem dadas indicações precisas às escolas que lhes permitam requisitar» as verbas necessárias àqueles pagamentos.

O secretariado nacional da Fenprof frisa que a greve a ter início no próximo dia 15 será renovável semana a semana até se conseguir «a reposição da legalidade».

Deficientes visuais sem formação na Liga

Uma nota do departamento de informação do Sindicato dos Trabalhadores da Função Pública do Sul e Açores, com o título «Cegos mais desprotegidos», revela que a Liga Portuguesa da Profilaxia da Cegueira (Centro Infantil Helen Keller) «decidiu extinguir a Unidade Pré-profissional para deficientes visuais».

Lembra o Sindicato que o pavilhão daquela Unidade foi mandado construir «integralmente com dinheiros do Estado» e com eles esteve em funcionamento, primeiro através da Segurança Social e ultimamente do IEFP (Instituto do Emprego e Formação Profissional).

O Governo já foi questionado sobre o assunto na Assembleia da República, mas segundo o Sindicato, não soube responder.

A Unidade tinha em média 20 formandos por ano, com idades até aos 18 anos. O seu encerramento levou ao desemprego seis monitores e uma gestora administrativa.

O STFPSA pede responsabilidades ao Governo e principalmente ao IEFP pelos milhares de contos gastos na Unidade Pré-profissional agora encerrada, pelo desemprego dos seus trabalhadores e pela inactividade a que se viram forçados os formandos deficientes visuais.

Comunidade Europeia

GATTastrofe em Bruxelas e nova ronda em Genebra

O director-geral do Acordo Geral sobre as Tarifas Aduaneiras e o Comércio (GATT, em inglês) anunciou na segunda-feira que um novo encontro do Uruguay Round está marcada para o próximo dia 15 de Janeiro. Após o fracasso do que deveria ter sido a reunião final de 4 anos de negociações, no início deste mês, o GATT vai tentar em Genebra o difícil consenso sobre as regras que devem presidir ao comércio mundial.

As negociações de 4 anos, vulgarmente conhecidas por Uruguay Round, para uma maior liberalização do comércio mundial, deviam ter terminado no passado dia 7 do corrente. A falta de acordo sobre o sector agrícola, com os EUA a exigirem a drástica redução das subvenções à agricultura e aos agricultores e a CEE a recusar-se ir além de reduções da ordem dos 30 por cento, fizeram fracassar as negociações.

Os EUA, que na altura afirmaram não regressar às negociações enquanto a CEE não alterasse a sua posição, anunciaram agora, através de Andrew Stoler, chefe da delegação norte-americana, que afinal aceitam a nova ronda aprazada para dia 15 de Janeiro, em Genebra.

Cabe recordar que o impasse registado sobre o *dossier* agrícola bloqueou as negociações dos restantes 14 temas em discussão, entre os quais avultam, com particular importância para Portugal, o fim do Acordo Multifibras e ainda a liberalização dos serviços e a protecção da propriedade intelectual.

A forma como decorreram as discussões de Bruxelas foram de resto alvo de acesas críticas, quer por parte de agricultores quer de Organizações Não Governamentais (ONGs) que na ocasião realizaram um Forum muito oportunamente designado de GATTastrofe, quer ainda por parte dos eurodeputados que na semana passada debateram o tema na sessão plenária do Parlamento Europeu.

Segundo o eurodeputado do PCP, Sérgio Ribeiro, afirmou no plenário, «tudo se procurou reduzir a um diálogo em línguas diferentes e incompreensíveis, em que um dos intérpretes se arrogou o papel de defensor do livre comércio e o outro ficou com o odioso papel do egoísta proteccionista».

Uma situação no mínimo absurda já que, como salientou Sérgio Ribeiro, tudo se passou «como se houvesse só um texto agrícola e não fosse este um dos 15 títulos do texto global»; a propósito, o deputado lembrou o *dossier* dos têxteis «cujo indispensável período de reestruturação da indústria portuguesa não pode fazer parte de uma moeda de troca».

A preocupação com os têxteis é de resto uma constante dos comunistas; ainda no início deste mês Sérgio Ribeiro pediu esclarecimentos ao Conselho sobre as decisões tomadas na reunião de 26 de Novembro. Na sequência desta reunião, o ministro português, a propósito do impacte industrial das negociações do Uruguay Round, referiu-se ao *dossier* dos têxteis e à defesa, por Portugal, de um período de transição de 15 anos para a liberalização do comércio mundial dos produtos têxteis, o reforço das regras e disciplinas do GATT, bem como da institucionalização de um mecanismo eficaz de controlo das mesmas, e teria garantido que o documento aprovado por esse Conselho **contemplava as principais reivindicações portuguesas**.

Ora acontece que no comunicado do Conselho não existe qualquer referência ao *dossier* têxtil, pelo que Sérgio Ribeiro interroga se **é este que diz de menos, ou se foi o ministro português que, nas suas declarações, terá dito de mais?**

Uma pergunta a aguardar resposta.

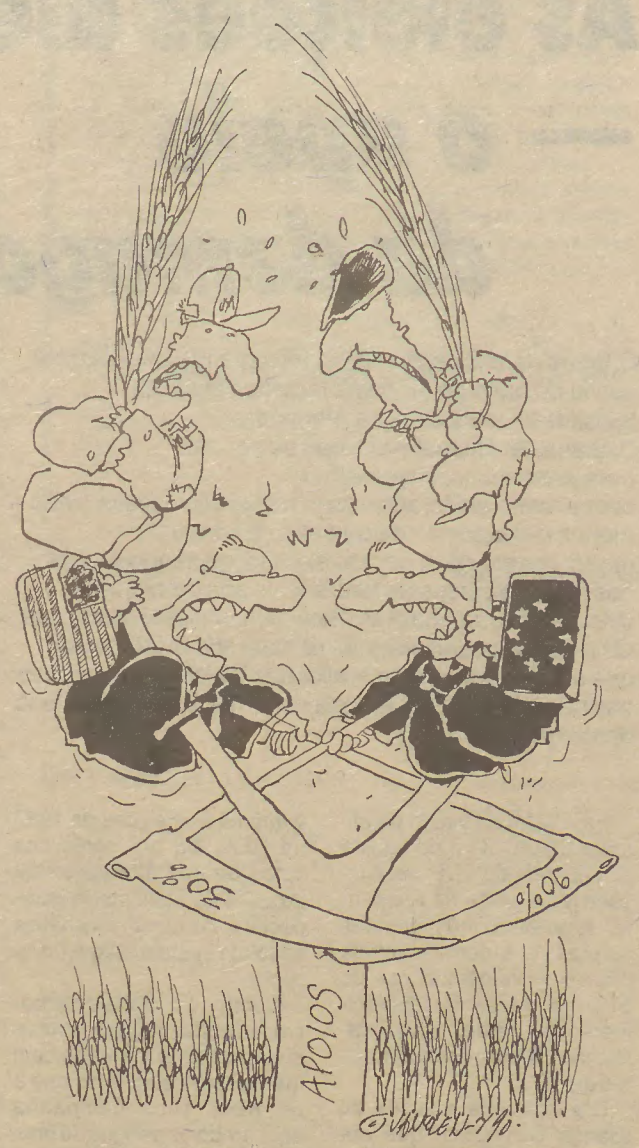
GATTastrofe, um forum cívico

A uma centena de metros das negociações oficiais do GATT realizou-se, durante toda a semana de 3 a 7 de Dezembro, um forum cívico a que os seus promotores deram o nome de GATTastrofe. Uma centena de organizações não governamentais de vinte e sete países reuniu-se em Bruxelas para contestar a forma como vêm sendo conduzidas as negociações do GATT - que acusam de «pretender reorganizar a economia mundial no seio de um novo quadro multilateral que privilegia as posições e o poder absoluto das multinacionais» - e exigir «uma reintegração do comércio no quadro do sistema das Nações Unidas», de molde a que as negociações tenham em conta «os efeitos do sistema comercial actual sobre a fome, a pobreza, a dívida externa e o subdesenvolvimento».

Para os promotores da iniciativa, em que Sérgio Ribeiro participou em nome do Grupo Coligação de Esquerda, o GATT deveria ter como objectivo conseguir «um acordo comercial equitativo que tenha em conta as necessidades de um desenvolvimento duradouro e que acabe com as distorções provocadas no comércio pelos governos e os interesses privados».

Ao intervir nos debates, Sérgio Ribeiro chamou a atenção, entre outras coisas, para dois aspectos bem esclarecedores da forma como decorrem as negociações do GATT: em primeiro lugar, a quase ausência nos debates dos Países em Vias de Desenvolvimento, como se os seus representantes estivessem lá apenas para fazer número ou ser utilizados ao sabor das manobras e dos interesses dos países industrializados; em segundo lugar, a ausência total de debate democrático em torno de negociações do maior interesse e que afectam o futuro de todos os cidadãos.

O fracasso das negociações de Bruxelas está longe, lamentavelmente, de representar uma vitória das preocupações do forum cívico, mas é sem dúvida a confirmação da justeza das posições dos que defendem uma nova ordem económica mundial mais equilibrada e justa.



Política de transportes e o interesse público

A política comunitária de transportes e os caminhos-de-ferro estiveram a semana passada em foco na sessão plenária do Parlamento Europeu. Enquanto no PE os eurodeputados se pronunciavam sobre os relatórios Simpson e Amaral, no exterior teve lugar uma manifestação de ferroviários da CGT francesa (apoiada pelos seus congéneres da CGTP) em defesa de medidas que respeitem no sector a coesão económica e social.

No debate do relatório Amaral, sobre política comum de transportes e os caminhos-de-ferro, interveio o eurodeputado do PCP Barros Moura que, subscrevendo a tese de que não haverá espaço económico comum sem uma política comum de transportes, defendeu que esta «não pode reduzir-se a um conjunto de disposições tendentes a eliminar distorções de concorrência através da criação do "mercado interno dos transportes" sem espaços nacionais reservados».

Segundo fez notar aquele deputado, não poderá haver plena liberdade de circulação de pessoas, mercadorias ou serviços, incluindo os de transportes, enquanto as regiões da periferia, em particular as menos desenvolvidas, continuarem isoladas das grandes redes europeias de transportes, quer devido à distância, quer à falta de infra-estruturas adequadas. Por isso mesmo é que os comunistas portugueses defendem que «o rápido acesso a todos os pontos da Comunidade é uma condição de igualdade das pessoas e das regiões no mercado único de 1993» e também «uma condição de autonomia de cada país».

É tendo em conta estes factos que se defende, como salientou Barros Moura, «a ideia de se dar prioridade à integração das regiões periféricas ou isoladas e à criação, como tarefa da Comunidade a financiar pelo Orçamento Comunitário, de um conjunto integrado e coerente de redes modernas e infra-estruturas de transportes à escala europeia, contemplando em especial a realização das grandes infra-estruturas e a sua ligação às regiões menos desenvolvidas e periféricas: os comboios de alta velocidade e as ligações ferroviárias para as outras regiões; as auto-estradas e os itinerários principais; os transportes combinados de mercadorias; a navegabilidade dos rios; os portos e aeroportos, etc.».

Mas como em todos os domínios, também aqui há que salientar a necessidade de assegurar a coesão económica e social, de forma a impedir o isolamento e a estagnação das populações que vivem afastadas das grandes redes europeias ou nacionais de transportes. Uma preocupação que se prende, naturalmente, com a consolidação e desenvolvimento das características de serviço público do transporte ferroviário, ao contrário das tendências que visam antes abrir o caminho à privatização das partes rentáveis, deixando os défices para o domínio público.

A excessiva liberalização

Foi justamente contra «a excessiva carga liberalizadora» das propostas da Comissão ao Conselho que se pronunciou o deputado Sérgio Ribeiro, na sua declaração de voto sobre o relatório Simpson. Na sua opinião, nas referidas propostas «não existe uma abordagem global dos transportes comunitários e as subpolíticas dos subsectores só convergem, se articulam, se coordenam na acelerada procura de privatizar o que não o esteja, no esforço de, para tanto, dividir até onde possível, para ir ficando cada vez mais reduzido o remanescente que não pode deixar de ser público». Uma forma, afinal, de atacar as perspectivas global e de serviço público, que não podem deixar de ser as dos transportes, por razões de segurança, preço, de ordenamento do território.

Segundo aquele deputado do PCP, no que respeita concretamente aos transportes por caminho-de-ferro «essa obsessão privatizadora e esse objectivo parcelar são prevalecentes porque prevalecente é, quase sem limitações, a opção pelas regras da concorrência, pelo mercado, relativamente ao que é de interesse público, e a concorrência e o mercado não o servem sempre, antes muitas vezes o contrariam».

Não é esta, obviamente, a posição dos comunistas, que recusam «a separação da exploração dos serviços de transportes e a gestão das infra-estruturas que têm de se manter sob a competência das empresas públicas de caminho-de-ferro, e desse modo responder às múltiplas exigências dos utilizadores que não se podem submergir nas engrenagens das privatizações».

As emendas propostas pelo Grupo Coligação de Esquerda nesta matéria, embora, como disse Sérgio Ribeiro, irem no sentido de "pôr remendos em pano ruim", reflectiam as preocupações e os protestos dos ferroviários e seus sindicatos. Na sua maioria não foram aceites. E assim, as propostas de directiva agora aprovadas praticamente «ignoram os aspectos laborais, como carreiras, retribuições, defesa e/ou reconversão de postos de trabalho, reciclagem», pelo que o pacote de propostas «ficou muito insatisfatório nessa área que é vital, juntamente com a área regional, para a coesão económica e social».

Razões bastantes para o Grupo Coligação de Esquerda considerar que as propostas da Comissão, ainda que moderadas pelo relatório, «têm por alvo e põem em perigo as empresas públicas de caminho-de-ferro da Comunidade e não servem o serviço público».

De referir que o Conselho de Ministros dos Transportes aprovou entretanto, na segunda-feira, o plano global da nova rede europeia de comboios de alta velocidade (TVG) que inclui a ligação de Lisboa ao Porto e destas duas cidades a Madrid através de uma linha de alta velocidade a financiar com recursos comunitários.

Orçamento para 1991

Saber se há ou não vontade política e capacidade para dar resposta financeira às novas situações, sem pôr em causa orientações anteriormente adoptadas e as necessidades reais das regiões menos desenvolvidas, é para o deputado Joaquim Miranda a questão central que se coloca no debate sobre as perspectivas financeiras e o projecto de orçamento geral da Comunidade para 1991.

Ao intervir na discussão daquela matéria no PE, Joaquim Miranda afirmou que o acordo a que se chegou no respeitante à revisão das perspectivas financeiras «tem o mérito de conter o reconhecimento do princípio segundo o qual a novas situações deverão corresponder novas verbas» o que, sendo um passo importante, não significa que o acordo possa ser considerado como uma obra acabada. Porque, como salientou o eurodeputado comunista, «subsistem situações - mesmo no âmbito das visadas pela revisão acordada - que continuam sem resposta ou sem resposta adequada» o que implica que o Orçamento para 1991, tal como vai ser adoptado, «será ainda um Orçamento incompleto». Após salientar os aspectos positivos do Orçamento, Joaquim Miranda alertou para o facto de a nova realidade interna e externa à Comunidade exigir um quadro financeiro mais amplo, mais flexível e que não seja um obstáculo a respostas adequadas e atempadas às novas exigências que lhe são feitas.

Internacional

As eleições alemãs — o apelo da demagogia

O futuro da unificação alemã foi a grande questão que serviu de pano de fundo às recentes eleições legislativas realizadas na Alemanha. O chanceler Helmut Kohl não se poupou uma vez mais a esforços para convencer o eleitorado - com muitas promessas e não menos demagogia - de que soou a hora do renascimento do *el dorado* alemão, deixando de fora nos seus discursos as referências aos problemas e dificuldades que inevitalvelmente a unificação acarreta. Os resultados das eleições do passado dia 2 revelam que entre promessas e realidades o eleitorado apostou nas primeiras, na esperança de tornar mais leve o peso das segundas.

Para além da vitória da aliança CDU/CSU e da subida dos liberais do FDP, as eleições legislativas na Alemanha registaram três grandes surpresas: a derrota sofrida pelos sociais-democratas do SPD; o quase desaparecimento dos Verdes; e a estabilização eleitoral dos comunistas do PDS.

Era esperada a vitória da aliança CDU/CSU, que obteve 20 milhões e 352 mil votos, ou seja 43,8 por cento (44,1 por cento na ex-RFA e 43,4 por cento na ex-RDA, sem incluir Berlim). Talvez não se esperasse era a inversão da tendência, antes verificada, da perda de influência eleitoral a favor do SPD. Ao facto não é certamente estranha a campanha eleitoral conduzida por Kohl, centrada na repetição exaustiva de meia dúzia de ideias-chave, de fácil apreensão, e que se poderiam traduzir numa só - com o seu governo, os alemães podiam contar com um futuro de prosperidade na nova grande Alemanha. Ao fim e ao cabo, aquilo em que o eleitorado deseja ardentemente acreditar.

Numa análise dos resultados verifica-se que foram sobretudo os jovens e os mais idosos quem votou maioritariamente em Kohl, enquanto o grupo etário intermédio - bem mais consciente das reais dificuldades a enfrentar no futuro próximo, como o desemprego e a degradação das condições de vida - votou maioritariamente no SPD.

Curiso é também assinalar a subida de 1,9 por cento do Partido Liberal (FDP) do ministro dos negócios estrangeiros, Hans-Dietrich Genscher, que com 5 milhões e 123 mil votos chegou aos 11 por cento. Um resultado que faz aumentar objectivamente o peso relativo do FDP na coligação governamental em que se integra, e se traduziu de imediato na imposição de novas condições para a formação do novo governo e eleição do novo chanceler.

As surpresas

As verdadeiras surpresas destas eleições vieram realmente do campo da oposição.

Os sociais-democratas do SPD, com 15 milhões e 539 mil votos, ou seja 33,5 por cento (35,9 por cento na ex-RFA e 23,6 por cento na ex-RDA), perderam, comparativamente às eleições de 1987 na RFA, 3,5 por cento dos votos. Uma derrota que afasta do SPD da acalentada perspectiva de uma alternativa imediata à actual coligação no poder.

Contra os sociais-democratas jogou, ironicamente, a sua campanha, de longe bem menos demagógica do que a de Kohl. Uma campanha apontando os perigos de uma unificação em que os direitos sociais são postos em causa e particularmente centrada no «como fazer», a que Kohl se furtou. Na opinião de vários analistas, faltou ao SPD a capacidade necessária para expor ao eleitorado um projecto claro de futuro que, garantindo o bem-estar de todos, não implicasse ao mesmo tempo "menos unificação".

Segundo Lafontaine, dirigente do SPD e até às eleições o mais forte candidato à liderança do partido, os resultados explicam-se pelo facto de os acontecimentos dos últimos meses terem decorrido ao gosto do executivo, qual argumento escrito para um filme adaptado às conveniências do partido governamental, sem que o SPD tivesse tido iguais oportunidades para expor os seus pontos de vista.

Após a derrota eleitoral, Lafontaine rejeitou a possibilidade de vir a assumir a presidência do SPD no próximo Congresso de Maio, o que abre novas perspectivas à candidatura de Engholm, primeiro-ministro em Niedersachsen, apontado como capaz de provocar uma aparente viragem do SPD à esquerda como forma de reduzir a margem de manobra dos comunistas do PDS.

PDS que por seu turno conseguiu cumprir o objectivo eleitoral de subir ao Parlamento. Com 1 129 290 votos o PDS elegeu 17 deputados; apesar de ter baixado muito em relação às eleições legislativas de Março último, manteve a votação obtida em Maio na ex-RDA, o que aponta para uma inversão da tendência para descer.

De registar que na ex-RFA o PDS fez praticamente o pleno do DKP (Partido Comunista da ex-RFA), que não concorreu às eleições e apelou ao voto no PDS. Um resultado que, por um lado, pode considerar-se satisfatório tendo em conta que a formação do PDS na ex-RFA só se efectuou em Outubro, mas que, por outro lado, se revela bastante insuficiente na medida em que o Partido ficou muito longe da barreira dos 5 por cento necessários para eleger deputados.

Acresce ainda que o lider do Partido, Gregor Gysi, foi eleito directamente em Berlim Mahrzahn e que em Berlim, com 9,2 por cento dos votos, o PDS obteve a terceira posição e elegeu 23 parlamentares.

Resultados sem dúvida importantes se se tiver em conta a crescente marginalização dos comunistas, as constantes notícias sobre escândalos financeiros e os duros ataques de que foi alvo por parte do SPD na sua campanha por conquistar o eleitorado de esquerda.

O fracasso dos Verdes

A derrota eleitoral dos Verdes é sem dúvida a grande surpresa das eleições alemãs.

Com um milhão e setecentos mil votos (4,7 por cento), os Verdes ocidentais não conseguiram representação no Bundestag (Parlamento Federal). Na ex-RDA, onde correram coligados na «Aliança 90», obtiveram 492 mil votos, 5,9 por cento e elegeram 8 deputados.

Um fracasso ainda não totalmente explicado, mas a que se atribuem, pelo menos, duas causas. Por um lado, divisões internas e controvérsias quanto à política de alianças e orientação política entre «fundamentalistas» e «realistas». Estas divisões, não completamente resolvidas a favor dos «realistas», terão deixado importantes franjas do eleitorado ecologista ao sabor da mensagem dos outros partidos, incluindo o PDS na ex-RFA que obteve a adesão de «Verdes fundamentalistas» descontentes.

Por outro lado, é sabido que os pontos de vista exclusivamente ecológicos, que encontram um crescente apoio na população, têm vindo a ser cada vez mais aproveitados, com êxito, pelos restantes partidos. Ora acontece que os Verdes, à parte as questões ecologistas, não têm sido capazes de definir orientações relativas a outros domínios da vida política; mesmo quando o tentaram, não souberam fazê-lo com vantagem em relação aos restantes partidos. A unificação foi a grande prova de fogo a que os Verdes não conseguiram resistir.

O futuro dirá se foi a batalha ou a guerra que os Verdes perderam.

Para os alemães, são sem dúvida muitas as incógnitas do futuro próximo. Os problemas de que o chanceler Kohl não falou nestas eleições vão a partir de agora estar no centro de todas as atenções - o aumento dos impostos, do desemprego, da instabilidade; a perda de regalias sociais, a competição desenfreada. Mais cedo que tarde, os custos da unificação terão de ser pagos, com todas as suas implicações.

Condenados os assassinos de Chico Mendes

Os assassinos confessos de Chico Mendes, ecologista brasileiro e dirigente dos seringueiros, morto em Dezembro de 88, foram condenados cada um a 19 anos de prisão. Pela primeira vez na história jurídica brasileira, também o mandante de um assassinato é condenado. O facto em si foi entusiasticamente saudado no tribunal de Xapuri, onde decorreu a audiência. E sem dúvida testemunha que alguma mudança se vai tornando possível numa zona do Brasil, onde a lei dos «coronéis» é a «lei» de facto vigente, e os seus homens de mão, os jagunços, continuam a espalhar a morte.

Um dado novo que entretanto não passa da ponta do *iceberg* de outras e profundas realidades que estão na base de factos como o assassínio de Chico Mendes.

Chico Mendes morreu, porque era incómodo. Porque o seu movimento foi o único que tentou unir a luta de componenses e índios, em defesa da Amazónia e dos interesses dos camponeses implantados na zona. Porque se bateu na prática contra a política então desenvolvida pela ditadura militar que lançou grandes programas de exploração da floresta da Amazónia — conseguindo mesmo impedir que o Banco Inter-Americano de Desenvolvimento (BID) financiasse a pavimentação de uma estrada que deveria escoar madeira e gado da Amazónia e regiões limítrofes para o oceano Pacífico através do Peru.

Factos que no fundo apontam para a conclusão que os responsáveis mais directos desta morte, agora condenados em Xapuri, estão longe de ser os únicos. Antes se inserem numa realidade em que a morte — impune — faz parte do quotidiano.

Segundo as denúncias da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, desde 1964 foram praticados mais de 1400 homicídios nas zonas rurais e florestais do país, e nenhum dos responsáveis foi condenado. No mesmo momento em que decorria o julgamento dos assassinos de Chico Mendes, era morto o responsável pelo sindicato dos trabalhadores rurais de Palmares, Pernambuco. Facto não menos significativo — também nestes dias, em Diadema, São Paulo, duas pessoas morreram e cinco dezenas ficaram feridas, em confrontos da polícia com as mil e duzentas famílias de agricultores que em Setembro ocuparam uma área que designaram de «via socialista».

Amazónia

A defesa da Amazónia, em que Chico Mendes estava empenhado, é uma questão muito real. Trata-se de travar a destruição em curso das maiores reservas de florestas do mundo, com gravíssimas consquências a nível local e planetário. Cerca de 36 000 hectares de floresta estão a ser aí destruídos em cada dia que passa.

Subjacente a esta destruição, encadeiam-se problemas múltiplos. É a lógica do lucro das multinacionais. É o desespero da miséria dos pequenos camponenses da zona, para quem o que está em causa é uma sobrevivência que vão buscar à floresta, liquidando na prática a riqueza desta zona. É ainda a monstruosa dívida, que rouba quaisquer possibilidades de implementar planos de defesa da natureza, que nomeadamente implicam medidas de carácter social.

Uma outra questão — central — a população índia.

Na opinião do etnólogo francês Pierre Grenand, partilhada por muitos outros especialistas, a Amazónia, «é um meio com elevados condicionamentos naturais. As únicas populações que conseguiram até agora produzir alguma coisa, são as populações índias».

Vale a pena recordar aqui as palavras de Red Crow, índio da reserva de Dakota, que em 1989 acompanhou o índio da Amazónia, Raoni, numa digressão destinada a sensibilizar para o problema da Amazónia.

«Nós temos uma profecia — diz Red Crow — o homem ainda não compreendeu que é apenas um fio na teia de aranha da vida. O que ele fizer a um fio, fá-lo a toda a teia. Manifestar a nossa solidariedade com o povo de Roani, é ajudar os filhos de todo o mundo. Somos uma única grande família neste planeta. Devemos agir contra esta grande ameaça contra a vida».

Internacional

POLÓNIA

Os frutos do «Plano Sachs»

Todo o processo das eleições presidenciais, agora concluído na Polónia, se desenvolveu sobre o pano de fundo de uma reforma económica com elevadíssimos custos sociais. E que na verdade se desconhece se chegará a dar os prometidos frutos de um salto no desenvolvimento económico com generalizados benefícios.

Este o tema de um interessante artigo, divulgado nas páginas do periódico americano «The Nation», da autoria de John Wiener, professor de História na Universidade Irvine na Califórnia, e que faz uma detalhada análise dos princípios e objectivos do «Plano Sachs», economista de Harvard, que em grande medida enformam a reforma económica implementada na Polónia.

Pelo seu interesse, aqui reproduzimos alguns extractos do artigo de John Wiener.

Queda dos salários reais

A primeira condição colocada pelo Plano Sachs — como explicou o seu autor na revista «The Economist» em Janeiro último — reside na rejeição de qualquer ideia subjacente que possa existir de uma «terceira via» entre as economias dirigidas do estilo soviético e o capitalismo de estilo americano.

E em caso algum a Polónia deverá tentar fazer experiências de controlo democrático, propriedade pública, socialismo de mercado, cooperativas ou autogestão operária.

A concretização de uma economia de mercado na Polónia deveria estar concluída no prazo de um ano — 1990 —, procedendo-se à abolição do controlo dos preços e dos subsídios, suprimindo todas as restrições ao livre empreendimento, privatizando as empresas do Estado, garantindo o equilíbrio do orçamento, introduzindo uma estrita limitação dos aumentos salariais, em síntese, dando toda a liberdade aos capitalistas e controlando directamente os trabalhadores.

Até agora, o «Plano Sachs» teve como único resultado reduzir o nível de vida dos polacos. Desde 1 de Janeiro (segundo o «Business Week»), os salários reais dos polacos tiveram uma queda de 40%.(...)

Os preços dos produtos alimentares duplicaram em Janeiro e as famílias destinam actualmente 60% dos seus rendimentos para as despesas alimentares.

Antes do «Plano Sachs», a Polónia conhecia os problemas das penúrias. Quando os produtos alimentares e outros produtos de primeira necessidade apareciam nas lojas, as pessoas compravam-nos a baixos preços, porque eram produtos subvencionados, ainda que as prateleiras estivessem em geral vazias.

Agora, as prateleiras estão cheias de artigos, o que poderia parecer a prova de uma certa prosperidade. Mas, como afirmou Marta Petrusewicz, historiadora polaca, professora na Universidade de Princeton: «as penúrias desapareceram, porque os preços são tão exorbitantes que as pessoas já não podem comprar nada».

Desemprego em alta

Reduzir o salário real dos polacos é apenas a primeira medida do «Plano Sachs». A outra consiste em lançar no desemprego os trabalhadores «improdutivos». No seu programa, J. Sachs aconselha o encerramento de muitas das maiores fábricas e minas do país, das quais algumas empregam dezenas de milhar de trabalhadores. (...)

O desemprego em massa e a queda dos salários reais podem desencadear uma nova vaga de greves no fim deste ano ou no próximo.

A primeira grande greve pondo em causa o «tratamento de choque» foi organizada pelos trabalhadores dos caminhos-de-ferro. Desencadeada a 24 de Maio, prolongou-se por uma semana e paralisou os portos polacos do Báltico. Mas não será naturalmente a última. (...)

O problema é que uma tal política pode também originar uma recessão. Parece que Sachs esqueceu o princípio de Keynes, de acordo com o qual, se queremos garantir o crescimento económico, é necessário encorajar a procura e que os investimentos não se fazem automaticamente, mas devem ser estimulados.

Ora a Polónia está em vias de atravessar — segundo a revista «The Economist» — uma recessão muito mais profunda do que o previsto: as vendas de artigos industriais baixaram no decurso do primeiro semestre em 27% em relação ao mesmo período de 1989». (...)

O «Plano Sachs» revela uma tara fundamental: pretende assegurar um crescimento económico rápido deixando toda a liberdade às «forças do mercado» na Polónia.

Pouco mais de 50 por cento dos polacos participaram na votação que levou Walesa à presidência. Um dado sintomático das profundas dificuldades que se vivem na Polónia, e que, de formas diferenciadas embora, se repetem em diferentes países do leste europeu. Em causa, problemas antes acumulados e discutíveis caminhos para a sua superação. E ainda, as próprias dificuldades inerentes a períodos de transformação.

Basta referir, a título de exemplo, a crise política que entretanto se viveu na Checoslováquia, e as críticas que aí se têm levantado quanto à política económica desenvolvida, mesmo por parte do presidente da Assembleia Federal, Alexander Dubcek.

Neste quadro, são particularmente significativos os resultados eleitorais que os comunistas têm vindo a obter em algumas das eleições realizadas no leste europeu. A Checoslováquia é um exemplo a referir — os comunistas obtiveram 17,4% dos votos na República Checa e 13,6% na Eslováquia. Entretanto, numa situação diferente, os comunistas jugoslavos averbam uma importante vitória, tendo o presidente da Sérvia, Milosevic, recolhido 65,3% dos votos.

Ora, todos os países capitalistas, depois da Segunda Guerra Mundial, rejeitaram, em geral, a total «liberdade do mercado».

Uma dívida impagável

A Polónia deve a monstruosa soma de 40 mil milhões de dólares ao Ocidente (...) Como reconhece Sachs: «esta dívida é de facto impagável e qualquer tentativa de a reembolsar exporá a Polónia a uma dependência económica para a próxima geração».

Os credores da Polónia elaboraram um programa de aligeiramento das dívidas para recompensar o governo polaco por haver imposto o mais duro plano de austeridade de toda a história do país.

Mas o «Clube de Paris», que agrupa os governos dos 17 países credores ocidentais, não anulou a dívida, como Sachs insistiu que fizessem.

E que é feito da ajuda do governo americano? A administração Bush concedeu um tratamento amigável aos polacos em visita aos Estados Unidos, mas rejeitou friamente os pedidos polacos de capitais. (...)

Não há dúvida que alguns polacos vão ganhar com as novas possibilidades de fazer fortuna.

Mas é ainda mais provável que a maioria da população sofrerá — em particular os operários industriais, coluna vertebral do antigo «Solidariedade» de discurso igualitarista.

EUA

A difícil situação do movimento operário

Um importante Encontro de sindicalistas norte-americanos e mexicanos, efectuado em Taxco, no México, no mês de Outubro, ficou a assinalar o reforço da solidariedade internacionalista entre trabalhadores de ambos os países.

Um dos benefícios imediatos da jornada de Taxco foi a divulgação de estudos sérios sobre a difícil situação que atravessa a classe operária nos EUA. Uma intervenção que produziu especial impacte foi a de Kim Moody, o destacado dirigente sindical que dirige o Projecto de Educação e Investigação do Movimento Operário Americano.

«Há 20 anos — declarou Moddy à Agência Alasei — que o movimento operário do meu país está em queda. No sector privado, em 1970, a percentagem da força de trabalho sindializada atingia 35%; hoje é apenas de 12%. Todas as grandes indústrias — petróleo, metalúrgica, minas, automóvel — foram afectadas. Só escapou o sector público.»

Como era de esperar, os apologistas do neoliberalismo rejubilam com a quebra da sindicalização no sector privado. As estatísticas estimulam a campanha a favor da tese reaganiana do Estado mínimo. «Menos trabalhadores sindicalizados, menos problemas!» — escrevem colunistas conservadores.

Contrariamente ao que em Portugal insiste em afirmar a UGT, os sindicatos norte-americanos tornaram-se na última década menos intervenientes. Enfraqueceram; contam com menos filiados.

A incapacidade demonstrada no terreno económico pelos EUA para suportarem os efeitos da concorrência com a Europa Ocidental e o Japão reflecte-se na situação da classe operária. Com poucas excepções, os sindicatos cedem às exigências do patronato e aceitam o argumento de que os trabalhadores devem apertar o cinto e sacrificar o seu bem-estar para que as empresas possam ser mais competitivas.

Classe operária empobreceu

Talvez em nenhum outro país de economia avançada se tenha produzido uma quebra tão brutal nos sectores tradicionais da indústria. O aumento galopante da percentagem de trabalhadores nos serviços processa-se com desequilíbrios estruturais de difícil avaliação. Uma parcela cada vez maior desses trabalhadores é constituída de negros, asiáticos, chicanos (americanos de origem mexicana) e latino-americanos. Desmentindo previsões feitas pelo governo federal e por sociólogos e economistas, quase todos eles recebem salários muito inferiores aos correntes na área industrial e têm menos direitos e garantias sindicais.

Kim Moody chamou, aliás, a atenção para o facto de ser falsa a afirmação de o nível de vida dos trabalhadores norte-americanos ter aumentado globalmente, acompanhando o crescimento do PIB nacional. Ocorre precisamente o contrário. A classe operária está a empobrecer.

«Em consequência do imobilismo das direcções sindicais — a denúncia é de Moody — regista-se uma baixa nos padrões de vida dos trabalhadores norte-americanos. No sector privado o salário médio por hora é hoje inferior ao de 1973. É verdade que houve aumentos salariais, mas são levemente inferiores à taxa de inflação.»

«O importante — sublinhou Moody — é que a qualidade de vida se deteriorou. Isso é transparente se considerarmos os serviços de saúde, a percentagem de trabalhadores com casa própria, e os serviços urbanos.»

A percentagem de trabalhadores desempregados que recebem subsídios de seguro de desemprego desceu de 75% em 1979 para 30% em 1990. Relativamente aos negros e latinos a situação é pior; nas grandes cidades, 50% da juventude negra está desempregada.

Muitas greves

Nos últimos sete anos aumentou sensivelmente o número de greves e em muitos sindicatos cresce a oposição às direcções tradicionais, colaborantes com o patronato e a orientação capituladora da AFL-CIO.

Moody apresentou um quadro das greves em desenvolvimento nos sectores do cobre e dos camionistas e no ramo têxtil. Citou os casos da **Greyhound** (camionetas interurbanas), dos empacotadores da **Hormel**, da companhia aérea **Eastern** e sobretudo a luta vitoriosa dos trabalhadores mexicanos da enlatadora de **Watsonville**, na Califórnia.

Não obstante a imprensa dar pouco relevo ao noticiário das greves, algumas dessas lutas romperam o muro do silêncio e, pela combatividade dos trabalhadores e pela sua duração, acabaram por alcançar ressonância nacional.

Moody não escondeu que a maior parte das greves termina com o despedimento dos sindicalistas mais activos e dos trabalhadores que se destacam no movimento. Mas salientou também que nos EUA está a emergir uma nova geração de sindicalistas cujo combate tem contribuído para forjar vínculos entre trabalhadores de áreas muito diferentes, como aconteceu com os trabalhadores mexicanos de Watsonville que receberam a solidariedade de categorias profissionais diversificadas e também a dos universitários californianos.

«Uma nova geração — informou — começa a ocupar a direcção de alguns sindicatos. São geralmente operários entre os 30 e os 40 anos que têm uma ideia diferente do que deve ser um sindicato e ideias muito mais claras sobre a política exterior, as mulheres e o racismo.»

Ruptura com a AFL-CIO

Para esses jovens sindicalistas a ruptura com a política retrógrada da AFL-CIO e com a sua submissão à estratégia internacional da Casa Branca é uma exigência social e patriótica.

James Kirkland (o presidente da AFL-CIO que foi muito elogiado pelo PS quando, a seu convite, visitou Portugal) tem sido, nesse contexto, vivamente criticado. Dirigentes jovens dos sindicatos de indústrias têxteis, de comunicações e metalomecânicas pronunciaram-se já publicamente contra a política agressiva do governo Bush na América Central, no Caribe e no Golfo.

Kim Moody é director de um jornal, o **Labor Notes** que tem batalhado por uma nova visão sindical dos problemas internacionais. A campanha está a obter mais êxito do que previam os patrões da AFL-CIO.

A denúncia do *apartheid* na África do Sul e a solidariedade com os trabalhadores da confederação sindical daquele país levou a uma tomada de consciência, sobretudo entre os trabalhadores negros.

Outra campanha que atingiu o seu objectivo foi a desencadeada para combater a política das empresas transnacionais que fecham fábricas nos EUA para as instalarem em países do Terceiro Mundo, a fim de tirarem benefícios da mão-de-obra barata e da inexistência quase total de direitos laborais. Muitos trabalhadores norte-americanos adquiriram no decurso dessa campanha uma visão global mais lúcida dos problemas económicos e sociais do mundo contemporâneo. Segundo Moody, a questão dos imigrantes é das mais difíceis de tratar, mas também das mais mobilizadoras.

A entrada nos EUA de trabalhadores latino-americanos (legais e ilegais) assumiu nos últimos anos as proporções de uma vaga. A atitude oficial da AFL-CIO é de oposição frontal à imigração. Pede leis ainda mais restritivas do que as actuais. Oposta é a posição dos sindicalistas da nova geração. Vários sindicatos — liderados pelo têxtil e pelas comunicações, iniciaram uma campanha para defender e organizar os trabalhadores estrangeiros. A sua propaganda começou já a ser editada em espanhol e em diferentes idiomas asiáticos.

No Encontro de Taxco teve naturalmente prioridade o debate sobre a solidariedade entre os trabalhadores mexicanos e norte-americanos. Um dos problemas mais agudos do momento é, aliás, o resultante da estratégia que leva alguns gigantes da indústria norte-americana a instalar-se no México em força. Para se avaliar a complexidade dos efeitos dessa política é suficiente informar que só por si a General Motors conta presentemente com 30 fábricas no México, a pouca distância da fronteira.

Nos EUA essa política de **transferências** provoca desemprego e no México não promove o desenvolvimento, reforça, sim, a dependência do país e gera uma sobrexploração do trabalho.

Significativamente, sindicatos da indústria automóvel lançaram em ambos os países apelos à solidariedade contra a estratégia supranacional da General Motors cujos acordos com os gigantes da indústria automóvel japonesa são cada vez mais íntimos.

***

O Encontro de Taxco fica a assinalar o começo de uma coordenação real entre as lutas sindicais nos EUA e no México. Entretanto, a repercussão que obteve a nível internacional veio alertar os trabalhadores de dezenas de países para um tema de que pouco se fala na Europa: a degradação das condições de vida e de trabalho do movimento operário norte-americano.

■ **M.U.R.**

Internacional

URSS

Congresso debate transformações em todos os domínios

«Sabemos que o povo está de acordo em preservar a União nas suas formas novas e numa base de democracia e soberania das Repúblicas. Mas não podemos passar do Estado unitário a um país amorfo. Uma única forma de acordo é possível: um referendo, para que cada cidadão se exprima». Esta uma proposta avançada pelo presidente soviético sobre a questão fundamental do novo Tratado de União, no discurso de abertura da quarta sessão do Congresso de Deputados do Povo.

Um Congresso em que muita coisa está em debate, e que iniciou os seus trabalhos com uma moção de desconfiança a Gorbatchov, que não mereceu qualquer aplauso e foi rejeitada por maioria absoluta.

Um tema particularmente sublinhado no primeiro dia de trabalhos foi a candente questão do separatismo. Nas palavras de Gorbatchov, «uma certa tolerância face ao separatismo por parte das autoridades locais e mesmo — confesso-o — do Presidente, conduziram-nos a situações inadmissíveis. São necessárias medidas enérgicas para travar as exigências separatistas.»

De referir que nesta sessão do Congresso estão ausentes os deputados da Lituânia e da Arménia.

Num contexto de crise e de profundas dificuldades — que o Congresso irá debater até dia 28 — a situação económica vai certamente merecer grande destaque.

Nos próximos 18 meses, a União Soviética deverá lançar as bases de «um desenvolvimento são» e as «estruturas da economia de mercado». Para já, e no sentido de dar resposta às mais prementes necessidades, o presidente soviético anunciou o desbloqueamento de três mil milhões de rublos. Em causa medidas de emergência, visando melhorar a distribuição, e investimentos significativos na indústria agro-alimentar.

A questão da terra é prioritária, e cinco milhões de hectares irão ser entregues à exploração individual. Aposta-se também no aumento das «possibilidades de investimento a fim de atrair capitais estrangeiros de uma forma centralizada». Neste contexto a convertibilidade do rublo assume carácter fulcral.

Todas as grandes questões em debate

Todas as grandes questões debatidas na primeira sessão do Congresso, em finais da Primavera de 89, são agora retomadas, em grande medida para se avançar no plano prático.

Assim, estão neste momento em debate: a lei da propriedade socialista (privada, estatal e mista); a lei da reforma agrária, que igualmente engloba diferentes formas de propriedade; o sistema financeiro do socialismo de mercado; o sistema de segurança social, incluindo novas leis do trabalho; o sistema de investimentos; profunda remodelação no sistema jurídico e no sistema educativo; novas políticas para a juventude, velhos, mulheres e crianças.

Como peças fundamentais de todo o processo de transformação em curso — o novo Tratado da União, e as transformações do sistema político.

Para já, Gorbatchov propõe uma reforma do poder executivo, com reforço dos poderes presidenciais. Em termos de mudanças ao nível do aparelho institucional, prevê-se a criação de uma cargo de vice-presidente, a redução do pessoal dos ministérios, um acrescido papel para o Conselho da Federação (constituído pelos presidentes das repúblicas federadas), a formação de um novo Conselho de Segurança. Todos estes órgãos ficarão na dependência directa do presidente.

«Não é necessário voltar à ditadura mas a poderes que, nos limites da lei, nos permitam ultrapassar a crise e conseguir a paz civil» — comentou Gorbatchov, que defendeu: «O que nos faz falta é um poder forte, desde a chefia de Estado às estruturas locais, para garantir a ordem e a disciplina».

Em conferência de imprensa realizada em vésperas do Congresso, o presidente do Parlamento da URSS, Anatoli Lukianov, descrevera a reforma do poder no país, como a criação de «uma república presidencial de tipo soviético».

E sublinhara, significativamente, que «a forma soviética de poder de Estado não se esgotou».

O poder soviético, disse então Lukianov, «tem um imenso potencial democrático, porque é uma forma de poder do povo trabalhador».

«Mesmo que vamos buscar certos elementos a outros sistemas democráticos, por exemplo a delimitação de poderes e a propriedade municipal, a forma soviética de gestão será mantida» — concluiu Lukianov.

Saudação ao 27.º Congresso do PCF

Por ocasião do 27.º Congresso do Partido Comunista Francês, o Comité Central do Partido Comunista Português enviou ao Congresso dos comunistas franceses a mensagem que transcrevemos:

Queridos Camaradas,

Transmitimos calorosas e fraternais saudações dos comunistas portugueses aos delegados ao 27.º Congresso do Partido Comunista Francês e, por seu intermédio, a todos os comunistas franceses formulando os melhores votos à sua acção em defesa dos interesses da classe operária e dos trabalhadores, pela democracia, o progresso social, a paz e o socialismo.

O vosso Congresso coincide com as celebrações do 70.º aniversário da fundação do PCF no histórico Congresso de Tours. Os 70 anos de vida do vosso partido, a luta consequente, abnegada e muitas vezes heróica dos comunistas franceses, a sua fidelidade aos interesses da classe operária, a sua luta de sempre pela democracia, o seu patriotismo e internacionalismo, constituem uma magnífica comprovação do papel necessário e insubstituível dos Partidos Comunistas, no passado, no presente e no futuro.

Vivemos tempos de profundas e contraditórias mudanças na vida internacional. Têm particular relevo pelas suas consequências mundiais os dramáticos acontecimentos e transformações em países do Leste da Europa, importantes recuos e derrotas de partidos comunistas e as tentativas do imperialismo para aproveitar em seu favor uma alteração na correlação mundial de forças para prosseguir a sua política exploradora e opressora e procurar impor a sua hegemonia mundial. Disso é expressão a escalada militarista e os perigos de guerra no Golfo, perigos que se impõe por todos os meios conjurar pela procura de uma solução política negociada do conflito envolvente o conjunto de problemas acumulados na região, e desde logo o problema nacional palestiniano, sem cuja solução não é possível alcançar uma paz justa e duradoura no Médio Oriente. Mas este importante traço da evolução mundial não pode fazer esquecer os avanços estretanto verificados no processo de desarmamento e de desanuviamento na Europa e no mundo, os agudos problemas e contradições do mundo capitalista, o prosseguimento e importantes êxitos recentes na luta libertadora dos trabalhadores e dos povos.

Na nossa apreciação, a situação torna ainda mais necessária a cooperação e solidariedade entre os partidos comunistas num esforço conjunto para a renovação e reforço do movimento comunista internacional, assim como para a cooperação de todas as forças da democracia, do progresso social, da independência nacional e da paz.

A convite do Comité Central do Partido Comunista Francês, partiu para Paris Albano Nunes, membro do Secretariado do Comité Central do Partido Comunista Português, onde participará em representação do PCP no 27.º Congresso do PCF que se realiza em Saint-Ouen, de 18 a 22 de Dezembro.

Na vida do nosso Partido foi particularmente importante a realização do XIII Congresso (Extraordinário) em Maio passado, no contexto de uma complexa situação nacional e internacional e sob o fogo de uma ofensiva política e ideológica talvez nunca até hoje ultrapassada em amplitude, intensidade e violência. Examinando as novas realidades e os novos fenómenos e extraindo para o aperfeiçoamento e renovação da acção do Partido importantes ensinamentos, o XIII Congresso confirmou a identidade comunista do PCP, a sua natureza de classe, o seu carácter revolucionário, os seus ideais libertadores, a sua ideologia baseada no marxismo-leninismo na sua essência antidogmático e criativo, os seus princípios internacionais.

Unido em torno do Programa do Partido «Por uma Democracia Avançada no Limiar do Século XXI», aprovado no seu XII Congresso, o PCP está a intervir com dinamismo em todas as grandes questões da vida nacional. Combatendo energicamente a política antipopular e antinacional do actual governo, o PCP luta por uma alternativa democrática e conduz a sua acção — no movimento popular de massas, nas instituições e nas batalhas eleitorais — para que as eleições legislativas do próximo ano passam conduzir a um tal resultado. Não é um objectivo fácil. O entendimento e a cooperação das forças democráticas, nomeadamente do PCP e do PS, exigem o fortalecimento do PCP, a afirmação da sua identidade própria e não a sua diluição, a afirmação clara das suas ideias e propostas. Essa é a grande lição da «Coligação por Lisboa» (do PCP, PS e outros democratas) que hoje dirige o município da capital. Esse o sentido fundamental da candidatura do PCP às Eleições Presidenciais que terão lugar em Janeiro próximo.

Queridos Camaradas,

Entre o PCP e o PCF existem há longos anos relações de amizade, cooperação e solidariedade que estamos profundamente interessados em preservar e desenvolver. Consideramos que isso é do interesse dos nossos dois partidos, dos nossos dois povos e países e da causa comum do socialismo e da paz. Pensamos que é também um contributo para a necessária renovação e reforço do movimento comunista internacional.

Viva o 27.º Congresso do Partido Comunista Francês!
Viva a amizade entre o PCP e o PCF!

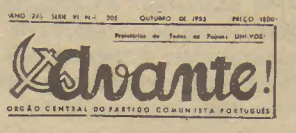
AVANTE!

«Depois da greve da fome de 4 de Novembro [de solidariedade à Conferência Europeia Pró-Amnistia], que lhes valeu um mês sem visitas, lanches e jornais, os presos de Peniche lançaram-se novamente em princípios de Dezembro em greve da fome, como protesto pela proibição da entrada de encomendas e da sua distribuição entre todos, pelas dificuldades e impedimentos postos arbitrariamente às visitas e os constantes insultos e maus tratos de que são vítimas por parte dos carcereiros e da direcção da cadeia. Por volta de 10 de Dezembro os presos continuavam ainda em greve.

É necessário que esta luta importantíssima seja divulgada em todo o país, de modo a fazermos chegar rapidamente aos patriotas presos todo o nosso apoio moral e material. (...)

Entretanto, a situação no Forte de Caxias continua a agravar-se. Todos os presos, à semelhança dos de Peniche, foram castigados com um mês sem visitas, lanches e jornais. Mais de um terço deles estão castigados sem recreios. As refeições são tomadas nas celas em más condições higiénicas. A humidade é tanta nos segredos que no fim de algumas horas os fósforos não acendem, os cigarros e tudo o mais molhado, as mantas e as roupas cheias de bolor.»

(«Os presos políticos em greve da fome» - «Avante!», VI série, nº 324, Dezembro de 1962)



«A última crise governamental revelou uma vez mais as divergências que se vêm agravando no campo salazarista perante as dificuldades em levar por diante a guerra de Angola e em dominar a luta do povo português. O isolamento e desprestígio do governo de Salazar tornaram-se mais flagrantes quando a Comissão de Curadorias da ONU aprovou por esmagadora maioria uma moção em que se reclama a cessação do fornecimento de armas e a aplicação de sanções contra Portugal, caso persista na sua política colonial.

Para os antifascistas é muito importante compreender as dificuldades em que se debate a ditadura e saber audaciosamente tirar partido delas. Mas para isso é necessário em primeiro lugar não permitir que o movimento antifascista paralise na expectativa dum golpe «por cima» ou de desagregação automática do regime. Só será possível tirar vantagem da actual crise da ditadura se as forças democráticas compreenderem que lhes cabe a maior audácia, independência e iniciativa, se não permitirem que se alimentem ilusões em torno de falsas soluções cujo objectivo é prolongar de uma forma ou de outra a vida do regime.»

(«A grande tarefa» - «Avante», VI série, nº 324, Dezembro de 1962)

AVANTE!

«Todos os anos centenas de angolanos, condenados por delitos comuns e até políticos, são desterrados para as colónias penais da Baía dos Tigres, de Cabinda e de S. Tomé. O objectivo deste sistema é fornecer mão de obra gratuita aos colonos: em Cabinda vão trabalhar no corte de madeiras da Companhia de Cabinda, em S. Tomé vão para as fazendas do cacau e na Baía dos Tigres vão trabalhar na pesca.

A Baía dos Tigres é um lugar terrível, desértico, assolado pelo vento; a água é racionada e cada condenado não tem direito a mais de uma caneca de água.

O regime de trabalho é de uma violência indescritível. Os homens vivem praticamente a bordo dos barcos, algumas vezes dormem neles embrulhados em mantas suportando o frio e o vento ciclónico. Quando o barco regressa à praia, os condenados continuam a trabalhar, escalando aí o peixe até de madrugada.

Não há assistência sanitária. Para mil homens que ali se encontram há apenas um enfermeiro.

Os condenados são espancados e torturados com qualquer pretexto (...), alguns têm sido assassinados. O industrial Joaquim Grade, o maior da Baía dos Tigres, é acusado pelos negros de ter já matado 4 homens batendo-lhes com uma corrente.»

(«A colónia penal da Baía dos Tigres» - «Avante», VI série, nº 324, Dezembro de 1962)

Em Foco

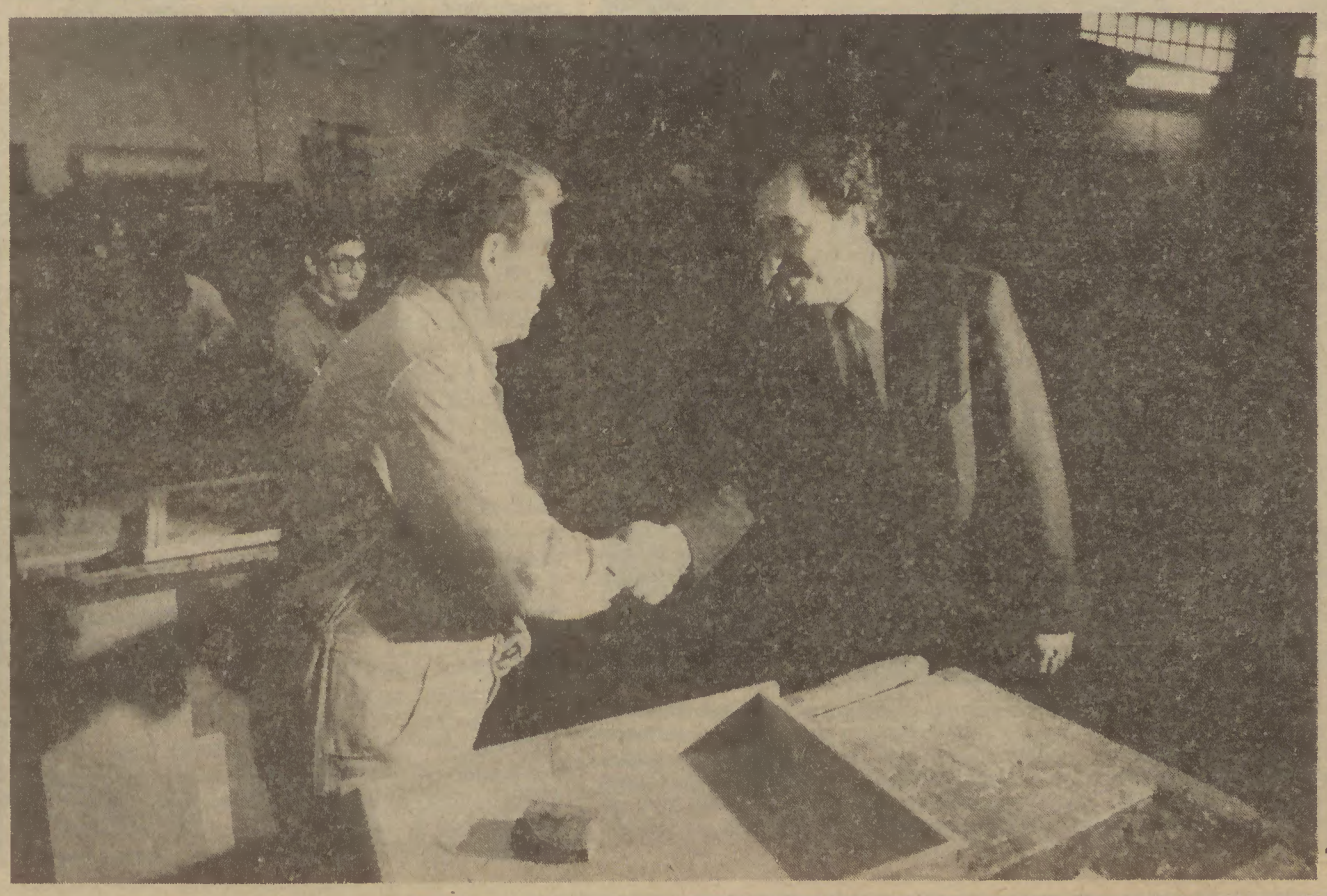
Anos 90
Portugal pode ser Melhor!
Carlos Carvalhas

Avante!
Ano 60 – Série VII
N.º 887
20 de Dezembro de 1990
3.º Caderno
Não pode ser vendido separadamente

Diário de campanha

• Intervenções • Crónicas
Reportagens • Depoimentos

Até à nossa edição de 11 de Janeiro, o caderno Em Foco será integralmente dedicado à pré-campanha e campanha eleitoral de Carlos Carvalhas.

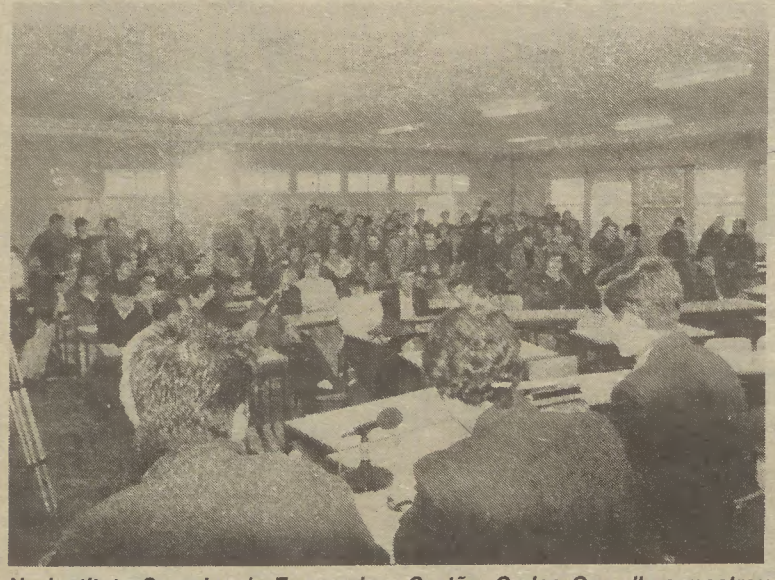


Portugal pode ser Melhor!

Carlos Carvalhas

Diário de campanha

A candidatura de Carlos Carvalhas foi, até agora, a única a trazer para o debate pré-eleitoral os problemas das mulheres e propostas para os resolver. No encontro da semana passada, Helena Bastos, falando em nome das mulheres que integram a comissão nacional de apoio ao candidato do PCP, sublinhou este facto e acrescentou que ele faz com que o eleitorado feminino tenha em relação a Carvalhas especiais exigências e esperanças



No Instituto Superior de Economia e Gestão, Carlos Carvalhas mostrou como sabe jogar ping-pong *e participou num animado debate com os estudantes de Economia*

Os problemas da ciência e da tecnologia estiveram em foco no debate realizado no Instituto Superior Técnico e onde Carlos Carvalhas desenvolveu as grandes linhas da candidatura do PCP para esta importante área

Como mostrou a participação nos debates e encontros (aqui em Coimbra, no seminário sobre o desenvolvimento integrado da região), o conhecimento das realidades e o empenhamento dos comunistas na resolução dos problemas colocam muitos dos apoiantes da candidatura de Carlos Carvalhas em condições favoráveis para corresponder ao apelo feito repetidas vezes pelo secretário-geral adjunto do PCP: que cada um seja um agente político para ganhar mais apoios e mais votos

Quarta-feira, 12
18 horas

Com as mulheres

«Com a participação das mulheres Portugal pode ser melhor» foi a ideia que reuniu no Hotel Berna, em Lisboa, Carlos Carvalhas e algumas dezenas de mulheres que apoiam o candidato do PCP. Dirigentes do Partido e do movimento sindical, autarcas, operárias, professoras, empregadas, deputadas, jovens e veteranas dos combates pelos direitos das mulheres, comunistas e não comunistas, conviveram e conversaram com o secretário-geral adjunto do PCP. Entre outras, ali estiveram Georgete e Sofia Ferreira, Luísa Araújo, Luísa Amorim, Odete Santos, Ilda Figueiredo, Paula Coelho, Manuela Bernardino, Fernanda Mateus, Helena Neves, Elvira Nereu, Rosa Rabiais, Piedade Morgadinho, Maria Alda Nogueira, Stella Piteira Santos, Maria de Lurdes Palma, Zila de Carvalho, Alcina Bastos, Maria Cândida Caeiro, Maria da Conceição Lopes, Rosa Saúde Coelho, Maria do Carmo Tavares, Odete Filipe, Ana Avoila, Florinda António Engrácio, Rosalina Pinho, Fátima Amaral, Manuela Batalha, Teresa Sá e Melo, Regina Marques, Conceição Morais, Ilda Pires, Luísa Vitorino, Glória Marreiros, Isaura Silva, Maria Antonieta Pereira, Leonor Santa Rita, Maria do Carmo Pombinho, Natividade Baptista, Stella Oliveira, Francisca Crespo, Lucília Estanco Louro, Celeste Soeiro, Taurina Zuzarte, Rósália Ferreira.

Depois de uma breve intervenção de Helena Bastos, em nome das mulheres que integram a comissão nacional de apoio à candidatura e organizaram esta iniciativa, Carlos Carvalhas fez uma declaração (de que publicamos extractos) sobre a problemática feminina.

Quinta-feira, 13

Ciência e ensino suscitam debates vivos

Dois debates incidindo em matérias relacionadas num caso com a política de ensino e no outro com o financiamento da Investigação e Desenvolvimento em Portugal, ambos realizados em instituições universitárias, preencheram faz hoje oito dias a agenda de iniciativas do camarada Carlos Carvalhas.

Em qualquer dos casos, e apesar dos públicos diferentes, foi patente a reflexão serena e a troca franca de opiniões, prevalecendo na abordagem das diferentes temáticas o interesse pelo conhecimento das posições do candidato.

Este interesse acabaria, aliás, por não ser alheio à forma interveniente como os participantes se posicionaram ao longo dos debates, proporcionando momentos de grande vivacidade e um diálogo animado onde acabariam por entrar outros temas para lá dos inicialmente propostos.

ISE • 14 horas

Foi nomeadamente o que sucedeu no debate com os estudantes do Instituto Superior de Economia, realizado na sequência de um almoço na cantina e de uma visita às instalações, onde o candidato comunista respondendo a questões levantadas pela assistência acabou por abordar temas tão diversos como os relativos à Universidade, ao exercício do mandato presidencial, a aspectos de natureza social como a habitação e o emprego, à integração europeia ou ainda a problemas de natureza económica.

Estes últimos, até pelas características do auditório, viriam naturalmente a suscitar uma maior atenção entre os presentes, largas dezenas de estudantes interessados em saber, por exemplo, a posição do candidato face à problemática das uniões europeias, designadamente à União Económica e Monetária (UEM).

Sem rodeios, Carlos Carvalhas reafirmou a ideia de que uma tal medida, caso não venham a ser adoptados «apoios específicos», poderá aumentar o distanciamento entre as regiões pobres e ricas, acentuando de forma profunda as assimetrias regionais

As reprivatizações em curso, por seu turno, foram também alvo de severas críticas por parte de Carlos Carvalhas, que alertou para o risco de colocar a nossa

Melhor, com as mulheres

«A minha candidatura sintetiza numa frase uma aspiração generalizada do povo português e a convicção profunda que orienta a luta dos democratas: Portugal pode ser melhor.

Este grande objectivo só é realizável se contar também com a plena participação, o empenhamento e a criatividade das mulheres.»

PR mudo e quedo

«Ao Presidente da República compete defender, cumprir e fazer cumprir a Constituição. Mas o mandato do Presidente da República, que está prestes a cessar, caracterizou-se pelo mutismo e pela inércia em relação à violação dos preceitos constitucionais que mais directamente afectam as mulheres, designadamente os princípios da igualdade (art.° 13); de protecção à família, com a efectivação de todas as condições que permitam a realização pessoal dos seus membros (art.° 67); da maternidade e paternidade, em que se estipula que as mulheres trabalhadoras têm direito a especial protecção durante a gravidez e após o parto, sem perda de retribuição e de quaisquer regalias (art.° 68.°).

Enquanto se silenciam discriminações e se escamoteia o fosso existente entre a lei e a vida, assiste-se a um aparente consenso em discursos políticos que versam a questão da igualdade de direitos e oportunidades.»

Coerentes, claros, empenhados

«A minha candidatura assume responsável e coerentemente os valores da liberdade, igualdade, fraternidade, solidariedade e justiça social, valores caros às mulheres e frequentemente invocados na sua luta emancipadora.

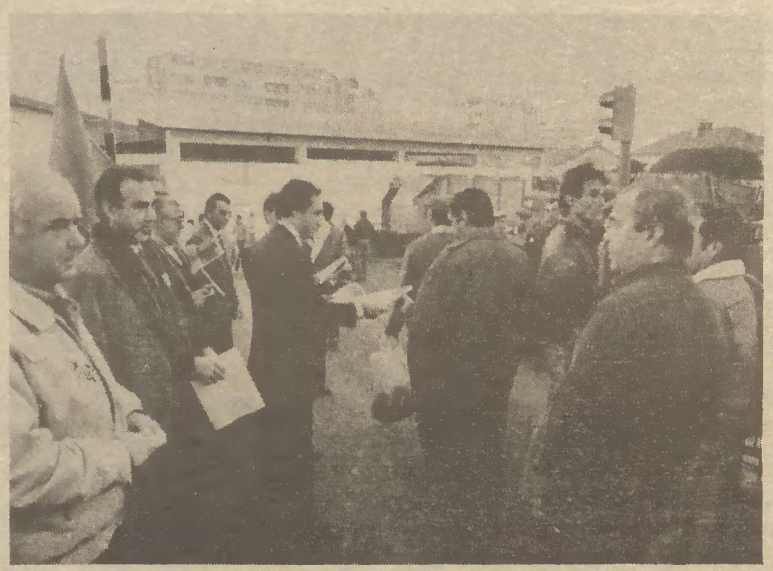
É oportuno recordar aqui que, se os avanços registados na consagração dos direitos das mulheres têm como componentes indispensáveis a força do movimento feminino e a determinação das mulheres na luta pela conquista e afirmação dos seus direitos, também a luta e actividade do PCP são vertentes essenciais dos êxitos alcançados. São claros os compromissos dos comunistas e o seu empenhamento em relação à luta específica das mulheres e pela efectivação dos seus direitos.»

A igualdade exige

«Dando voz ao que o PCP e o movimento feminino têm defendido, a minha candidatura considera que a magistratura presidencial deve, tendo presente o espírito e a letra da Constituição, interpretar o princípio da igualdade como uma condição necessária à democratização, desenvolvimento e humanização da sociedade, através da libertação das capacidades criativas e produtivas das mulheres.

O valor eminentemente democrático e estratégico da igualdade exige a definição e concretização de políticas concertadas no sentido de assegurar:

- O pleno exercício do direito ao trabalho, formação e valorização profissionais das mulheres de todas as idades e em todas as áreas — incluindo as não tradicionais e as de forte produtividade — com a correspondente afectação de verbas e implementação de programas de acções positivas;
- Cursos de reciclagem que incentivem a reconversão profissional em sectores e/ou profissões em que ocorra a introdução de novas tecnologias;
- O fomento de iniciativas locais de emprego;
- A criação de cooperativas empregadoras de mulheres;
- O efectivo cumprimento das leis que apoiam e reconhecem a função social da maternidade/paternidade, garantem o planeamento familiar e a interrupção voluntária da gravidez;
- A aplicação das leis que impedem a utilização de imagens discriminatórias e ofensivas da dignidade das mulheres, designadamente em matéria de publicidade;
- A exigência de uma rede de equipamentos sociais de apoio à família;
- O desenvolvimento de uma política educativa e cultural que vise a alteração das mentalidades, de modo a que mulheres e homens sejam encarados como seres humanos na plenitude dos seus direitos e deveres, contribuindo para o estabelecimento de relações familiares baseadas na decisão livre, no amor, respeito e solidariedade recíprocos;
- O estímulo à partilha das responsabilidades familiares entre pai, mãe e sociedade;
- A sensibilização e informação da opinião pública sobre os direitos das mulheres e a importância da sua participação na vida social e política, utilizando os gran-



A sexta-feira começou cedo para o candidato e apoiantes, que foram levar as suas propostas aos trabalhadores dos Serviços Municipalizados da CM de Oeiras. E o dia começou bem, com muitas palavras de apoio a Carlos Carvalhas e com os autocolantes da pré-campanha a brilhar em muitos fatos-macaco. Na visita às instalações houve mesmo uma secção que improvisou uma espera ao candidato e afixou à porta, em jeito de cartaz, a fotografia de um dos folhetos «Portugal pode ser melhor»

Entre pregões e alegres bons-dias, Carlos Carvalhas percorreu o mercado de Algés levando a mensagem da candidatura. Entre as bancadas da fruta e do peixe, junto dos talhos, as bandeiras vermelhas que levavam alguns dos camaradas que o acompanhavam deram naquela manhã um tom diferente

Na creche «25 de Abril» o candidato do PCP cantou e rodou com a criança. E deixou também expressa a sua preocupação pelos problemas que a falta de instituições deste tipo cria às mulheres trabalhadoras e às famílias portuguesas em geral

Almoço-convívio em Algés, com homens e mulheres que apoiam a candidatura do PCP, mas que, além disso, estão unidos, há muito, também no combate por ideias generosas

economia e os centros de decisão nas mãos de estrangeiros. Um sistema de economia mista, defendeu, deveria ser adoptado, accionando para o efeito as formas de associação entre as empresas públicas e as privadas em sectores básicos da economia.
Instado a pronunciar-se sobre o sistema de acesso à Universidade e sobre um eventual aumento das propinas para valores «irreais», Carlos Carvalhas manifestou-se contra uma tal decisão, porquanto, disse, atenta contra as disposições constitucionais, lembrando a este respeito que «cada vez mais os filhos de famílias com menores rendimentos ficam afastados da Universidade».

Técnico • 21.30 horas

À noite, perante uma assistência maioritariamente constituída por membros da comunidade científica, designadamente investigadores e professores universitários, as palavras de Carlos Carvalhas foram dedicadas sobretudo ao Programa Ciência e ao financiamento da Investigação e Desenvolvimento em Portugal.
Questões que serviram justamente de tema ao debate, organizado por iniciativa da Comissão para as Questões da Ciência e Tecnologia do PCP, e que contou com a presença, entre outros, dos investigadores Zilda Carvalho e Frederico Carvalho, dos professores Rui Namorado Rosa, Eduardo Chitas, Cunha Serra e José Barata Moura e ainda de Edgar Correia, da Comissão Política do CC do PCP.
Como assinalou Zilda Carvalho, que presidiu ao debate, esta foi a primeira de um conjunto de iniciativas que se pretende venham a permitir um melhor conhecimento da realidade nacional neste domínio.
Uma área onde, a avaliar pelas várias intervenções produzidas, nem tudo parece ir bem, a começar pelo próprio Programa Ciência que, como se sabe, constitui uma importantíssima fonte de financiamento que até final da sua execução deverá orçar os 53 milhões de contos.
Pela sua inegável importância, o Programa Ciência concitou sobre si a atenção dos presentes, sendo introduzido no debate por uma intervenção de Rui Namorado Rosa. Procedendo a uma apreciação geral do Ciência, este professor da Universidade de Évora e do Técnico lembrou o seu carácter «excessivamente restritivo» no acesso, quer no que toca à dimensão dos investimentos e das equipas, quer ao âmbito científico e à natureza das rubricas elegíveis».

Avante! O «Avante!» publicará em próxima edição as intervenções feitas no debate por Frederico Carvalho (sobre o financiamento da I&D em Portugal) e Rui Namorado Rosa (sobre o Programa Ciência).

Alvo de críticas foi também a circunstância de o Ciência ter uma vigência «extremamente curta» e de o seu surgimento ser simultâneo com a redução generalizada de receitas para despesas de funcionamento e com a supressão do Programa Mobilizador de Ciência e Tecnologia.

Falta de transparência

As prioridades definidas no Ciência são, por outro lado, «muito questionáveis», como assinalou um dos intervenientes, não reflectindo as necessidades do País nem a dinâmica do desenvolvimento tecnológico.
Tónica dominante na generalidade das intervenções produzidas sobre este Programa foi ainda a falta de transparência no processo de avaliação e atribuição dos financiamentos e o desconhecimento quanto aos critérios adoptados.
No centro do debate, a partir de uma exposição do investigador Frederico Carvalho, documentada com largo número de dados, esteve também o Financiamento da I & D no nosso país e a sua evolução nos anos mais recentes.
Depois de chamar a atenção para o facto de existirem organismos que não aparecem nas dotações do Orçamento da Ciência e Tecnologia — orçamento que mais apropriadamente, segundo as suas palavras, deve ser chamado de «colecção ordenada de números coligidos em diversas fontes» — e de outros o integrarem mesmo não tendo investigação, aquele conhecido investigador duvidou da correcção de alguns números avançados pelo Governo.
A este propósito, citou o financiamento às Universidades, em relação às quais é indicado um aumento de 8,4 milhões de contos em 1990, para 13,2 milhões de contos, em 1991, ou seja um aumento de perto de cinco milhões de contos. «Notaram este aumento?», inquiriu com ironia Frederico Carvalho, para logo concluir que tão surpreendente boa vontade com as Universidades tinha afinal uma explicação: os números apresentados tinham resultado da introdução dos meios de comunicação social como veículo de imagens que contrariem a tradicional visão dos modelos sociais em função do sexo;
• A aplicação de sanções penalizando as discriminações.»

Encontro sobre as questões actuais das mulheres — Lisboa 12 de Dezembro

Soares num «ghetto»

«O Dr. Mário Soares com o apoio envenenado do PSD e com os mandatários que nomeou, está inibido de fazer qualquer crítica ao Governo, está num "ghetto", sufocado pelos seus apoios. O Dr. Mário Soares faria bem em ter mais humildade democrática, não pode afirmar que só quem vai ganhar é que deve ir às urnas. Seria unanimismo demasiado.»

Eleições especiais

«Estas eleições são eleições especiais, num quadro especial, em que os partidos não se vão contar, mas em que as diversas candidaturas enriquecem o debate das presidenciais.»

Soberania partilhada

«A soberania nacional só será partilhada, e não espartilhada, se a identidade nacional e os interesses nacionais de cada país forem respeitados, se cada país for um igual entre os outros, se a coesão económica e social tiver tradução prática com apoios reais, se os interesses populares e os sindicatos tiverem efectivo poder de intervenção e decisão na Comunidade. Senão, as assimetrias sociais e regionais acentuar-se-iam e a soberania partilhada, sim, mas entre as transnacionais...»

Votar com gosto

«A minha intervenção oferece um espaço de voto para todos os que não se reconhecem nas outras candidaturas. Um voto para que os jovens marquem a diferença, com gosto.»

... para o nosso tempo

«Uma escola para o nosso tempo exige não só um ensino adequado, como instalações e apoios mínimos. A degradação da escola e do ensino é infelizmente uma realidade. Temos meios escassos e desperdiçamos meios numa área fundamental para vencermos o atraso e prepararmos o futuro.»

No Instituto Superior de Economia, Lisboa, 13 de Dezembro

Ciência e investigação carecem de apoios

Nas políticas nacionais de desenvolvimento, a investigação científica e a ciência e a tecnologia, ocupam hoje um lugar cimeiro. Portugal não deveria fugir à regra, tanto mais que tem um aparelho produtivo assente, no fundamental, em produtos de baixa tecnologia, banalizados, que cada vez mais sofrem a concorrência, pelo preço, de países terceiros à Comunidade e pela qualidade, pelos países desenvolvidos, nomeadamente do Norte e Centro da Europa.

O discurso político tem-nos habituado a sonantes menções sobre a investigação e o desenvolvimento. No entanto, a realidade é outra. A acentuação das desigualdades sociais, as assimetrias regionais, o lugar pouco valorizado da especialização produtiva nacional, o fraco padrão de exportações, de baixo valor acrescentando nacional e complexidade tecnológica: mostram a verdade dos discursos, o fosso que separa o seu valor facial e a realidade.

Consideramos ainda que a cultura científica e tecnológica, artística e literária, filosófica e ecológica, integram o domínio da cultura, juntamente com modos de ver e de viver formas de projectar a vida social e que as diferenças são não só inevitáveis como desejáveis, tendo a conflitualidade como natural.

A Lei Fundamental do País afirma que a criação e a

➔

Portugal pode ser Melhor!

Carlos Carvalhas

Diário de campanha

«Os votos que vierem para nós não ficarão adormecidos no bolso do candidato» — sublinhou Carlos Carvalhas no debate-convívio na Parede, onde (como sucedeu em muitas outras iniciativas acompanhadas pela nossa reportagem) foi saudada a decisão do PCP de levar a candidatura até à boca das urnas

A simpatia da população de São João do Campo para com o candidato comunista manifestou-se até na forma como lhe eram expostos os problemas do dia-a-dia, sempre acompanhados de uma história ou de um recado para os que estão no poder a fazer uma política que põe os ricos mais ricos e os pobres mais pobres

Mobilizando-se «de emergência», como sucede nas ocasiões especiais, o Rancho Folclórico Infantil e Juvenil de São João do Campo saudou, com pé ligeiro e passo firme rumo ao futuro, o candidato do PCP às eleições presidenciais de 13 de Janeiro

Enquanto se aproxima a data da entrada em vigor do Mercado Único, já a partir de 1993, a política do Governo vai prosseguindo por vias que, ainda de forma mais evidente com esta perspectiva, contrariam os interesses nacionais — denunciou Carlos Carvalhas no seminário sobre o desenvolvimento integrado do distrito de Coimbra

nos cálculos da parcela das remunerações de trabalho e de uma parcela equivalente de despesas correntes. Comentando os números do Orçamento, José Barata Moura classificou-os ainda de «logro com maiúsculas», pondo ainda em relevo aquilo o serem os «atrasos estruturais graves» ainda existentes cuja responsabilidade imputou a quantos têm uma «concepção tacanha do que é o sistema científico nacional». ■

Sexta-feira, 14
7.30 horas

Lá em casa são cinco!

«Lá em casa somos cinco, todos a votar nele!» Foi assim que um trabalhador se dirigiu à reportagem do «Avante!» enquanto Carlos Carvalhas distribuía os bons-dias e folhetos da candidatura ao pessoal que iniciava o seu dia de trabalho nos Serviços Municipalizados da Câmara Municipal de Oeiras.
O candidato e os camaradas que o acompanharam (o vereador da CDU Amílcar Silva Campos, o presidente da JF de Barcarena, Carreiro Nunes, e outros militantes da organização concelhia do Partido) chegaram pouco depois das sete e meia, e dispuseram-se à entrada das oficinas do Espargal, em Paço de Arcos. A pé ou de motorizada, de sacos na mão ou a tiracolo, os trabalhadores iam chegando, cumprimentavam, recebiam os papéis, iam ficando por ali. O trabalho, de qualquer forma, só começava às 8 horas.
As horas e os horários foram o primeiro tema das queixas que aproveitaram para fazer, ao notarem que com o candidato estavam um jornalista e um fotógrafo. «Grande coisa, essa do horário de 44 horas que o Cavaco diz que dá! — desabafaram ironicamente. — Nós aqui até temos três horários diferentes: entramos todos às 8 horas, mas há uns que saem às 3 da tarde, outros às 5 e outros às 6. E até puseram um homem a fazer de polícia, para apontar o nome de quem tiver que sair uns minutos mais cedo!»
Tinham mais reclamações, e apresentaram-nas ao «Avante!» e a Carlos Carvalhas, mesmo perante o vereador da CMO responsável pelos Serviços (que chegou pouco depois e também acompanhou o candidato do PCP na visita às instalações): as mais que insuficientes instalações sanitárias para o pessoal de obras, o aperto em que trabalham os 40 homens da secção de águas, a ameaça de marcar faltas a mais de 20 trabalhadores que recentemente recusaram ser transportados num carro que serve para carregar areia e terra e que, inclusivamente, até tinha umas grades semelhantes às que se usam para transportar gado.

No mercado

Depois de um intervalo para o pequeno-almoço, tomado discretamente num café próximo da estação dos caminhos-de-ferro de Paço de Arcos, Carvalhas seguiu para o mercado de Algés.
Entre pregões e brejeirices, queixas pelo aumento do custo de vida ou pela forte concorrência dos hipermercados, o candidato do PCP, acompanhado por duas ou três dezenas de apoiantes, recebeu flores e beijos, conversou com vendedores e compradores, distribuiu apertos de mão e sorrisos.

«Indo eu, indo eu...»

A pé, já que a distância não justificava outros meios de locomoção, Carlos Carvalhas e a pequena comitiva de acompanhantes seguiram para a Creche 25 de Abril, instalada pouco depois da revolução de 1974, ainda pela comissão administrativa da Câmara. Aqui, evidentemente, não houve distribuição de propaganda. Houve, sim, oportunidade para conhecer a instituição e as preocupações de quem ali trabalha.
Mas, no meio de tanta miudagem, podia alguém ficar indiferente? Houve correrias, gritaria ritmada, uma animada disputa de uma bandeira, perguntas de admirar... A coisa foi de tal forma, que Carlos Carvalhas, no fim da visita, foi apanhado numa roda a cantar «Indo eu, indo eu, a caminho de Viseu». A miudagem que animou a festa ficou assim a saber que o candidato era daquelas bandas...
Na URPIA (União de Reformados e Pensionistas de Algés) teve lugar um almoço-convívio com umas dezenas de apoiantes, «rostos conhecidos, amigos que muito prezo», como Carvalhas referiu na intervenção que fez e que teve um especial aplauso quando lembrou que, além do apoio à candidatura, os presentes estavam ali unidos por ideias generosas, por um Partido com 70 anos de luta.

Cascais

De tarde, Carlos Carvalhas esteve nas oficinas dos Serviços Municipalizados de Cascais e visitou também a sede, onde foi recebido pelo presidente da Câmara, Georges D'Argent, e pelos vereadores da CDU, Vítor Silva e Carlos Sota, que o acompanharam na volta pelos gabinetes e na deslocação à cooperativa «A Linha do Estoril», na Parede. Aqui, antes de um convívio-debate na sala que aloja o centro de convívio dos reformados, o candidato do PCP deu uma entrevista a uma rádio local.

Sábado, 15
11 horas

Concluída a primeira *Volta*

Carlos Carvalhas conclui, em Coimbra, a primeira *Volta a Portugal* desde que, há dois meses, foi anunciada a candidatura do PCP às presidenciais.

Com o reitor

De manhã o candidato é recebido pelo reitor da Universidade, Rui Alarcão, a quem presta homenagem pelos 700 anos que aquela instituição está a comemorar. No encontro, que durou cerca de uma hora, participaram ainda o mandatário distrital de Carvalhas, dr. Alberto Vilaça, Carlos Fraião e Jorge Gouveia Monteiro, da Comissão Executiva Nacional do PCP, e o deputado comunista Vítor Costa.
Falando aos jornalistas no final, o reitor considerou a troca de impressões «muito agradável e muito útil». Para Rui Alarcão, «não foi apenas uma visita de cumprimentos», mas também uma oportunidade para falar de problemas universitários de fundo.
De tarde, o candidato participou no Encontro do PCP sobre os Problemas do Ensino Superior, que decorreu ali ao lado, na Faculdade de Ciências.

Avante! Nas páginas centrais do caderno Semana fala-se do encontro sobre os problemas do ensino superior e publica-se extractos da intervenção de Carlos Carvalhas.

Pela noite dentro

Quando terminou o Encontro, era já tempo de descer para a cantina A da Universidade, onde se reuniram mais de trezentas pessoas num jantar de apoio à candidatura de Carlos Carvalhas. E mais não eram, porque não caberiam na sala: desde o início da tarde que os organizadores se viram forçados a recusar inscrições.
O entusiasmo dos apoiantes de Carvalhas em Coimbra expressou-se nos aplausos, nos punhos levantados e nos «*PCP! PCP!*» com que responderam às intervenções de Alberto Vilaça, Avelãs Nunes e do candidato. O convívio prosseguiu ainda por um bocado, ao som da guitarra e das vozes mais jovens. (Carlos Carvalhas, à margem do programa e a convite dos estudantes, foi, entretanto, para a república «Bota Abaixo!».)

Domingo, 16
10 horas

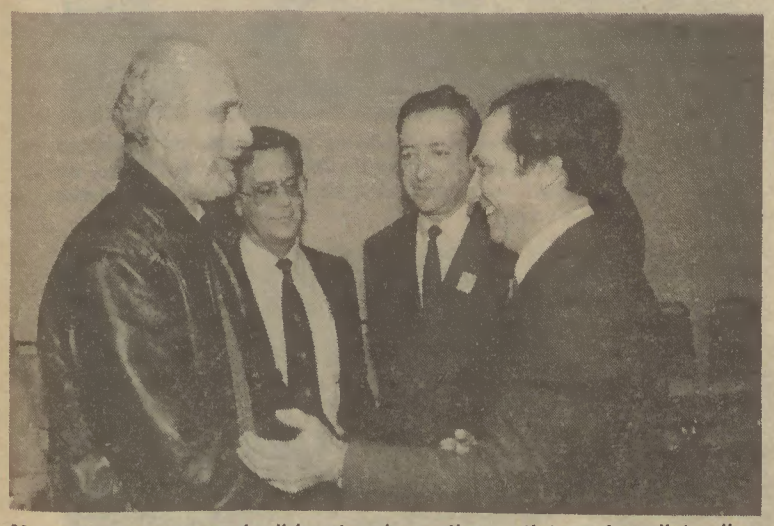
São João do Campo

A uma meia dúzia de quilómetros de Coimbra fica a jovem vila de São João do Campo, onde Carlos Carvalhas foi recebido com foguetes, abraços e umas *tapas* ligeiras enquanto a missa não acabava (só depois é que foi ligada a aparelhagem sonora).
Apresentado pelo presidente da Junta de Freguesia, o independente João Bizarro, eleito pela CDU com maioria absoluta, Carvalhas dirigiu breves palavras às pessoas que ali se concentraram.
Seguiu-se uma animada visita ao mercado semanal, distribuindo beijos e apertos de mão, ouvindo as queixas de reformados, mulheres, feirantes ou jovens, conversando da vida e de como a fazer melhor.
O Largo da Cruz tinha, além dos carros e bancas dos vendedores, um palco, com um *disc-jockey* madrugador a irradiar ritmo para todo o espaço que tinha à sua frente.
As pessoas da terra aproveitaram a pausa do candidato

Depois de contactar os trabalhadores nas oficinas dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Cascais, Carlos Carvalhas visitou a sede destes, onde foi recebido pelo presidente da CM e pelos vereadores da CDU

O encontro com o reitor da Universidade de Coimbra «não foi apenas uma visita de cumprimentos» — nas palavras do próprio Rui Alarcão —, embora fosse esse o motivo inicial. Foi ainda uma oportunidade para, durante cerca de uma hora, conversar sobre os problemas da Universidade, do ensino e do País

Não havia mais lugares na cantina A da Universidade de Coimbra, e só por isso os punhos no ar não foram ainda mais. Carvalhas foi entusiasticamente recebido por sindicalistas, intelectuais, autarcas, militantes comunistas e por portuguesas e portugueses sem partido, empenhados em que Portugal se torne melhor para todos e não apenas para alguns



Mais de uma centena de dirigentes desportivos, atletas e jornalistas ligados ao meio expressaram o seu público apoio a Carlos Carvalhas no Hotel Berna, local onde o candidato apresentou a sua declaração sobre política desportiva. Na foto, Melo de Carvalho, Celorico Moreira e Rêgo Mendes com Carlos Carvalhas

Encontro com o Presidente da República — *Carlos Carvalhas, acompanhado pelo seu mandatário distrital, pelo deputado Vítor Costa e por outros apoiantes, encontrou-se em Coimbra, já noite alta de sábado, com o presidente da república «Bota Abaixo!», o guineense Aleluia, e com os outros seis estudantes que ali vivem, que lhe falaram dos problemas que as 25 casas de estudantes enfrentam e que têm o seu lado mais grave na conservação dos imóveis. O debate alargou-se rapidamente a questões da actualidade política, acompanhado com vinho tinto, chouriça assada e umas castanhas que, sem que o repórter desse por tal, desapareceram depois de cortadas. Quem as terá assado? Ou comeram-nas cruas?*

para o cumprimentar, para conversar, para contar um caso ou partilhar uma preocupação, para mais uma palavra de apoio e incentivo na batalha eleitoral. Os autocolantes da candidatura espalharam-se num instante pelos peitos da miudagem e de muitos adultos, a condizer com os pendões que pareciam ter crescido nos postes da iluminação pública. Presidentes de juntas de freguesia (como Carlos Carvalhas revelaria mais tarde) falaram com o candidato sobre as dificuldades financeiras que as autarquias enfrentam e mostraram como, com uma efectiva descentralização, seria possível poupar recursos.

Pela mesma rua do mercado por onde Carvalhas e os apoiantes haviam chegado ao Largo, entrava pouco depois o Rancho Folclórico Infantil e Juvenil da Casa do Povo.

À porta da sede azul e amarela do Sanjoanense Atlético Clube começava a subir o fumo do grelhador onde, daí a mais uns minutos, já ia cheirar a febras, para o almoço-convívio em que participaram mais de meia centena de pessoas.

Domingo, 16
15 horas

«Um tema que me é caro»

No auditório das piscinas municipais de Coimbra decorria desde manhã um seminário do PCP sobre o desenvolvimento integrado da região, iniciativa que é já um contributo para a Assembleia da Organização Regional do Partido, que se vai realizar no primeiro trimestre do próximo ano.

Entre a centena de participantes estavam sindicalistas, autarcas e especialistas de diversas áreas. As intervenções, referidas uma a uma na intervenção de encerramento de Carlos Fraião, que as considerou de grande qualidade, versaram importantes temas para o presente e o futuro do distrito: juventude (emprego e acesso ao ensino superior), pescas, florestas, recursos hídricos, transportes e vias de comunicação, ambiente, turismo, agricultura, formação profissional, indústria, problemas sociais e direitos dos trabalhadores, cultura popular e património cultural, regionalização.

No seminário participou também Joaquim Miranda, suplente do CC e deputado ao Parlamento Europeu, que realçou a importância de debates deste tipo no actual momento da integração comunitária.

Carlos Carvalhas congratulou-se pela oportunidade de participar na iniciativa, sublinhando que desenvolvimento integrado é para ele «um tema caro».

Aproveitou para dar uma informação sobre o andamento da pré-campanha, que vai já em dois meses e cinco dias, e que «vai bem, com seriedade, com rigor, com sobriedade». «A nossa voz vai conquistando consciências e corações» — disse o candidato do PCP, depois de um comentário breve à actualidade política, em que alertou mais uma vez para a *factura* da integração na CEE, que os portugueses vão ter que pagar no próximo quinquénio.

Segunda-feira, 17
19 horas

Por uma verdadeira política desportiva

«Para a minha candidatura o desporto deve desempenhar uma função educativa fundamental, deve promover a solidariedade, a democracia e o respeito pelos outros, consituindo um factor de formação e de agregação social e um embaixador internacional ao serviço do País». As palavras são de Carlos Carvalhas e foram pronunciadas segunda-feira perante mais de uma centena de convidados que enchiam uma das salas de conferência daquele hotel da capital.

De entre eles, e dado que é impossível referi-los a todos, destaque para algumas velhas glórias olímpicas como Armando Aldegalega, Tomás Paquete ou Mário Paiva; o ex-presidente da Associação de Atletismo de Lisboa, Dr. Mário Paiva; o ex-presidente da Associação de Atletismo de Lisboa, Dr. Mário Paiva; o Vice-presidente do Comité Olímpico, professor Celorico Moreira; o vereador da Câmara Municipal de Lisboa, Rêgo Mendes; Afonso Alexandre, presidente da Associação de Basquetebol; o técnico de Lucrécia Jardim, Isidro Vieira; o professor Melo de Carvalho, ex-director da Direcção-Geral dos Desportos; Américo

investigação científicas deverão ser incentivadas e apoiadas pelo Estado e a «Lei sobre Investigação Científica e Desenvolvimento Tecnológico» aponta vários objectivos gerais à política nacional de Investigação e Desenvolvimento (I & D).

Ora, para atingir níveis «europeus» (França, Holanda, Dinamarca), Portugal precisa de multiplicar por 3 a 4 o número de pessoas que trabalham em I & D e, também, os recursos financeiros disponibilizados para aquele fim (relativamente à percentagem da população activa e do PIB).

Em 1989 e em 1990 não foram descongelados quaisquer vagas para recrutamento de pessoal investigador.

As dotações do OF (Orçamento de Funcionamento) atribuídas aos grandes laboratórios do Estado não dão sequer para cobrir cerca de 60% das despesas fixas com o pessoal existente. No caso do LNEC, a dotação do OE para 1991 mantém-se ao nível de 1990 (835 380 contos), enquanto a do PIDDAC desce de 750 mil contos para 220 mil contos quando haviam sido solicitados 900 mil, sendo proibida a realização de despesas correntes com dinheiros do PIDDAC.

As dotações do PIDDAC atribuídas no início do ano (em 1989 e em 1990, assim aconteceu) são sujeitas a congelamentos arbitrários que atingiram este ano os 10%.

As dotações para o funcionamento das Universidades são tão escassas que não permitem o recrutamento de docentes necessários para assegurar o bom funcionamento das escolas e mal chegam para pagar despesas correntes.

Os laboratórios do Estado e as Universidades são pressionados para desenvolver a prestação de serviços e a investigação sob contrato como forma de angariar receitas indispensáveis à sua sobrevivência ignorando as condições exteriores, designadamente as características do tecido industrial português, tecnologicamente pouco evoluído e carente de meios financeiros disponíveis para financiar actividades de I & D e de inovação tecnológica. São ignoradas também as condições interiores do sistema Científico e Técnico (C & T), designadamente a ges-

Os principais obreiros

«Na nossa sociedade há uma tendência muito forte para endeusar os poderosos, os milionários, os detentores das grandes fortunas e os patrões das grandes empresas e grupos económicos. Pela nossa parte, nunca nos esqueceremos que os trabalhadores e todas as camadas laboriosas são os principais obreiros da criação de riqueza nacional.»

(Oficinas dos Serviços Municipalizados da CM de Oeiras, 14 de Dezembro)

tão burocratizada e a falta de autonomia das unidades executoras (grupos de investigação, departamentos, ...). Por outro lado, fomentam-se profundas desigualdades de oportunidades entre grupos e unidades de investigação consoante o campo em que trabalham (ciências sociais e humanas, ciências exactas e naturais, ciências de engenharia).

Se se considerar as transferências do OE para os organismos públicos e fazendo fé nos mapas que apresentam os números do chamado Orçamento de Ciência e Tecnologia entregues à Assembleia da República, a situação é a seguinte:

1990...25.3 MC
1991...27 MC+6,7% (não chega a cobrir a inflação).

Mas se retirarmos em 1991 a contrapardida nacional do Programa Ciência (4.3 MC) verifica-se uma **diminuição** de dotação orçamentada de 2,6 MC ou seja: menos 10,3% do que em 1990.

O Programa Ciência pretende conduzir à formação de 2600 novos investigadores e técnicos com formação avançada **sem vínculo ao Estado** por se ter (Governo dixit) «encerrado o primeiro ciclo de formação de recursos científicos (humanos entenda-se) quase exclusivamente orientado para as Universidades e os laboratórios do Estado (...)».

De facto não se vê que tenha sido encerrado qualquer ciclo mais sim o visível prosseguimento de uma política que não tem desenvolvido (estagnado, na melhor das hipóteses) o Sistema Científico e Técnico nacional. Insinua-se o espectro da precariedade do emprego e surgem ameaças de despedimentos, como no caso do LNETI, a pretexto da transformação em Instituto público que traria

→

Ferreira, do Sector de Atletismo do Benfica; Manuel Fernandes, vereador da Câmara Municipal de Torres Vedras; João Santos, técnico de educação física de uma associação de deficientes denominada ACAPO; ou ainda José de Freitas, técnico de natação da SFUAP.

Terça-feira, 18
21 horas

Acolhimento caloroso

Perante um público que enchia por completo o vasto salão do Sindicato dos Mineiros, maioritariamente constituído por trabalhadores do sector, Carlos Carvalhas reafirmou terça-feira à noite o apelo ao voto na sua candidatura, considerando-o como uma «**arma**» que deve ser utilizada por todos aqueles que «**não se reconhecem nas outras candidaturas**» e que desejam que o seu voto seja interpretado como um gesto de «**protesto, contra a resignação**».

«**É um voto que não cairá em saco roto nem ficará no bolso**», prometeu ainda o candidato à Presidência da República, garantindo que o conjunto desses votos terá expressão concreta na luta presente e futura em defesa dos interesses dos trabalhadores e do País.

Colocando desde já o acento tónico no apelo ao voto — cuja importância não se cansou de realçar — e no empenhamento de todos os seus apoiantes na dinamização de acções que divulguem os «**ideais generosos que estão consignados na Constituição e que a candidatura defende**», Carlos Carvalhas cumpriu assim em Aljustrel a última etapa de uma visita que se estendeu durante todo o dia a terras do Baixo Alentejo.

Calor e simpatia

Em todos os locais por onde passou, apesar de ser um dia de semana e coincidir com a apanha da azeitona (período normalmente de grande trabalho nos campos) não deixaram de ser notas dominantes da sua passagem por Serpa, Beja e pela terra mineira de Aljustrel, o calor e simpatia com que foi recebido, a adesão às suas palavras (designadamente às propostas e objectivos da sua candidatura) e o elevado número de pessoas que acorreram a todos os actos onde Carlos Carvalhas esteve presente.

Pessoas que na maior parte dos casos — e este é justamente um dos méritos destes contactos e do estilo que está a ser imprimido à campanha — não se limitaram a ouvir com atenção aquilo que o candidato tinha para lhes dizer. Ao contrário, face à disponibilidade permanente evidenciada pelo candidato comunista, as pessoas acabaram por se afirmar como intervenientes activos, tendo ensejo, em várias ocasiões, para alertar para alguns dos problemas mais sentidos, para expor as suas queixas e apresentar reclamações.

E a verdade é que esta prática se tornou uma realidade logo no primeiro contacto estabelecido por Carlos Carvalhas, mais exactamente na Câmara Municipal de Serpa, onde foi recebido pelo presidente, João Rocha, e pelo restante elenco do executivo.

Desertificação e envelhecimento

Um município que não foge à regra relativamente àquilo que são hoje os grandes problemas que afectam o Alentejo e onde se faz sentir, por conseguinte, com grande acuidade, o envelhecimento da população, o crescente processo de desertificação e a ausência de uma política do Poder Central capaz de promover o necessário investimento e o desenvolvimento.

Aspectos a que Carlos Carvalhas não podia deixar de dedicar algumas palavras, começando por sublinhar, numa alusão à falta de consulta por parte do Governo, que não há estratégia de desenvolvimento «**sem a intervenção activa e criadora das populações e dos agentes económicos**». «**Quando as coisas são feitas de forma centralizada, a partir do Terreiro do Paço** — frisou — **surgem os projectos que não correspondem às realidades e necessidades da população**».

Atenção especial da sua parte mereceu ainda o poder local, sublinhando em relação a este a «**perda de poder**» que se tem vindo a verificar nos últimos tempos, cuja responsabilidade atribuiu em larga medida à circunstância de as autarquias estarem confrontadas com novas competências sem os correspondentes meios financeiros.

Sempre acompanhado ao longo do dia por uma delegação constituída por António Murteira, da Comissão

consigo maior autonomia, mas também a fixação arbitrária de um tecto de pessoal.

De acordo com as necessidades do País e para que se cumpra a Constituição e lei pensamos ser necessário, embora sujeito a maior reflexão:

- Promover um efectivo planeamento plurianual das actividades de I & D, que integre um Orçamento plurianual com dotações garantidas, insusceptíveis de cortes de última hora.
- Modificar as regras de gestão das unidades executoras de I & D, conferindo-lhes a um tempo maior autonomia e mais meios financeiros. As receitas devem ser um prémio e não uma tábua de salvação (aliás bem escorregadia).
- Revalorizar as carreiras do pessoal técnico de apoio à investigação das várias especialidades (técnico oficinal, de laboratório, de desenho, de administração e gestão).
- Permitir o livre recrutamento de pessoal dentro dos meios financeiros disponíveis.
- Reestruturar o Conselho Superior de Ciência e Tecnologia transformando-o num órgão participativo, com a presença de representantes das sociedades científicas, associações profissionais e sindicais de docentes e investigadores.
- Reformular o Programa Ciência e garantir a transparência dos mecanismos de avaliação de projectos candidatos a financiamentos.

Estamos num País e numa sociedade em que os portugueses aspiram justamente a melhores padrões de vida, numa sociedade que deseja simultaneamente a mudança e a tranquilidade e pensamos que também nós devemos dar a nossa contribuição positiva no domínio das propostas e dos actos, a nível nacional e internacional.

Consideramos que um dos aspectos mais chocantes do mundo contemporâneo é o contraste existente entre as imensas possibilidades que o desenvolvimento das forças produtivas proporcionam para resolver os problemas da humanidade e os imensos desperdícios em inteligência, recursos materiais e outros a que continuamos a assistir. No nosso país a situação não é diferente.

Unamos os nossos esforços para levantar a esperança e dar forma ao futuro. Um futuro melhor para os portugueses, pois estamos perfeitamente convencidos, com fundamentos, que *Portugal nos anos 90, **pode e deve ser melhor.***

Intervenção de Carlos Carvalhas no debate sobre o Programa Ciência e o Financiamento da Investigação e Desenvolvimento em Portugal.

«Uma política desportiva para um Portugal melhor»

(...)

Para a minha candidatura, o desporto deve desempenhar uma função educativa fundamental, deve promover a solidariedade, a democracia e o respeito pelos outros, constituindo um factor de formação e de agregação social e um embaixador internacional ao serviço do País...

Torna-se por isso indispensável para o desporto português apoios que garantam aos clubes desportivos desempenharem as suas funções sociais, às federações e associações organizarem a prática de alto nível, aos municípios responderem minimamente às exigências com que são quotidianamente confrontados, às escolas de todos os níveis de ensino integrarem realmente a educação física nos seus «currícula» e ao desporto escolar tornar-se uma realidade palpável e significativa na vida de toda a juventude.

A nosso ver, o Estado deve garantir cada vez maior autonomia ao movimento desportivo, no estrito respeito da Constituição e da Lei do Associativismo, mas deve também exercer plenamente as suas funções e competências, designadamente:

- Organização de um autêntico desporto na escola e da educação física em todos os níveis de ensino.
- Coordenação e animação desportiva no tempo livre da juventude.
- Participação responsável no equipamento desportivo do País no quadro da indispensável regionalização.
- Coordenação interministerial para o desporto de alto nível.
- Formação geral de quadros de nível universitário e de todos os outros níveis através da concertação com as federações, autarquias locais e sindicatos.
- Criar condições para a afirmação internacional de Portugal na Europa e no mundo nomeadamente através dos resultados desportivos dos nossos melhores atletas.
- Fomentar uma autêntica investigação ao serviço do desporto.

Na herdade da Lage, exploração agrícola privada, os trabalhadores ouviram de Carlos Carvalhas palavras de condenação «à política de destruição e marasmo» do Governo na agricultura

Depois de «uma bica» no café do Largo 25 de Abril, em Serpa, o candidato comunista dirigiu algumas palavras às pessoas que se concentraram para o saudar

Cerca de uma centena de apoiantes reuniram-se no almoço no restaurante das Piscinas, em Serpa, onde Carvalhas voltou a reafirmar a sua condenação a uma política que não promove o desenvolvimento e o bem-estar das populações

Ia a noite fria e chuvosa, mas nem por isso no vasto salão do Sindicato dos Mineiros, em Aljustrel, repleto de apoiantes a Carlos Carvalhas se deixaram de voltar a sentir manifestações de apoio e incentivo à sua candidatura

Na visita à Câmara Municipal de Serpa, primeira etapa da sua deslocação a terras do Baixo Alentejo, o candidato teve ensejo de conhecer através do relato do presidente do Município os principais problemas com que se defronta a região

Um auditório que enchia por completo o salão nobre da Câmara Municipal de Beja acompanhou atentamente a exposição do candidato, a que se seguiu um animado período de perguntas e respostas

Executiva Nacional do CC, António Bernardo, mandatário distrital da candidatura, Carreira Marques e João Rocha, presidentes respectivamente das Câmaras Municipais de Beja e Serpa, e Lourdes Hespanhol, deputada à Assembleia da República, Carlos Carvalhas deslocou-se em seguida à herdade da Lage, média exploração agrícola, privada, onde se avistou com um grupo de trabalhadores que o acompanharam na visita às instalações.

Em busca de melhor vida

Provenientes na sua grande maioria de extintas cooperativas, designadamente da «Esquerda Vencerá», de Pias, estes trabalhadores deram conta ao candidato do desemprego que grassa na região, em consequência da política de «terra queimada» contra a Reforma Agrária, facto que tem obrigado grande número de jovens a partir das suas terras em busca de melhor vida. A título de exemplo, foi referida a partida regular de «**duas a três camionetas cheias de jovens**» com destino à Suíça onde vão cumprir contratos de mês e meio, três ou seis meses na apanha de fruta.

Dirigindo-se aos trabalhadores no final da visita à herdade, Carlos Carvalhas condenou a «política de destruição e marasmo» seguida pelo Governo no plano agrícola e salientou a importância do Alqueva e do plano de irrigação do Alentejo, cuja concretização considerou urgente e fundamental «**se queremos ter alguma competitividade agrícola**» quando se efectivar a plena integração europeia em 1993.

Ainda neste domínio, o candidato à Presidência salientou que a «**paralisação do Alqueva e a não implementação de pequenas barragens é totalmente contrária às necessidades do Alentejo e aos interesses nacionais**».

Procedendo a um breve balanço dos primeiros cinco anos de transição na agricultura, Carlos Carvalhas referenciou como aspectos mais salientes, a «**estagnação da produção agro-pecuária com agravamento do défice alimentar do País**», a diminuição dos rendimentos dos agricultores ao ritmo de quatro por cento ao ano e a «**desnecessária liberalização das importações**», designadamente quanto aos hortofrutícolas, carne de bovino e carne de suíno.

«Tenham dó da gente»

Percorrendo as ruas de Serpa, ainda pela manhã, em direcção ao local onde se realizou o almoço que reuniu mais de uma centena de apoiantes, Carlos Carvalhas distribuiu folhetos da sua candidatura, não se furtando aos constantes cumprimentos, abraços e manifestações de carinho e incentivo das pessoas que foi encontrando nos passeios, janelas e estabelecimentos.

Foi aliás num destes contactos que se ouviu uma história dramática, bem reveladora do estado em que vão as coisas no plano social. De passo acelerado, vindo de uma viela, uma mulher idosa, toda vestida de preto, dirige-se a Carlos Carvalhas e pede-lhe que interceda para que «**tenham dó da gente**». Conta então a sua história, referindo que o marido «**morreu rebentado a trabalhar**» e que ela, com «**setenta e tal anos**», não tem «um tostão» de pensão, sobrevivendo com uma esmola mensal dada «**por uma senhora de Beja**».

Insistiu que gostaria de «**deixar este mundo**», pondo fim à sua «**triste história**», uma história que Carlos Carvalhas nos contactos que ainda manteve no decorrer da sua digressão não deixou de contar, pondo sempre em evidência a dignidade e emoção do relato daquela mulher que perdera o gosto de viver por não ter forma de satisfazer as necessidades mínimas de subsistência.

Ideais generosos

Depois de ter estado no salão nobre da Câmara Municipal de Beja, repleto de um auditório atento, que no final da sua exposição não se coibiu de fazer perguntas sobre os mais variados temas, Carlos Carvalhas visitou o parque de máquinas do Município, tendo também proferido algumas palavras para os trabalhadores que acorreram em massa ao refeitório para o ouvir, depois da sua jornada de trabalho.

«**Estamos aqui por ideais generosos**», numa luta cujo objectivo central passa «**pela dignificação do ser humano**», proclamou Carlos Carvalhas, antes de reafirmar a ideia de que a sua candidatura pretende «**levantar a esperança e dar forma ao futuro**» e de deixar clara a sua determinação de querer continuar a estar «**com os trabalhadores, os que empunham a bandeira do trabalho e da transformação**».

Do seu programa de visita ao Baixo Alentejo constou ainda um encontro, a meio da tarde, com os órgãos de comunicação social regionais.

Ano 90 Portugal pode ser Melhor! Carlos Carvalhas

Diário de campanha

Grandes prioridades e medidas urgentes

No novo quadro institucional decorrente da Lei de Bases, parece-nos ser indispensável considerar duas urgências e algumas prioridades.

Consideramos urgente:

1 — Reformular a participação de Portugal nos próximos Jogos Olímpicos em Barcelona. É necessário considerar apoios especiais à preparação dos nossos atletas e tomar iniciativas que permitam ao País beneficiar desportiva, económica e turisticamente da presença de muitos milhares de participantes e espectadores de todos os países do mundo, a poucas centenas de quilómetros do nosso país.

2 — Preparar o País e a comunidade desportiva para as profundas repercussões do mercado único da CEE que se farão sentir também ao nível do desporto, com a livre circulação de bens e serviços, livre circulação de pessoas e livre circulação de capitais.

Como prioridades para a renovação do desporto nacional julgamos ser de apontar:

1 — **A organização do desporto escolar e da educação física em todos os graus de ensino** dando corpo à convergência de opiniões que consideram que o País precisa de uma escola profundamente transformada para poder constituir a autêntica base do desporto nacional.

2 — **A formação de quadros**, entregando esta incumbência às federações e acompanhando-a da atribuição de meios materiais e humanos indispensáveis mas assegurando-se que a Administração Central não aliene as suas responsabilidades, designadamente na formação de quadros de nível superior universitário.

3 — **A construção de instalações desportivas**, vencendo carências e assimetrias, numa perspectiva planeada, tendo em conta as diferenças regionais.

4 — **A reforma da medicina desportiva** que permita o acompanhamento médico adequado aos praticantes desportivos, ao nível da prevenção e do tratamento.

5 — **A descentralização da política desportiva**, acompanhada de meios que permitam ao Poder Local confirmar o seu real papel de pilar do desenvolvimento desportivo, no quadro da necessária regionalização.

6 — **A afirmação desportiva internacional de Portugal no mundo** que nos nossos dias constitui um importante factor de afirmação internacional de um país.

7 — **O apoio ao movimento associativo por parte da Administração Central**, de modo a que se possam vencer as grandes dificuldades que caracterizam a situação da generalidade dos nossos clubes. A ajuda aos clubes e ao associativismo em geral é um imperativo social, cultural e formativo de importância decisiva para consolidação da democracia e para a melhoria das condições de vida da população.

Ultrapassar decididamente a falta, no sistema desportivo nacional, do **desporto no trabalho**, questão decisiva na melhoriaa da saúde física e espiritual dos trabalhadores, na reconstituição da força de trabalho.

10 — Considerar o **desporto como um factor de humanização**, uma mensagem de esperança para os povos e um compromisso essencial no respeito pelos direitos do homem.

A defesa do ideal olímpico e dos valores positivos do desporto é um vector essencial daquela missão, devendo, por isso, ser objecto de um novo tipo de preocupações que integrem o desporto na vasta dinâmica cultural do nosso tempo.

Uma saudação necessária e um voto de confiança

Gostaria de, por último, aproveitar esta ocasião para endereçar uma saudação muito viva a todos aqueles que viabilizam o Desporto português, atletas, dirigentes, técnicos, educadores, eleitos das autarquias, «carolas» voluntários e todos os homens e mulheres que quotidianamente enfrentam as dificuldades para manter viva a chama desportiva.

É particularmente justo fazer sobressair em toda a sua dimensão social e cultural o enorme esforço dos atletas portugueses que têm guindado o nome do nosso país aos mais elevados lugares do desporto mundial.

Também no desporto partimos de uma forte convicção de que com a efectiva intervenção interessada e criadora de todos os homens e mulheres empenhados no fenómeno desportivo, Portugal nos anos 90, pode e deve ser melhor.

Declaração de Carlos Carvalhas, dia 17, no Hotel Berna

UMA SONDAGEM DUVIDOSA

As sondagens estão na moda. Por tudo e por nada a população é chamada a dar o seu parecer e as respostas traduzidas em números, gráficos, indicadores de apoio ou rejeição, esperança ou desilusão. Nos dias que correm já nem se concebe campanha eleitoral sem sondagens.

Tenha-se a opinião que se tiver sobre as ditas, o facto é que as sondagens - se feitas com rigor - dão indicações que a prática tem demonstrado poderem aproximar-se muito da realidade. O que não significa que as mesmas estejam isentas de erros e que o seu papel junto da opinião pública não seja discutível.

Nesta pré-campanha para as eleições presidenciais, o jornal «Público» inaugurou um método novo em Portugal no campo das sondagens. Novo, mas não inocente.

No seu número de 5 de Dezembro o «Público» deu início a uma série de sondagens com que tenciona acompanhar a campanha presidencial. Explicava então a novidade do método a utilizar, salientando que o mesmo é já corrente noutros países. Trata-se, no essencial, de dividir o eleitorado em dois universos distintos: os que já decidiram em quem vão votar e os que permanecem indecisos para, a partir daí, formar um painel com os indecisos e acompanhar semanalmente a evolução das suas intenções de voto. Desta forma, como afirma aquele matutino, «os inquiridos que forem indicando qual a sua intenção de voto são abatidos ao painel e os dados acrescentados ao primeiro resultado global».

Para dar início ao esquema foi realizada uma sondagem por telefone a mil indivíduos, com 18 anos ou mais, residentes em Portugal continental.

Das mil entrevistas efectuadas foram apurados 23,8 por cento de indecisos, que o «Público» anunciava em título no seu número de 5 de Dezembro; uma semana depois, dia 12, noticiava também em título que «Soares conquista indecisos», dando-se conta no texto que metade dos 23,8 por centos dos indecisos já tinha optado.

Quem se tenha dado ao trabalho de ler todo o artigo ficou a saber que, para além dos indecisos, também foram ouvidos os que admitiram tencionar abster-se (18,9 por cento), indicativo valioso não referido no primeiro artigo.

E podemos começar a assinalar por aqui as contradições, os riscos deste novo método.

É sabido que em qualquer eleição, como em qualquer sondagem deste tipo, as respostas não se limitam a «vou votar em...» ou «não sei».

Se a sondagem é séria, há que apurar também as intenções de abstenção, a possibilidade de voto em branco; e há que registar ainda os que se recusam a responder.

Sabemos, pelo que foi divulgado, que as intenções de abstenção dos novos eleitores atingem os 28,3 por cento; pelo que podemos inferir, num cálculo global, que o conjunto de potenciais abstencionistas, mais os que não responderam, mais os que pensam optar pelo voto em branco serão pelo menos tantos quantos os indecisos.

O que dá um número interessante - quase metade do universo ouvido pelo «Público» não tem (ainda) candidato.

Como é natural, a partir desta base os valores apresentados sobre as intenções de voto têm um valor muito relativo. Se o método consistisse, como inicialmente se afirmou, em apenas seguir a evolução dos indecisos, isso significaria que um quarto do eleitorado ficaria de fora da sondagem. Um lapso grave, de que o matutino se parece ter dado conta, já que na informação de dia 12 se faz referência aos 18,9 por cento de potenciais abstencionistas, ao que se presume afinal também incluídos no universo a acompanhar até ao fim das sondagens. De fora continuam, no entanto, os que não responderam e os que optam pelo voto em branco, não referidos nos dados apresentados.

Mas para além deste aspecto, outros se colocam ao apreciar este novo método.

Antes de mais, trata-se de saber se é legítimo não ter em conta as reais possibilidades de mudança de opinião dos inquiridos, em particular num momento em que a campanha eleitoral está longe de se ter esgotado.

Em segundo lugar, torna-se legítimo questionar se as respostas dadas sobre a intenção de voto quando ainda não tinha sido anunciada a decisão de Carlos Carvalhas ir às urnas, se mantêm depois de tomada tal decisão.

Finalmente, importa saber até que ponto é significativa uma sondagem feita por telefone, em particular num país onde a relação telefone/habitação está longe de ser equilibrada e quando não são poucos os especialistas que defendem as vantagens das sondagens com contacto pessoal directo.

As dúvidas deste método não são só nossas. No passado domingo, o «Público» publicava a carta de um leitor levantando justamente dúvidas sobre a sondagem que, na sua opinião, «corre o sério risco de, pelo menos parcialmente, constituir uma fraude».

Na resposta, a nota de redacção reconhece que o método «apresenta alguns riscos e algumas vantagens», pelo que o jornal vai «antes das eleições voltar a aferir» a amostragem «com uma sondagem mais vasta que permitirá corrigir algum erro, se ele existir».

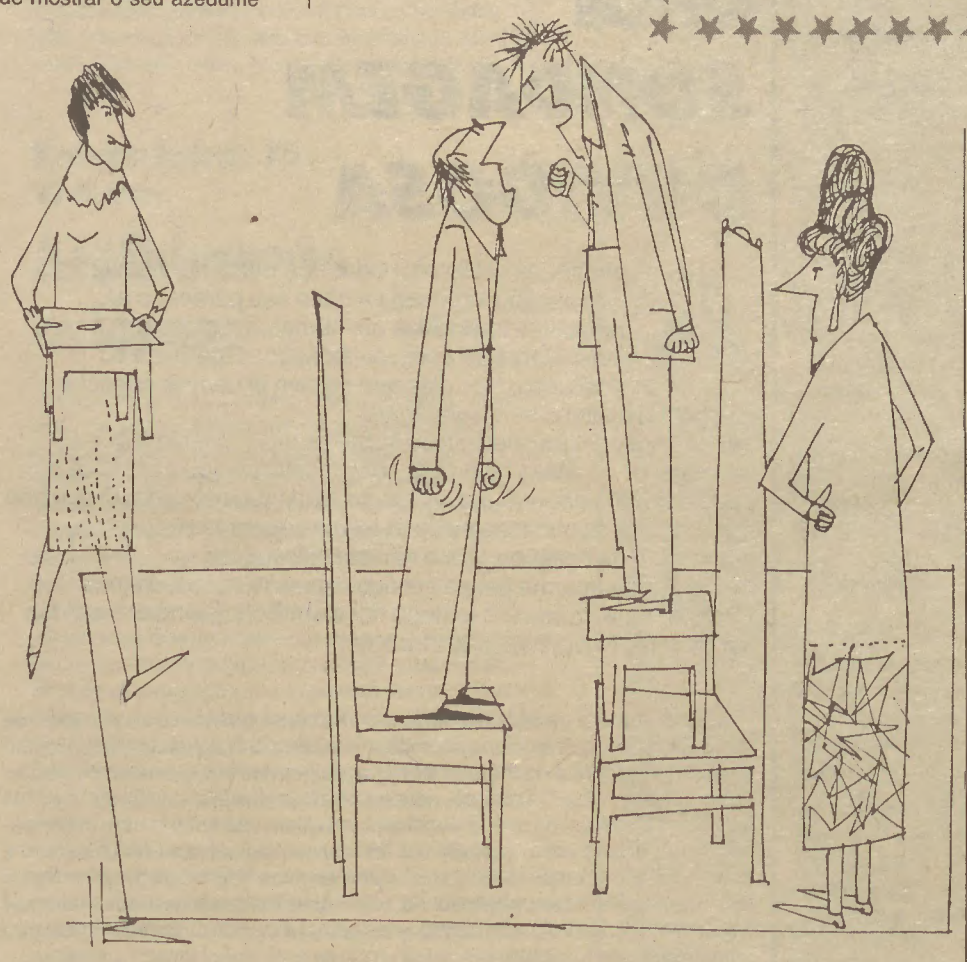
Ora é neste ponto que a «inocência» do matutino não pode deixar de ser posta em causa. Porque o «Público» não ignora certamente que a divulgação de sondagens também influencia os eleitores; não ignora que uma boa parte da opinião pública fixa os grandes títulos; não desconhece que as «dinâmicas» do voto não são alheias às manipulações possíveis dos meios de informação.

Por tudo isso, vale a pena ponderar os riscos das sondagens, ou de certas sondagens de duvidosa seriedade. Não porque elas não possam sê-lo, mas porque nem todas o são. ■

Pontos Cardeais

Portugal pode ser Melhor!

Carlos Carvalhas



Não vale a pena...

Quando se aproximam as presidenciais, um nome de que se fala sempre é o do João Jardim. Mas fala-se sempre de menos, porque o homem não se candidata afinal. No entanto, não deixa de mostrar o seu azedume de não lhe aparecerem apoios suficientes para levá-lo a Belém. Então aparece por aí pelos pasquins, a ralhar contra tudo e contra todos. Soares já não é seu amigo. E Basílio também não...

Desta feita escolheu «O Diabo» para desabafar. Boa escolha. E diz aí que não vale a pena. E interroga por que chegou isto a este ponto... E responde que o Estado está estruturado em falsos valores...

Tudo a propósito do debate entre Soares e Basílio.

Diz Jardim:

«A cena televisiva foi óptima. Não apenas pelas duas retumbantes derrotas políticas a que se assistiu. (...) Aquilo foi a síntese de muita coisa que, institucionalmente, está mal neste país»...

Pois bem. Imaginem que o debate era com ele próprio!

Mas Jardim acha que não vale a pena. E que, «agora, são só mais três semanas». Mas também diz que a partir de 14 de Janeiro, o futuro do País tem de começar a ser repensado.

Estará a repensar em si mesmo?

«Folclore»

Um matutino da capital esclarece os seus leitores de que ao terem permanecido na corrida quatro candidatos presidenciais, as «candidaturas folclóricas» haviam ficado pelo caminho.

E refere a desistência de um «independente de Sintra» e a desilusão dos apoiantes do funcionário da Associação de Estudantes de Coimbra, que não reuniram as assinaturas necessárias.

No entanto, o leitor depressa se dá conta de que o «folclore» não se fica pelos desistentes. Alguns dos que permanecem não enjeitam, pelo menos, um certo ridículo. Como o de Soares andar pelo Guincho a «explicar» o «surf» ao checoslovaco Havel. Ou o de Basílio a passar por Rio Maior como por vinha vindimada, sem ninguém para o receber naquele antigo santuário dos caceteiros que afinal se revela hoje menos dócil às declarações reaccionárias dos CDS's. Como, ainda, o de Carlos Marques, que fez na Marinha Grande uma visita apelidada de «discreta», mas que não deixou de esperar que a sua candidatura mereça pelo menos cinco (!) por cento dos votos. Mais discrição não era possível.

A meio gás

Andam muitos a desdizer da candidatura de Soares. Que ele se mostra em baixo de forma. Que já não é o que era. Que foi por isso que Basílio o levou àquele triste espectáculo. Que por isso mesmo não conseguiu brilhar em frente de Carvalhas. Pois. Mas o candidato Soares tem feito o mais que pode. O pior é que a realidade é difícil. Não é fácil ser-se apoiado por gregos e por troianos, pelo PS e pelo PSD, por amigos e por amigos (de um lado e do outro da democracia). Por isso, depois de ter muitas vezes afirmado que «o comunismo morreu», é que veio, mais tarde, afirmar que, «como utopia» era necessário. Queria contar com o voto comunista, e a decisão do PCP deixou-o um pouco fora de si.

Por isso, talvez, depois de tanto afirmar que não se queria meter na política do Governo, é que veio agora devolver a Cavaco Silva um diploma sobre a distribuição de gás natural. Com a candidatura a meio gás, Soares tinha de o ir buscar a qualquer lado...

Navegar

A navegar à toa parece andar desde há algum tempo o candidato Marques. Primeiro porque parece não ter uma ideia muito concreta do que está em causa, nem muito diferente das ideias que os outros candidatos exprimem. Foi assim com Carlos Carvalhas. Mas... também foi assim com Basílio Horta.

Uma coisa é certa. É que quando vai à televisão, ele tem sobretudo uma coisa a dizer, uma mensagem a fazer passar. É sobre a questão da navegabilidade do Tejo.

A falar tanto sobre esse projecto — não terá nenhum outro? — arrisca-se a parecer-se com um anúncio, com uma promoção comercial, cujo anunciante não se sabe quem é.

Prejudicados

Há certos temas nesta pré-campanha que duram mais do que normalmente duram coisas destas. Referimo-nos ao tema do debate entre Soares e Basílio, cujo tom regateiro escandalizou muita gente. E com razão. E agora há até jornais preocupados em atribuir prejuízos. O «Expresso» afirma em título que o debate prejudicou Basílio. Há quem diga que prejudicou Soares. Certamente os prejudicados foram os telespectadores. E as próprias eleições e o próprio estatuto do Presidente da República.

Os eleitores, serão, porém, os mais prejudicados. Porque ao centrar-se o debate sobre o debate, acaba por haver pouco debate. E continuar a regatice.

Gazetilha

por Ignotus Sum

Subsídios

O que importa é o golpe de asa!
Imprensa diz desta vez
que o Peneda mora em casa
que é do Estado português.

— E depois? – dirá alguém,
Depois, o que é que isso tem?
Leitor, escuta-me então:
é que o Governo além disso
dá ao Peneda peneiriço
subsídio de habitação...

Certa gente que tem fama
de quem mama, mama, mama,
(a vulgar ministração...)
antes deve receber
subsídio, é bem de ver,
mas sim... de amamentação...

Fábula

Eleições na floresta
Serpentinas, TV, um ar de festa...

Raposa é candidata.
Manhoso, o lobo trata
de apoiá-la, com lábia, com incenso.

— Anda também! – diz a raposa ao galo.
— Pra quê? – pergunta o galaroz que já tem calo.
— Ora, para fazermos o consenso...

A fábula não diz, mas o galito
atira um bordalíssimo manguito...

Cortiça leve corrupção pesada

Aumenta a confusão
no mundo da cortiça.
Também ali a corrupção
cada vez mais se atiça.

Bem, só no que respeita
ao tal Fundo Europeu — o Social...
a manigância espreita
um número colossal.

Nota a nota, folha a folha
já tudo se conhece.
Aqui, ao que parece,
não chegou a cortiça — para a rolha...

Sete cães a um osso

Proventos, apartamentos,
orçamento, entendimentos,
espaventos, o pilim
cada qual tendo quê
confusão no PSD
lá da Póvoa de Varzim...

Influências, confluências
indecências, complacências
entre receber e dar
cada qual tendo de quê
confusão é o que se vê
é o que se vê em Tomar...

Um porque, outro porque,
ou poque, me, te, se, lhe,
bandarilha estonteante
cada qual tendo de quê
confusão é o que se vê
bailarico de Amarante...

Ameaça de pau e rolha
tudo à unha, tudo à trolha
tudo em grande confusão
tudo cada qual ao seu
tudo de tripas ao léu
e «tudo a bem da Nação...»

Agenda

Avante!

Ano 60 – Série VII
N.º 887
20 de Dezembro de 1990
4.º Caderno
Não pode ser vendido separadamente

Sexta-feira, 21

Lisboa

● Encontro com uma delegação do partido «Os Verdes», na sede do PCP (Rua Soeiro Pereira Gomes) às 10 horas.

● Encontro com uma delegação da UMAR, também na sede do PCP, às 11h30.

● À tarde - a partir das 16h3o - Carlos Carvalhas participa na Festa de Natal da associação de reformados **UPPSS**, na Alameda D. Afonso Henriques, 72, 2º esq.

Sábado, 22

Peniche

● Visita ao Mercado e encontros com a população, a partir das 10 horas, seguindo-se uma caravana pelo concelho em que Carlos Carvalhas também participa.

Caldas da Rainha

● Almoço com apoiantes no restaurante «Esplanada do Parque». Às 13 horas.

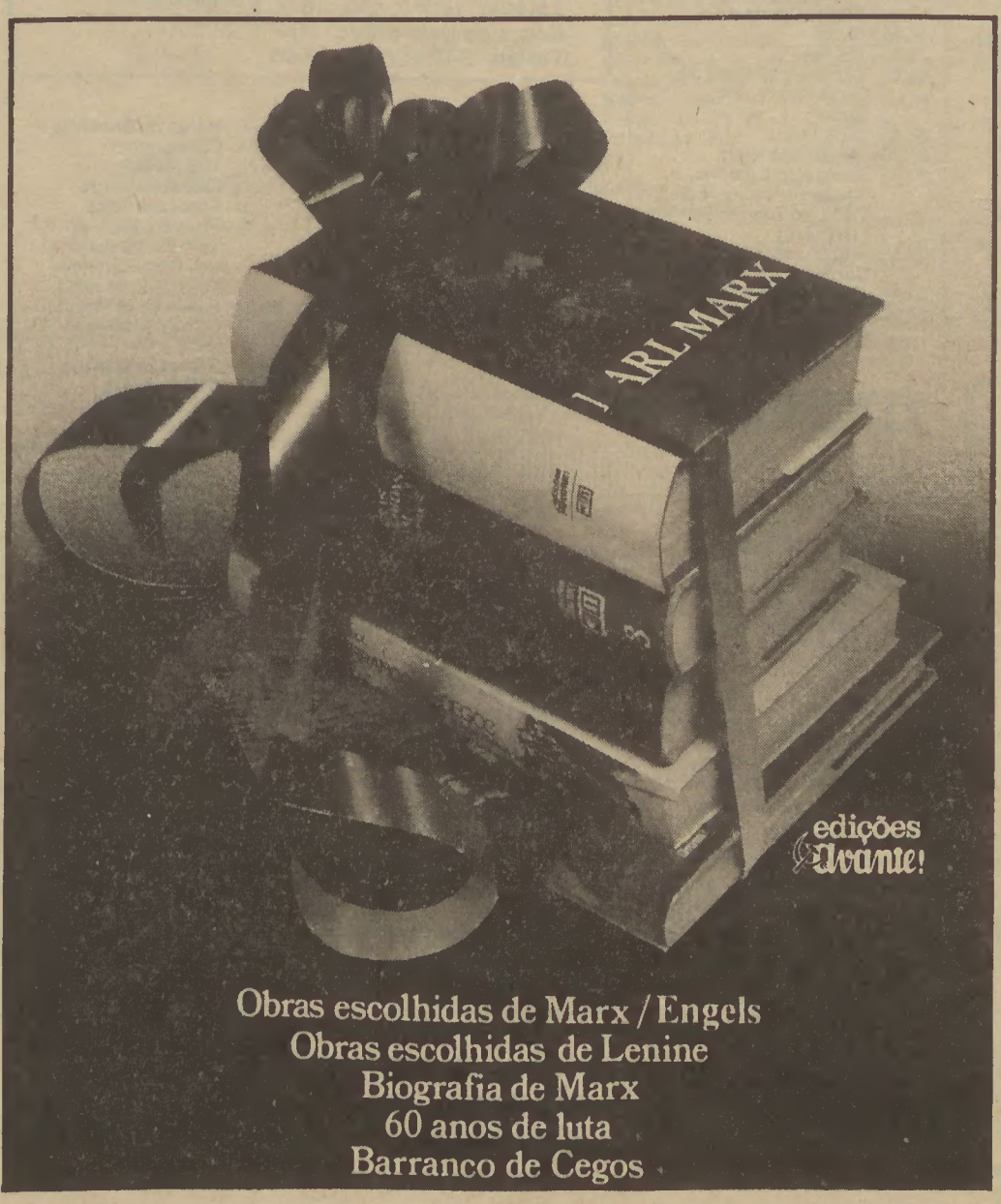
Figueira da Foz

● Encontro (às 17 horas) com apoiantes do concelho.

Debates na RTP

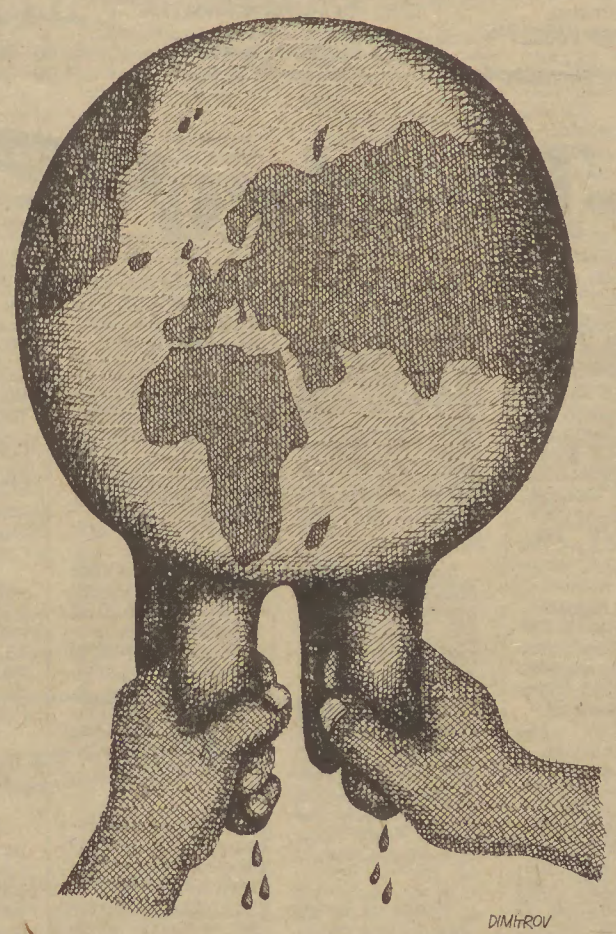
● **Com Basílio Horta -** no Programa **Primeira Página** - hoje na RTP-1 às 22h20.

● **Com Mário Soares, Carlos Marques e Basílio Horta** - no Programa **Informação Especial** - amanhã, sexta-feira, na RTP-2 às 21h30



Obras escolhidas de Marx / Engels
Obras escolhidas de Lenine
Biografia de Marx
60 anos de luta
Barranco de Cegos

ANTOLOGIA



DIMITROV, Dusko *(Jugoslávia) in Catálogo da 1.ª Bienal Internacional de Caricatura — Gabrovo, Bulgária 1973*

TV O Programa

Quinta 20

RTP1

09.00 - **Bom Dia**
10.00 - **Rua Sésamo**
10.30 - **Ponto de Encontro**
11.55 - **Culinária**
12.10 - **Top Model** (41º epis.)
13.00 - **Jornal da Tarde**
13.30 - **Festival da OTI 1990**
14.25 - **Primeira Matinée** - «Até Que o Dinheiro nos Separe», real. Jerrold Freedman (EUA/1987, 100 min.)
16.10 - **Ponto Por Ponto**
17.15 - **Brinca Brincando**
18.15 - **Rua Sésamo**
18.40 - **Roda da Sorte** (68ª sessão)
19.30 - **Telejornal**
20.05 - **Boletim Meteorológico**
20.15 - **Tieta** (34º epis.)
21.15 - **Desenhos Animados**
21.25 - **Júlio Iglesias** - «Merry Night»
22.25 - **Primeira Página Especial**
23.45 - **Twin Peaks** (5º epis.)
00.40 - **24 Horas**
01.10 - **Boletim meteorológico**
01.15 - **Remate**

RTP2

12.00 - **A Força Astral** (14º epis.)
12.40 - **Filhos e Filhas** (614º epis.)
13.05 - **Jerry Lewis** (14º epis.)
14.00 - **Primeiro Jornal**
14.30 - **Agora, Escolha!**
15.55 - **Aventura** (14º epis.)
16.20 - **A Ilha das Borboletas** (8º epis.)
16.45 - **Recreio do 2**
17.30 - **Eterno Feminino**
18.35 - **O Menino Doutor** (25º epis.)

18.55 - **Ti-ti-ti** (88º epis.)
19.25 - **Circo**
19.45 - **Via Rápida**
20.00 - **Regiões Magazine**
20.45 - **Dick Tracy** (66º epis.)
21.00 - **Jornal das Nove**
21.30 - **Amazonia Viva** (concerto gravado no Rio de Janeiro com Placido Domingo, Milton Nascimento, Gilberto Gil, Caetano Veloso, entre outros)
23.00 - **Cineclube** - «Sei para Onde Vou», real. Michael Powell e Emeric Pressburger (GBr/1945, 88 min.)
01.00 - **Boletim meteorológico**

Sexta 21

RTP1

09.00 - **Bom Dia**
10.00 - **Rua Sésamo**
10.30 - **Ponto de Encontro**
11.55 - **Culinária**
12.10 - **Top Model**
13.00 - **Jornal da Tarde**
13.30 - **Natal dos Hospitais**
18.45 - **Roda da Sorte**
19.30 - **Telejornal**
20.05 - **Boletim Meteorológico**
20.15 - **Tieta**
21.25 - **Sessão da Noite** - «Três Homens e um Bebé», real. Leonard Nimoy(EUA/1984, 111 min.)
23.25 - **Chefe, Mas Pouco** (43º epis.)
23.55 - **24 Horas**
00.25 - **Boletim meteorológico**
00.30 - **Remate**
00.55 - **Pela Noite Dentro** - «Sexta-Feira, 13» (14º epis.)

RTP2

RTP-2

12.00 - **Universo Juvenil** (5º epis.)
12.25 - **Documentário**
12.40 - **Filhos e Filhas**
13.25 - **Armação Ilimitada** (21º epis.)
14.00 - **Primeiro Jornal**
14.30 - **Agora, Escolha!**
15.55 - **O Mundo do Coral** (4º epis.)
16.20 - **Novos Horizontes**
16.45 - **Recreio do 2**
17.30 - **Eterno Feminino**
18.35 - **Charlot** (13º progr.)
19.00 - **Ti-ti-ti**
19.25 - **Circo**
19.45 - **Via Rápida**
20.00 - **Nunca Mais é Sábado**
20.45 - **Dick Tracy**
21.00 - **Jornal das Nove**
21.30 - **A Tenda dos Milagres** (14º epis.)
22.15 - **Natal em Família** (canções de Natal)
23.05 - **Pop-Off**
23.30 - **As Teias da Lei** (7º epis.)
00.20 - **Boletim meteorológico**

Sábado 22

RTP1

09.00 - **À Mão de Semear**
09.25 - **Canal Jovem**
13.00 - **Encontro à Uma**
13.55 - **Os Melhores Anos** (13º epis.)
14.20 - **Musical: «Diamonds Awards»** (3ª parte)
15.20 - **Primeira Matinée** - «Música no Coração», real. Robert Wise (EUA/1965, 162 min.)
17.55 - **A Magia de Paul Daniels**
18.30 - **Fogo Grego**
18.55 - **Hooperman** (13º epis.)
19.20 - **TVer**
19.45 - **Totoloto**
20.00 - **Jornal de Sábado**
21.30 - **Duas Histórias que o Diabo Gosta** - : «O Assalto»
23.35 - **Casa Cheia** (concurso)
00.20 - **Tanamera** (34º epis.)
00.10 - **Última Sessão** - «A Educação de Rita», real. Lewis Gilbert (EUA/1983, 111 min.)

RTP2

09.00 - **Universidade Aberta**
10.15 - **Fora de Horas**
10.55 - **National Geographic** (19º epis.)
11.50 - **Forum Musical**
13.00 - **Agarra o 2**
14.00 - **Cine-Sábado** - «Festa no Campo», real. Charles Walters, interpr. Gene Kelly, Judy Garland (EUA/1950, 105 min.)
16.00 - **Estádio**
18.30 - **Jornal Fim-de-Semana**
19.00 - **Arca de Noé** (concurso)
19.45 - **Clube Paraíso** (5º epis.)
20.35 - **Tauromaquia**
21.00 - **Estádio**
23.30 - **Natal Vioriano** (canções tradicionais de Natal)
00.30 - **Dinheiro do Céu** (3º epis.)
01.10 - **Boletim meteorológico**

Domingo 23

RTP1

RTP-1

09.00 - **Canal Jovem**
11.30 - **Missa**
12.25 - **70x7**
13.00 - **Notícias**
13.15 - **Os Gophers** (14º e últ. epis.)
13.40 - **Fronteiras** (6º epis.)
14.30 - **Mapa Cor de Rock**
15.25 - **Primeira Matinée** - «Regresso à Escola», real. Alan Metter (EUA/1986, 93 min.)
17.05 - **Que Família** (9º epis.)
17.35 - **Regresso ao Passado** (14º progr.)
18.55 - **McGyver** (26º epis.)
20.00 - **Jornal de Domingo**
20.45 - **Boletim Meteorológico**
21.00 - **Kananga do Japão** (14º epis.)
22.35 - **Domingo Desportivo**
00.00 - **Controvérsias**

RTP2

09.00 - **Outras Músicas**
11.00 - **Caminhos**
11.30 - **Agarra o 2**
12.30 - **Competir**
13.00 - **Troféu**
18.05 - **Vida Nova** (14º epis.)
19.00 - **Jornal Fim de Semana**
20.00 - **A Embaixada em Londres** (4º epis.)
20.50 - **Palavra Puxa Palavra** (concurso)
21.35 - **Artes e Letras** - «Michael Powell e Emeric Pressburger»
21.55 - **Noite de Cinema** - «Os Sapatos Vermelhos», real. Michael Powell e Emeric Pressburger, interpr. Moira Shearer, Anton Walbrook (GBr/1948, 131 min.)
00.10 - **Boletim Meteorológico**

Segunda 24

RTP1

09.00 - **Brinca Brincando**
11.45 - **Culinária**
12.05 - **Top Model**
13.00 - **Jornal da Tarde**
13.30 - **Concerto** - «Joy to the World» (canções de Natal)
14.00 - **Brinca Brincando** (edição especial)
16.00 - **Primeira Matinée** - «Conta Comigo no Natal», real. Marvin Chomsky (EUA/198, 96 min.)
17.40 - **Cantata de Natal** (programa produzido nos Açores com o Orfeão Machado Oliveira)
18.50 - **Roda da Sorte**
19.15 - **Telejornal**
19.45 - **Mensagem de Natal**
20.05 - **Fantasia e Rock** (versão musical do conto «Mother Goose» com a participação de actores e cantores norte-americanos)
21.30 - **Cinema** - «Natal Branco», real. Michael Curtiz, interpr. Bing Crosby, Danny Kaye, Vera-Ellen (EUA/1954, 120 min.)
23.40 - **Missa do Galo**

RTP2

12.00 - **Johnny Quest**
12.40 - **Filhos e Filhas**
13.05 - **Sons de Natal** (os discos deste Natal)
14.00 - **Primeiro Jornal**
14.30 - **Agora, Escolha!**
15.55 - **Maravilhas do Planeta**
16.45 - **Recreio do 2**
17.30 - **Eterno Feminino**
18.35 - **Circo**
19.35 - **Via Rápida**
19.45 - **Cânticos de Natal** (na Christ Church, em Oxford)
20.45 - **Dick Tracy**
21.00 - **Jornal das Nove**
21.30 - **Noite Santa** (com os Pequenos Cantores de Viena e o Tobi Reiser Ensemble)
22.15 - **Restaurantes do Coração**
23.10 - **O Cavaleiro da Justiça**
24.00 - **Cleo Lane** (concerto na catedral de Winchester)

Terça 25

RTP1

09.00 - **Brinca Brincando**
10.00 - **Missa de Natal**
11.30 - **Brinca Brincando** (edição especial)
13.00 - **Jornal da Tarde**
13.30 - **Concerto** - José Carreras, Placido Domingo e Luciano Pavarotti no concerto de encerramento do Mundial 90, em Roma
14.45 - **Bugs Bunny Show**
15.45 - **Primeira Matinée** - «Mary Poppins», real. Robert Stevenson, interpr. Julie Andrews, Dick van Dyke (EUA/1964, 140 min.)
18.10 - **Jogos sem Fronteiras** (especial Natal gravado em Macau)
20.00 - **Telejornal**
20.30 - **Boletim Meteorológico**
20.35 - **Alf** (programa especial)
21.05 - **Cinema** - «Regresso ao Futuro», real. Robert Zemeckis, interpr. Michael J. Fox, Christopher Loyd (EUA/1985, 114 min.)
23.10 - **Chefe, Mas Pouco...**
23.35 - **Jessye Norman** (concerto na catedral de Notre Dame de Paris com cânticos tradicionais de Natal e espirituais negros)

RTP2

10.00 - **Recreio do 2**
12.00 - **Os Novos Caça-Fantasmas**
12.25 - **Pingu**
12.40 - **Filhos e Filhas**
13.05 - **Varledades no Teatro Apolio** (4º epis.)
14.00 - **Primeiro Jornal**
14.25 - **Coros Internacionais Infantis**
16.00 - **Viajando pelo Mundo** (15º epis.)
16.20 - **Cs Henderson** (17º epis.)
16.40 - **Recreio do 2**
17.30 - **Eterno Feminino**
18.30 - **Circo**
19.45 - **Via Rápida**
20.00 - **Pedro e o Lobo** (com narração de Eunice Muñoz e a música de Prokofiev interpretada pela Nova Filarmonia)
20.15 - **Quebra-Nozes**
20.45 - **Dick Tracy**
21.00 - **Jornal das Nove**
21.30 - **Cinema** - «Do Céu Caiu uma Estrela», real. Frank Capra, interpr. James Stewart, Donna Reed (EUA/1946, 129 min.)
23.40 - **Príncipe dos Pagodes**

Quarta 26

RTP1

09.00 - **Bom Dia**
10.00 - **Rua Sésamo**
10.30 - **Ponto de Encontro**
11.45 - **Culinária**
12.05 - **Top Model**
13.00 - **Jornal da Tarde**
13.30 - **Sem Legendas**
14.30 - **Primeira Matinée** - «A Casa da Barafunda», real. Gerald Thomas (GBr/1972, 88 min.)
16.10 - **Ponto Por Ponto**
16.50 - **O Corpo Humano** (15º epis.)
17.20 - **Brinca Brincando**
18.15 - **Rua Sésamo**
18.50 - **Roda da Sorte**
19.30 - **Telejornal**
20.05 - **Boletim Meteorológico**
20.15 - **Tieta**
21.10 - **Desenhos Animados**
21.20 - **Vamos Jogar no Totobola**
21.40 - **Lotação Esgotada** - «Esperança e Glória», real. John Boorman (GBr/1987, 113 min.)
23.40 - **24 Horas**
00.15 - **Remate**

RTP2

12.00 - **Os Centuriões**
12.25 - **Documentário**
12.40 - **Filhos e Filhas**
13.00 - **Nono B** (série, 1º epis.)
14.00 - **Primeiro Jornal**
14.30 - **Agora, Escolha**
15.55 - **Madeira - Cá entre nós**
16.55 - **Recreio do 2**
17.30 - **Eterno Feminino**
18.30 - **Rainhas de Beleza** (5º epis.)
18.55 - **Ti-Ti-Ti**
19.20 - **Via Rápida**
19.30 - **Clássicos da TV** - «O Polvo» (últ. epis.)
20.45 - **Dick Tracy**
21.00 - **Jornal das Nove**
21.30 - **Emoções**
21.50 - **Joaquim Letria**
23.25 - **Xingu**

Filmes

«Até Que o Dinheiro nos Separe» - 5ª, 14.50, RTP-1
«Sei para Onde Vou» - 5ª, 23.00, RTP-2
«Três Homens e um Bebé» - 6ª, 21.25, RTP-1
«Festa no Campo» - sáb., 14.00, RTP-2
«Música no Coração» - sáb., 15.20, RTP-1
«A Educação de Rita» - sáb., 00.20, RTP-1
«Regresso à Escola» - dom., 15.25, RTP-1
«Os Sapatos Vermelhos» - dom., 21.55, RTP-2
«Canta Comigo no Natal» - 2ª, 16.05, RTP-1
«Natal Branco» - 2ª, 21.30, RTP-1
«Mary Poppins» - 3ª, 15.45, RTP-1
«Regresso ao Futuro» - 3ª, 21.05, RTP-1
«Do Céu Caiu Uma Estrela» - 3ª., 21.30, RTP-2
«A Casa da Barafunda» - 4ª, 14.30, RTP-1
«Esperança e Glória» - 4ª, 21.40, RTP-1

Música

Quinta
13.30, RTP-1: **Festival da OTI 1990**
19.45, RTP-2: **Via Rápida**
21.25, RTP-1: **Júlio Iglésias Merry Night**

Sexta
19.45, RTP-2: **Via Rápida**
22.15, RTP-2: **Natal em Família**
23.10, RTP-2: **Pop-Off**

Sábado
11.50, RTP-2: **Forum Musical**
14.20, RTP-1: **Diamonds Awards - II**
24.00, RTP-2: **Natal Vitoriano**

Domingo
09.00, RTP-2: **Outras Músicas**
14.30, RTP-1: **Mapa Cor de Rock**

Segunda
13.05, RTP-2: **Sons de Natal**
13.30, RTP-1: **Joy To The World**
19.45, RTP-2: **Cânticos de Natal**
20.05, RTP-1: **Fantasia e Rock**
21.30, RTP-2: **Coro dos Pequenos Cantores de Viena**
24.00, RTP-2: **Cleo Laine na Catedral de Winchester**

Terça
13.05, RTP-2: **Variedades no Teatro Apollo**
13.20, RTP-1: **Carreras, Domingo e Pavarotti**
14.30, RTP-2: **Cânticos de Natal por Coros Infantis**
19.40, RTP-2: **Via Rápida**
23.35, RTP-1: **Jessye Norman em Notre Dame**

Quarta
19.40, RTP-2: **Via Rápida**

Desporto

Remate - RTP-1, 5ª (01.15), 6ª (00.25), 4ª (00.15)
Rotações - RTP-2, 6ª, 22.10
Estádio - RTP-2, sáb., 16.00 e 21.00
Domingo Desportivo - RTP-1, 22.35
Troféu - RTP-2, dom., 13.00

Teatro O Cartaz

LISBOA

Comuna, Praça de Espanha. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 17. *Sala Nova* - **O Estrangeiro em Casa**, de Richard Demarcy, encen. João Mota. *Sala 1* - **Um Eléctrico Chamado Desejo**, de Tennessee Williams, encen. João Mota.

1º Acto, Algés. De 3ª a dom. às 21.30. **S'Tôres**, de John Godber, encen. Melinda Mourão, pelo grupo Locomotiva.

Teatro Aberto, Praça de Espanha. 4ª, e 6ª às 21.45, sáb. às 16: **Loucos por Amor**, de Sam Shepard, encen. João Lourenço. 5ª e sáb. às 21.45, dom. às 16. **Desejo Sob os Ulmeiros**, de Eugene O'Neill, encen. João Lourenço.

Teatro do Bairro Alto, R. Ten. Raul Cascais. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 16. **Muito Barulho Por Nada**, de Shakespeare, encen. Luís Miguel Cintra, pelo Teatro da Cornucópia.

Teatro Capitólio, Parque Mayer. De 2ª a 6ª às 20.30 e 22.45, dom. às 16 e 21.30. **Ai Cavaquinho.**

Teatro Cinearte, Largo de Santos. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 17. **Liberdade em Bremen**, de R. W. Fassbinder, encen. Helder Costa, pelo grupo A Barraca.

Teatro da Graça, Trav. S. Vicente, 11. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 16. **Quem Tem Medo de Virgínia Woolf?**, de Edward Albee, encen. Fernanda Lapa.

Teatro Maizum, Rua Poiais de S. Bento, 75. De 3ª a sáb. às 21, dom. às 16. **A Teia**, de Graça Gonçalves, encen. Silvina Pereira.

Teatro Maria Vitória, Parque Mayer. De 3ª a dom. às 20.30 e às 23, ao dom. também às 16. **Vitória! Vitória!**, de H. Santana, F. Nicholson, A. Fraga, Nazareth Fernandes e Fernando Ribeiro.

Teatro da Politécnica, R. Escola Politécnica, 54. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 16. **Casa de Boneca**, de Henrik Ibsen, encen. Mário Feliciano.

Teatro Villaret, Av. Fontes Pereira de Melo. De 3ª a dom. às 20.30, sáb. e dom. também às 16. **Os Bancários Também Têm Alma**, comédia musical, adaptação de R. Solnado e A. Cortez.

Para crianças

Teatro de Animação, Rua Prof. Santos Lucas, 36. Sáb. às 16; dom. às 11. **Cada Macaco no seu Galho**, pelo Grupo Os Papa-Léguas.

LOURES

Teatro da Malaposta, R. de Angola, Olival Basto. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 16. **Osso de Mafoma**, de António de Macedo, encen. José Martins.

Cinema

A selecção

		David Lopes	M. M. Luz	Manuel Neves	Paulo Torres
A	Amar-te-ei Até Te Matar	—	★★★	—	★★★
B	Fantasia	—	★★★	★★★★	★★★★★
C	Non ou A Vã Glória de Mandar	★★★	★★★★	—	★★★
D	Henry e June	—	★★	★★	★★★
E	Tudo Bons Rapazes	—	★★	★★★★	★★★

Classificação de ★ a ★★★★★

A — Real. Lawrence Kasdan – **Fonte Nova/2** (14.30, 16.45, 19.00, 21.30), **Londres** (14.00, 16.30, 19.00, 21.30), **Plaza/2** (14.15, 16.45, 19.00, 21.45, 24.00), **Quarteto/4** (14.15, 16.15, 18.15, 20.00, 22.00 24.00) – **Lisboa.**
B — Real. Walt Disney – **King Triplex/3** (13.30, 15.30, 17.45, 19.45, 22.00) – **Lisboa.**
C — Real. Manoel de Oliveira — **King Triplex/2** (14.00, 16.00, 18.00, 20.00, 22.00) – **Lisboa.**
D — Real. Philip Kaufman — **Amoreiras/10** (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00), **Mundial/3** (14.15, 16.45, 19.15, 21.45) **Lisboa.**
E — Real. Martin Scorsese — **Alfa/4** (13.30, 16.15, 19.00, 21.45, 00.30), **Amoreiras/6** (13.45, 16.30, 19.00, 21.45, 24.00), **Plaza/2** (14.15, 16.45, 19.00, 21.45, 24.00), **Quarteto/2** (14.15, 17.00, 20.00, 22.30) – **Lisboa.**

PORTUGAL INDEPENDENTE NO MUNDO EM MUDANÇA

Encontro do PCP sobre a Independência Nacional

20-21 Out. 1990 ALMADA

edições Avante!

Contendo as intervenções nas sessões plenárias, entre as quais as de Carlos Carvalhas e de Álvaro Cunhal, e os relatórios das diversas secções, além do documento base para o próprio debate, este livro agora editado reproduz o Encontro do PCP sobre a Independência Nacional, realizado em Almada em 20 e 21 de Outubro passado. «Portugal Independente no Mundo em Mudança» é um livro de flagrante actualidade que as edições «Avante!» levam agora ao público, e que foi apresentado ontem em Lisboa por Luís Sá, membro da Comissão Política. Hoje, na Cooperativa Árvore, às 18.30 horas, Agostinho Lopes, também da Comissão Política do CC do PCP, apresentá-lo-á no Porto. O livro encontra-se à venda no circuito comercial e também pode ser adquirido nas organizações do Partido, a preço mais favorável.

...e ainda

Música, debates, etc.

Bailado S. Luís...

Como é tradicional nesta época, o TNSC preparou um programa de bailado, este ano constituído por **Coppelia ou A Rapariga dos Olhos de Esmalte**, uma coreografia de John Auld para a música de Leo Delibes, interpretado nos principais papéis, entre outros pelos bailarinos residentes soviéticos Svetlana Smirnova e Alexei Dubinin.

Os espectáculos realizam-se no **Teatro S. Luís** nos dias 21, 22, 27, 28 e 29 às 21.30, e nos dias 22, 23, 29 e 30 às 16 horas.

... e no CAM

No Centro de Arte Moderna é a Companhia Nacional de Bailado que apresenta, só hoje, amanhã e no sábado, **A Bailarina do Mar**, com guião e coreografia de **Paula Massano** e música de **António Pinho Vargas.**

Na Sala Polivalente, quinta e sexta às 18.30 e sábado às 15.30.

Música

O **Coro Gulbenkian** e a **Orquestra Gulbenkian** repetem hoje e amanhã no Grande Auditório o concerto ontem apresentado na Basílica da Estrela, preenchido com a interpretação da **Missa da Criação** de Haydn e de **Lauda Sion** de Mendelssohn. São solistas a soprano **Lorna Anderson,** o tenor **Neil Mackie** e o baixo **Harry Peters**, e na direcção está o maestro **Michel Corboz.**

Hoje às 21.30 e amanhã às 18.30.

Cinema para crianças

Há **cinema**. No **S. Luís**, por exemplo, onde a Câmara Municipal de Lisboa programou uma pequena série de filmes para as férias de Natal.

Sempre às 15.00, podem ser vistos:

Hoje: **Oliver e Seus Companheiros** ; sexta e sábado: **Fievel, um Conto Americano**; segunda e terça: **Em Busca do Vale Encantado** - todos filmes de desenhos animados e falados em português.

Pioneiros fazem festa

Os **Pioneiros da Brandoa** realizam mais uma vez uma **festa de Natal** para todas as crianças da sua freguesia.

Começa às 10 da manhã do próximo sábado e vai ser animada pelos grupos de ballet dos pioneiros da Praça do Chile, de dança rítmica dos pioneiros de Vendas Novas e dos pioneiros da Brandoa, de acordeonistas da Escola D. Maria Luísa, da Amadora - isto sem contar com as «surpresas» que também anunciam.

E haverá, como é de tradição, um Pai Natal para distribuir festas e lembranças.

Vida Soviética

A Redacção da **Vida Soviética** solicita-nos que avisemos uma vez mais os leitores e assinantes da revista que, por motivos de natureza técnica, o número relativo ao mês de Novembro não foi distribuído, sendo dentro de alguns dias editado um número duplo correspondente aos meses de Novembro e Dezembro.

A Redacção da Revista pede desculpa a leitores e assinantes pelos incómodos decorrentes.

Tempo

Fim de Semana

Céu pouco nublado. Continuação do tempo frio. A partir de segunda-feira, sobe a temperatura máxima.

(Previsão do Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica)

Exposições...

Gil Teixeira Lopes: *retrospectiva no Estoril*

Armando Alves: *«Objectos» na Nasoni em Lisboa*

Menez *na Gulbenkian até ao fim do mês*

LISBOA

Ana Marchand - Pintura. Galeria Valentim de Carvalho, R. Cruz dos Poiais, 111. Das 11 às 13 e das 15 às 19 (até 29/12)

António Martinez - «Retábulos», pintura. Galeria Monumental, Campo Mártires da Pátria, 101 (até 31/12)

António Matos - Escultura. Galeria de S. mamede, R. da Escola Politécnica, 167 (até 5/1)

Armando Alves - Objectos (1970-1990). Galeria Nasoni, Av. Columbano Bordalo Pinheiro, 9-B. De 2ª a 6ª das 10 às 13 e das 15 às 19.

Canto da Maia - Escultura. Galeria de Pintura do Rei D. Luís, Palácio da Ajuda. De 3ª a dom. das 10 às 17 (até 31/1)

Colectiva de pintura (Eduardo Santos Neves, Eduardo Lima Teixeira, Fátima Cruz Neves). Galeria João Hogan, R. Voz do Operário, 13. De 2ª a 6ª das 14 às 20, sáb. das 15 às 19 (até 28/12)

Cristina Iglésias (Espanha) - Escultura. Galeria Cómicos, R. Ten. Raul Cascais, 1-B (até 4/1)

Desenhar a Revista - Cenários e figurinos para o Teatro de Revista (de 1900 a 1960). Museu do Teatro, Estrada do Lumiar, 10. De 3ª a dom. das 10 às 12.30 e das 14 às 17

D. João V e o Abastecimento de Água a Lisboa - biblio-iconográfica, com os planos e projectos do Aqueduto das Águas Livres e obras de arte que este inspirou. Palácio Galveias, Campo Pequeno. Das 14 às 19 (até 31/12)

Felipa Lobato - Pintura e escultura. Galeria Triângulo 48, Av. Vasco da Gama, 48-A (até 5/1)

Glória Elena - Pintura; **Sílvia Westphalen** - Escultura. Clube 50, Rua de S. Mamede, 9, 1º (até 16/1)

João Antas e **Isabel Laginhas** - «Ménage à Deux», pintura. Galeria Ygrego, Av. António Augusto de Aguiar, 13 (até 18/12)

João Penalva - Pintura. Fundação Gulbenkian. De 3ª a dom. das 10 às 17 (até 6/1))

João Serrano - Fotografia. Galeria 12-A, Costa do Castelo, 12-A (até 4/1)

José Rodrigues - Exposição antológica de escultura e desenho. Soctip, R. D. Estefânia, 195-D. De 2ª a sáb. das 10 às 20 (até 5/1)

Menez - Pintura (retrospectiva). Fundação Gulbenkian. De 3ª a dom. das 10 às 17 (até fim de Dezembro)

40 Gravadores do Québec (gravura contemporânea). Galeria da Cooperativa Gravura, Travessa do Sequeiro (até fim de Dezembro)

Romy Castro - Pintura; **António Matos** - Escultura. Galeria de S. mamede, Rua da Escola Politécnica, 167. De 2ª a sáb. das 10 às 13 e das 15 às 19 (até 14/1)

Ruth Rosen-garten - Pintura. Módulo, Calçada dos Mestres, 34-A

Sara Mendes - Pintura. Galeria L190, Av. da Liberdade, 190, s/cv. De 2ª a 6ª das 15 às 20 (até 4/1)

Um Século de Electricidade. Central Tejo, Av. Brasília (Belém). De 3ª a dom. das 10 às 12.30 e das 14 às 19 (ao sáb. até às 22, ao dom. até às 18). Até ao fim do ano.

Tapeçaria do Séc. XVI - Palácio Nacional da Ajuda (Galeria do Rei D. Luís), Calçada da Ajuda. De 3ª a dom. das 10 às 17

Virgílio Domingues - Escultura. Galeria Alfa Mixta, Escolas Gerais, 34. De 3ª a sáb. das 14 às 20 (até 22/12)

Vittorio Graziano - Fotografia. Instituto Italiano de Cultura, R. do Salitre, 146.

PORTO

Aida Sousa Dias - Escultura; **Alberto Cédron** - Pintura. Galeria da Praça, Pç. da Liberdade, 66 (até 4/1)

Costa Pinheiro - Pintura (série «Reis de Portugal»/1965-66). Casa de Serralves, Rua de Serralves. Das 14 às 20 (até 6/1)

Eduardo Batarda - Pintura. Galeria Zen, R. D. Manuel II, 246. De 2ª a 6ª das 10 às 13 e das 15 às 19.30

Julião Sarmento - Pintura recente. Galeria Pedro Oliveira, Calçada de Monchique, 3. De 2ª a sáb. das 14.30 às 20 (até 29/12)

Manuel Amado - Pintura. Nasoni, R. Galeria de Paris, 80. De 2ª a sáb. das 10.30 às 13 e das 15 às 19.30; sáb. das 15 às 19.30

Rui Aguiar - Pintura. Quadrado Azul, R. de Costa Cabral, 777, loja 8. De 2ª a sáb. das 15 às 22

OUTRAS LOCALIDADES

Colectiva (Cândida Conde Miranda, Graciete Rosa Rosa, João Duarte, Carmo Pólvora, Ilda Pombeira, Vítor Alves). Até 30/12, Casa Museu dos Patudos, ALPIARÇA

Júlio Resende - Pintura (exposição antológica). Museu Municipal Amadeo de Sousa Cardoso, AMARANTE

Pedro Calapez - Instalação. Convento de S. Francisco, BEJA

Cabrita Reis - Instalação. Convento de Santa Clara-a-Velha, COIMBRA

Manuel Gamboa - Pintura. Almadarte, Av. Gen. Humberto Delgado, 3-B, COSTA DA CAPARICA

Gil Teixeira Lopes - Pintura, gravura, escultura. Até 8/1, Galeria de Arte do Casino, ESTORIL

Pintura Portuguesa 1842-1979 (da colecção do Museu Nacional de Arte Contemporânea). Galeria de Exposições Temporárias do Palácio Nacional de Queluz. De 4ª a 2ª das 10 às 13 e das 14 às 17, QUELUZ

a TV

Este e outros Hortas

Basílio Horta foi bem claro e disse-o com as palavras todas: se fosse Presidente, nunca daria posse a um ministro da Defesa que fosse comunista.

Enfim, cada qual é como é, e todos teriam muita dificuldade em ver o Horta ser doutro modo diferente do modo como é. Pronto. Mas para já, ficamos também a saber que isso será assim apenas enquanto o PCP for como é. Quando ele for da maneira que o Horta quer, então sim, Horta dar-lhe-á tudo. Ele próprio é quem o diz. Logo...

Logo é urgente que o PCP mude para agradar ao Horta. Estes comunistas, palavra de honra! O que é que lhes custa? Mudavam, apresentavam-se ao Horta, faziam a continência e perguntavam:

- Que tal? Estamos bem assim?

O Horta ficava todo contente. Ele e mais alguns Hortas que há por aí...

Um facto no Chiado

Vaclav Havel, presidente da Checoslováquia, esteve aí. A visita serviu à televisão para repetir, uma vez mais, imagens já gastas de tanto passar.

Do interesse que para os dois países adveio ou não adveio desta visita, pouco se falou, ou nada. Vimos Havel, no Guincho, a ver o mar e sabemos que gostou muito. De facto, o mar é sempre um espectáculo inesquecível.

Também soubemos outro facto relevante: Mário Soares acompanhou o seu convidado a uma loja muito chique, no Chiado. Havel queria comprar um fato. De bom corte, é claro. Um Havel que, como dizia o repórter de serviço, «fazia tanta gala das suas calças de ganga».

Assim, com um fato de corte ocidental terminou esta visita.

Vem na Bíblia!

A notícia não veio no **Telejornal**. Veio no segundo canal, à hora em que a grande maioria da audiência goza das delícias da **Tieta**.

Falava-se da inflação. A inflação subira substancialmente no mês de Novembro. E afirmava-se que certamente não se ficaria por aí. Porque entretanto já os transportes foram afectados. E porque o mês de Dezembro costuma ser mau para os preços.

Claro. Eu bem dizia. Quem põe a inflação no sapatinho dos portugueses, não é o governo de Cavaco Silva, mas sim o Menino Jesus.

Jesus tem as costas largas. Mas cuidado. Quando lhe chega a mostarda ao nariz, corre tudo a chicote...

Vem na Bíblia.

Os verdadeiros assassinos

Brasil. Decorre o julgamento dos assassinos de Francisco Mendes. Declaração de um deles:

- **Matei mas não sabia que era padre. Os fazendeiros diziam que era usurpador de terras. Pagaram para eu eliminar ele e eu aceitei.**

Agora, o julgamento. Os dois assassinos lá estão. Mas serão os verdadeiros assassinos, os que lá estão?

Onde estão os latifundiários que semearam a morte, a repressão, a fome - e que pagaram mais esta morte?

E não me refiro apenas ao Brasil...

Dinheiro que vem, dinheiro que vai

O governo tem lançado um fogo cerrado de propaganda a propósito do plano de desenvolvimento da península de Setúbal.

Reportagem no **Jornal de Sábado**. Diz o repórter: «**O valor desta operação ascende a 94 milhões de contos e é comparticipado na sua quase totalidade pela CEE**»

A propósito do que diria Eufrázio Filipe, da Associação de Municípios de Setúbal:

- **São os estrangeiros, os grandes impérios estrangeiros, que estão a aproveitar-se desses fundos comunitários, que deviam ser atribuídos ao país e aos portugueses.**

Tal facto, esclarece Eufrázio Filipe, «**deriva da política central do governo, a tal política que se reclama de muito transparente.**» E depois:

- **Há um esbanjamento das potencialidades do nosso distrito, da nossa península e do nosso país, como se os portugueses fossem menos capazes do que os estrangeiros. Ora o sucesso que de alguma maneira se tem verificado no nosso distrito, e isso é inquestionável, tem a ver com o papel das autarquias locais, com a sua capacidade criativa, apesar dos fracos meios disponíveis, mas também com alguma iniciativa privada nacional.**

O emprego das ajudas comunitárias e as formas que ele assume ainda vão dar muito que falar. Porque, como disse Eufrázio Filipe, a respeito de transparência estamos conversados...

■ ***Ulisses***

Síntese semanal da IMPRENSA

Descubra a diferença

Prova e contraprova

«Apesar de várias solicitações — numa prova de que o **Semanário** apenas pretende informar com isenção sobre a campanha presidencial em curso — o candidato Basílio Horta recusou, com o direito que lhe assiste, prestar declarações a este jornal. Esperemos que a indisponibilidade do candidato seja circunstancial e transitória.

Instada a comentar o momento da campanha, nomeadamente o clima criado pelo debate televisivo Soares/Basílio, uma fonte de candidatura de Basílio Horta limitou-se a afirmar: "A campanha eleitoral está a correr muito bem, o que é comprovado pela assistência a algumas realizações".»

(«Semanário», 15 de Dezembro)

Direita «downstairs»

«As presidenciais dividiram a direita. De um lado os intelectuais mais respeitáveis, os burgueses mais austeros e os salazaristas mais inteligentes que, conhecendo os costumes do País e não pretendendo sair do plano da dignidade ideológica e metodológica, pregavam a abstenção para diminuir a imagem de Mário Soares e do regime que ele personifica. Uma direita sem pressa.

Do outro, os activistas políticos que pretendiam fazer das presidenciais a rampa de lançamento das legislativas, investindo contra o antifascismo de Mário Soares, primeiro, e forçando o social-democrata Cavaco Silva a negociar, já em 1991. Uma direita com pressa, tanta pressa que leva Paulo Portas a ser insultuoso para connosco, Álvaro Cunhal e Gomes Mota — a mistura não será ingénua — num artigo intitulado «O País das Virgens Púdicas». Qualquer pessoa sabe que nenhum dos três é virgem ou é púdico. Paulo Portas anda a trocar tudo nessas matérias — e noutras.

Surgiu, então, Basílio Horta. Que o tenham ido seduzir ou que tenha sido ele a apresentar-se pouco importa.

Com inegável impacto, o porta-voz da candidatura de Basílio Horta foi ao telejornal anunciar ao País que este — o País — iria mudar a partir do debate em que «pela primeira vez» Mário Soares iria ouvir o que nunca ouvira.

Foi o que se viu.

As sondagens demonstraram que o País não só não mudou mas acentuou a fidelidade aos costumes tradicionais.

Downstairs, que é onde mora a grande maioria, diz-se o que se diz, mas espera-se dos que vivem *upstairs* que não sejam iguais, sobretudo, que não se comportem como tal.

O País é hipócrita? Sem dúvida. Basílio Horta tinha o direito de dizer o que disse.

O País tem bom senso? Sem dúvida. Basílio Horta não tinha o direito de dizer o que disse como disse.»

(«Semanário», 15 de Dezembro)

Conspiração à vista!

«Freitas do Amaral, Lucas Pires e Adriano Moreira poderão estar a preparar uma conspiração de alto nível no CDS contra Basílio Horta. Tudo será mantido em segredo até às presidenciais, mas depois, esperam-se ventos e tempestades no partido.

Os termos em que o candidato centrista tem desenvolvido a sua campanha presidencial e, sobretudo, a sua mal disfarçada ambição de assumir a liderança do partido nas próximas legislativas transformaram-no numa espécie de «inimigo público número um» para o CDS.

Embora exista uma óbvia efervescência nos bastidores, esta só transparece em conversas privadas. No seu discurso formal, nenhum dos dirigentes centristas ataca Basílio ou critica abertamente a sua actuação eleitoralista. Mas há quem garanta que a ausência de elogios por parte do líder e dos principais dirigentes do CDS em relação ao tom e conteúdo de Basílio Horta na campanha já é bastante eloquente.»

(«O Jornal», 14 de Dezembro)

Chegou, venceu... e almoçou

«O candidato presidencial Basílio Horta considerou ontem, em Évora, que "todos sentem que é necessária uma mudança na Presidência da República".

Basílio Horta, que falava durante a inauguração da sede distrital da sua candidatura, sublinhou que pretende "assumir essa mudança para bem dos portugueses".

Se Mário Soares "permanecer na Presidência da República, os próximos cinco anos serão muito complexos, por razões de natureza política", disse o candidato para quem Mário Soares "está em má forma política".

"A nossa campanha vive de si própria, com autenticidade e sem os luxos do MASP", afirmou o candidato presidencial, que se mostrou convicto que "haverá uma 2.ª volta das eleições".

"A qual irei vencer", acentuou. O candidato presidencial chegou a Évora cerca das 14 horas, onde era esperado, na Praça do Giraldo, por apoiantes, após o que almoçou com os elementos da estrutura distrital da sua candidatura.»

(«Jornal de O Dia», 19 de Dezembro)

Saudoso passado...

«A colocação à esquerda de ambas as candidaturas proporcionou alguns dos momentos mais vivos do debate de ontem à noite, na RTP, entre Mário Soares e Carlos Marques. Acusado por Marques de "piscar à esquerda, chegar ao cruzamento e virar para o outro lado", o actual Presidente da República recorreria ao passado do seu oponente enquanto membro da UDP para o acusar de ser, agora, da "esquerda envergonhada".

Num debate que nunca perdeu vivacidade e interesse, eram constantes as "picadas" mútuas relativas ao passado de cada um dos candidatos, sobre um pano de fundo que foi ao longo da hora do debate, quase sempre, a crise do Golfo e a posição portuguesa. Motivo para Soares mimosear o seu "cândido" adversário com epítetos como "Alice no País das Maravilhas".

Carlos Marques manifestava a sua posição contrária à existência de dois pesos e duas medidas da comunidade internacional face a situações semelhantes. Soares contrapunha que a política internacional não era exactamente "o reino dos céus" e aproveitava para lembrar o antigo apoio do seu opositor ao regime albanês. O candidato à reeleição não resistia à tentação de agitar o passado de Carlos Marques, para confessar que "gostava mais de o ver como homem aguerrido, da UDP...".»

(«Público», 19 de Dezembro)

Jogar como deve ser

«A designação de "candidato poucochinho", atribuída a Carlos Carvalhas por um estudante do Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEG) de Lisboa, é de alguma forma contraditória face à "performance" demonstrada pelo candidato comunista na visita que efectuou, na quinta-feira, àquele estabelecimento de ensino.

Convidado a percorrer o edifício, Carlos Carvalhas perguntou: "Ainda há instalações?". A observação marcaria a tónica dominante da presença do secretário-geral adjunto do PCP entre os estudantes de Economia: embora não tenha conseguido afastar o formalismo característico do seu discurso — Carvalhas não é, definitivamente, um tribuno — a verdade é que o candidato comunista à Presidência soube dosear as suas intervenções com um "fair-play" que agradou à audiência e que — mais importante — a conseguiu cativar.

Na sua deambulação pelo Instituto, Carvalhas teve tempo de recordar os seus tempos de estudante de Economia e de suscitar a curiosidade dos alunos encontrados na biblioteca e na sala de leitura, com quem trocou breves impressões. Já nas instalações da Associação de Estudantes, Carvalhas não se coibiu de demonstrar os seus dotes de jogador de ténis de mesa, ante a surpresa dos presentes. Incapaz de responder às investidas do candidato, o seu lúdico adversário inquiriu — ironicamente — para a reduzida assistência: "Não há candidatos para jogar como deve ser?".»

(«Expresso», 15 de Dezembro)

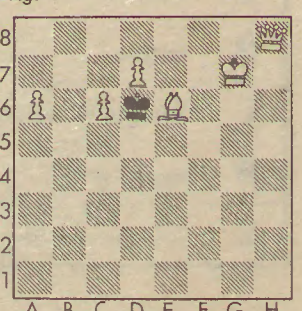
Xadrez

CCLXXXIII — 20 de Dezembro de 1990

Proposição N.º 283/A

Por: Z. Maslar
1.º Prémio Bilten, 1962

Pr.: Rex Solus: Rd6
Br.: [6]: Ps.a6, ç6, d7-Bé6-Dh8--Rg7

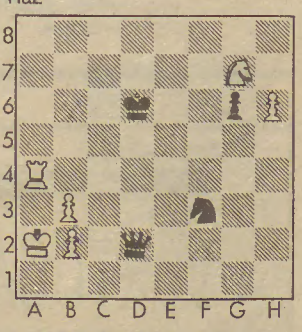


Mate em 3 lances

⁂

Proposição N.º 283/B
Por: V & M. Platov
Endspielstudien, 1914

Pr.: [4]: Pg6-Cf3-Dd2-Rd6
Br.: [6]: Ps.b2, b3, h6-Cg7-Ta4--Ra2



Brancas jogam e ganham

⁂

Solução do N.º CCLXXXIII

N.º 283/A (Z.M.): 1. Dh5! Rç7; **2.** Dç5, Rb8 [Se: 2. ..., Rd8; **3.** c7++]; **3.** d8=D++

1. ..., Ré7; **2.** Dç5+, R:é6 [Se: **2.** ..., Rd8; **3.** ç7++] **3.** d8=C++

1. R:é6; **2.** d8=T, Ré7; **3.** Dé8++

1. R:ç6; **2.** d8=B, Rd6; **3.** Dd5++

A. de M. M.

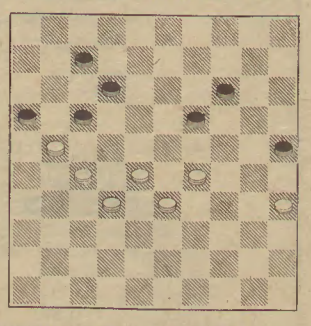
Damas

CCLXXXIII — 20 de Dezembro de 1990

Proposição N.º 283

Por: Serge de Groot
In Dame à la Une N.º 36, Novembro 1990

Pr.: [7]: 7-12-14-16-17-19-25
Br.: [7]: 21-27-28-29-32-33-35

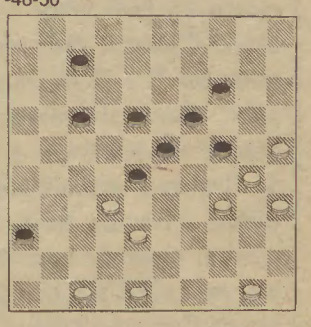


Brancas jogam e ganham

⁂

Golpe N.º 283
Por: De Graag
-NL, Dez. 1930

Pr.: [9]: 7-14-17-18-19-23-24--28-36
Br.: [9]: 25-30-32-34-35-38-47--48-50



Brancas jogam e ganham

⁂

Solução do N.º CCLXXXIII

N.º 283 (S. de G.): 1. 35-30, (25×23) **2.** 27-22, (16×29); **3.** 22×2=D, (23×32); **4.** 2×25+

Golpe N.º 283 (De G.): 1. 50-45, (28×37); **2.** 48-42, (37×48); **3.** 47--41, (36×47); **4.** 25-20, (47×40); **5.** 20×29, (23×25); **6.** 45×34, 48×30; **7.** 35×2+

A. de M. M.